



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

MAYNNE SANTOS DE OLIVEIRA

**INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL:
O SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO NO MUNICÍPIO DE
CAMPINA GRANDE-PB**

CAMPINA GRANDE

2016

MAYNNE SANTOS DE OLIVEIRA

**INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL:
O SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO NO MUNICÍPIO DE
CAMPINA GRANDE-PB**

Texto apresentado ao curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Área de Concentração: Desenvolvimento Regional.

Linha de Pesquisa: Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo de Araújo e Mota.

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Nadine Gualberto Agra.

CAMPINA GRANDE

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

O48i Oliveira, Maynne Santos de.
Intermediação de mão de obra e desenvolvimento regional
[manuscrito] : O Sistema Nacional de Emprego no município de
Campina Grande-PB / Maynne Santos de Oliveira. - 2016.
116 p. : il. color.

Digitado.
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) -
Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação
e Pesquisa, 2016.
"Orientação: Prof. Dr. Leonardo de Araújo e Mota, Pró-
Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa".
"Co-Orientação: Profa. Dra. Nadine Gualberto Agra ,
Departamento de Ciências Sociais".
1. Desemprego. 2. Mercado de trabalho. 3. Sistema
Nacional de Emprego - SINE. 4. Desenvolvimento regional. I.
Título. 21. ed. CDD 331.12

MAYNNE SANTOS DE OLIVEIRA

INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL:
O SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO NO MUNICÍPIO DE
CAMPINA GRANDE-PB


Texto apresentado ao curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Área de Concentração: Desenvolvimento Regional.

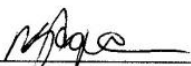
Linha de Pesquisa: Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais.

Aprovada em: 18 / 08 / 2016.


BANCA EXAMINADORA




Prof. Dr. Leonardo de Araújo e Mota (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.ª Dr.ª Nadine Gualberto Agra (Coorientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. José Luciano Albino Barbosa (Examinador Interno)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Mário Henrique Guedes Ladosky (Examinador Externo)
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Dedico este trabalho com todo o meu amor e carinho a minha mãe Mônica, pelos valores ensinados, por todo o amor dedicado e por todo o apoio dado. São estes gestos, que me fortalecem na realização dos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa intitulada de “Intermediação de Mão de Obra e Desenvolvimento Regional: o sistema nacional de emprego no município de Campina Grande-PB” é resultado de muito esforço e trabalho coletivo, por isso gostaria de agradecer a um conjunto de pessoas que colaboraram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

Primeiramente agradeço a DEUS e a Nossa Senhora das Graças por serem presenças constantes em minha vida, por me guiarem, protegerem e ajudarem em todos os momentos, mesmo naqueles em que tive pouca fé e o Senhor, com a tua infinita misericórdia, renovou as minhas forças.

A minha Mãe Mônica, que sempre lutou pra me educar e hoje sei que se eu me tornei essa mulher forte, dedicada e determinada foi devido ao teu exemplo de força e coragem. Obrigada por sempre ter acreditado na minha capacidade pessoal e profissional. A realização deste sonho eu divido contigo. A ti, sou e serei eternamente grata por tudo, principalmente, pelo teu amor incondicional.

Ao meu namorado Tharcio por seu apoio, amor, carinho, compreensão, alegria e, acima de tudo, cumplicidade. A ti, sou grata pelos sorrisos intensos, por me fazer acreditar que nunca devemos desistir dos nossos sonhos e por estar sempre presente, na alegria e na tristeza, na saúde e na doença. Essa conquista é nossa!

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, por todo o amadurecimento intelectual que adquiri nestes dois anos, em que fiz parte do programa de mestrado.

Ao Professor Leonardo Mota por todos os ensinamentos dados, por me orientar em todas as etapas deste trabalho de maneira dedicada e paciente.

A Professora Nadine Agra que aceitou ser minha coorientadora e que me ajudou muito, através do seu empenho, da sua dedicação e dos ensinamentos repassados.

A todos os meus colegas de turma por todos os momentos vividos, em especial aos meus amigos Ana Keli e Thiago, que sempre pude contar com apoio, amizade, carinho e que me arrancaram muitos sorrisos e lembranças boas que ficarão para sempre em meu coração.

A minha amiga-irmã Maria Eduarda por todo carinho, compreensão, amizade e auxílio durante a construção desse trabalho. Obrigada por se fazer sempre presente em todos os momentos de minha vida, pois desde a graduação tens sido uma amiga muito fiel, que sempre me dá forças para nunca desistir. A ti, sou grata por toda a tranquilidade, orações e fé incondicional.

As minhas outras amigas-irmãs Ana Paula, Elaine e Juliana Sales por todo o carinho, amor, amizade e por todos os momentos de intensa alegria que passamos juntas dentro e fora da UFCG. Sou grata a vocês por tudo e saibam que vocês tem um lugar bem especial em minha vida e no meu coração.

Aos meus amigos do coração Akidauana, Aline, Erick, Fátima, Livia e o Prof. Érico Miranda por todos os momentos bons que vivemos, por todas as demonstrações de amizade que me foram dadas, por todos os sorrisos longos, por todos os conselhos dados, por todo o amor e carinho de sempre.

A Fabrícia, secretária do MDR, que através do seu trabalho, carinho e dedicação sempre nos “socorre” da melhor maneira, nos assuntos relacionados ao Mestrado.

Ao coordenador do Sine Municipal Raymundo Asfora Neto, por sua ajuda, disponibilidade e atenção, no período da construção desse trabalho.

Agradeço, também, a todos aqueles que eu não mencionei aqui, mas que se fazem presentes na minha vida e que colaboraram de forma direta ou indireta para que eu realizasse mais este sonho.

*“Mas é preciso ter força
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria*

*Mas é preciso ter manha
É preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida...”*

(Maria, Maria – Milton Nascimento)

RESUMO

O mercado de trabalho brasileiro é marcado por uma forte heterogeneidade, desde o início da sua estruturação. A gravidade do problema do desemprego no Brasil intensificou-se a partir da década de 1990, quando milhares de postos de trabalho foram reduzidos, excluindo uma grande quantidade de trabalhadores do mercado de trabalho formal e fazendo com que estes buscassem soluções de subsistência na precarização e na informalidade. Desta forma, os governantes apresentaram propostas e colocaram em prática políticas voltadas para a geração de emprego e renda, que atuam na redução das taxas de desemprego, precarização e informalidade no país, até os dias atuais. Neste contexto, o Sistema Nacional de Emprego – SINE, criado em 1975, surgiu com o objetivo de combater as deficiências do mercado de trabalho, oferecendo serviços gratuitos a população, no geral, que desejam (re) inserir-se no mercado formal, através da intermediação da mão de obra, entre outros serviços oferecidos. Neste sentido, este trabalho consiste em um estudo para verificar a atuação do SINE municipal como intermediador de mão de obra, em Campina Grande-PB, avaliando qual é o perfil dos trabalhadores desempregados que frequentam a instituição no município. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa de campo, realizada através de um questionário aplicado a uma amostra dos trabalhadores desempregados que procuram o SINE. Os resultados obtidos possibilitaram um aprofundamento sobre a atuação do órgão frente as suas proposições, bem como conclui que o SINE Municipal apresenta deficiências. Ademais, foram apresentadas sugestões e melhorias para que a instituição analise melhor a sua demanda de trabalhadores, busque avanços nos âmbitos da intermediação de mão de obra e forneça cursos de qualificação profissional que sejam mais adequados ao perfil da força de trabalho campinense.

Palavras – chave: Desemprego. Mercado de trabalho. SINE.

ABSTRACT

Brazilian labor market is characterized by a strong heterogeneity, since the beginning of its structuring. The severity of the Brazilian unemployment problem has intensified since the 1990s, when thousands of jobs were reduced, excluding a large number of workers from the formal labor market and making them look for livelihood solutions in precariousness and in informality. In this way, the governors presented proposals and put into practice policies aimed at employment and income generation, which act to reduce the rates of unemployment, precariousness and informality in the country until the present day. In this context, the National Employment System (SINE), created in 1975, was created to combat labor market deficiencies, offering free services to the general population, who wish to (re)enter the formal market through labor intermediation, among other services offered. In this sense, this study verifies the performance of the municipal SINE as a labor intermediary in Campina Grande-PB, evaluating the profile of the unemployed workers who attend the institution in the city. For that, a field research was carried out through a questionnaire applied to a sample of unemployed workers, users of SINE services. The results allowed a deepening on the performance of the entity to tackle its propositions, as well as concludes that the Municipal SINE has deficiencies. In addition, suggestions and improvements have been made, enabling the institution to better analyze its demand for workers, seek advances in the areas of labor intermediation, and provide professional qualification courses that are better suited to the profile of the city workers.

Keywords: Unemployment. Labor Market. SINE.

LISTA DE FOTOS

Figura 1 -	Estrutura física do SINE municipal.....	79
Figura 2 -	Atendimento aos usuários do SINE municipal.....	79
Figura 3 -	Auditório usado para as seleções de emprego.....	82

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 - Evolução dos fluxos dos imigrantes por nacionalidade em São Paulo.....	49
Gráfico 1- Distribuição da população por condição na ocupação, em 2014 (%)......	55
Tabela 2 - Taxa de desocupação por faixa etária, segundo sexo (2014)......	55
Tabela 3 - Saldo da movimentação (admitidos-desligados) do emprego formal por setor econômico (2014)......	56
Gráfico 2- Evolução do emprego formal na Paraíba (2003 à 2016)......	62
Tabela 4 - Unidades de Federação incorporadas ao SINE.....	71
Tabela 5 - Atividades de intermediação à nível regional	76
Gráfico 3- Proporção dos indivíduos colocados segundo características predominantes...	77
Tabela 6 - Quantidade de vagas oferecidas pelo SINE municipal (2010-2015)......	81
Tabela 7 - Quantidade de inscritos encaminhados para as seleções de emprego (2010-2015)......	83
Tabela 8 - Quantidade de trabalhadores contratados pelas empresas (2010-2015)......	84
Gráfico 4 - Faixa etária dos usuários do SINE.....	88
Tabela 9 - Estado civil dos usuários do SINE.....	89
Gráfico 5 - Nível de escolaridade dos usuários.....	90
Tabela 10 - Situação socioeconômica atual.....	92
Tabela 11 - Tempo em que estão desempregados.....	92
Tabela 12 - Motivos da procura pelo SINE.....	93
Tabela 13 - Ação quando não encontram uma vaga no SINE.....	95
Gráfico 6 - Exigências comuns dos empregadores.....	96
Tabela 14 - Profissões declaradas no último emprego.....	96
Tabela 15 - Conhecimento da vaga para o qual foi encaminhado anteriormente.....	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADENE	Agência de Desenvolvimento do Nordeste
AMDE	Agência Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNB	Banco do Nordeste
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNPq	Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CPETR	Centro Público de Emprego, Trabalho e Renda
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CTCC	Centro Tecnológico Couro-Calçadista
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FIEP	Federação das Indústrias do Estado da Paraíba
FINOR	Fundo de Incentivo ao Nordeste
GTDN	Grupo de Trabalho do Desenvolvimento do Nordeste
IMO	Intermediação de Mão de Obra
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MDR	Mestrado em Desenvolvimento Regional
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PARAIBAN	Banco do Estado da Paraíba
PEA	População Economicamente Ativa
PIA	População em Idade Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PROGER	Programa de Geração de Emprego e Renda
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Institucional
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas
SEDE	Secretaria do Desenvolvimento Econômico
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SERT	Secretaria Estadual do Emprego e Relações do Trabalho
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SPE	Sistema Público de Emprego
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFMG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UPE	Universidade de Pernambuco
URN	Universidade Regional do Nordeste
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 CAPÍTULO I: DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E EMPREGO: CONCEPÇÕES TEÓRICAS.....	22
1.1 Adam Smith: a divisão do trabalho e o espiral do crescimento.....	22
1.2. Concentrações do capital e a formação do Exército industrial de reserva em Karl Marx.....	27
1.3 Keynes e os aspectos referentes ao desemprego.....	34
1.4 As questões do trabalho e desenvolvimento nos países subdesenvolvidos.....	38
2 CAPÍTULO II: ABORDAGENS RECENTES SOB O PRISMA DO MERCADO DE TRABALHO.....	43
2.1 A dinâmica da reestruturação produtiva e da acumulação flexível.....	43
2.2. As configurações do mercado de trabalho brasileiro.....	48
2.3 A SUDENE e os seus impactos no mercado de trabalho nordestino.....	57
2.4 Caracterização da formação econômica de Campina Grande.....	63
3 CAPÍTULO III: O SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO E A SUA CONTRIBUIÇÃO NO COMBATE AO DESEMPREGO.....	70
3.1 O debate das políticas públicas de emprego e renda: o Sistema Nacional de Emprego.....	70
3.1.1 <i>A Intermediação de Mão de Obra (IMO).....</i>	73
3.2 O SINE em Campina Grande.....	78
3.2.1 <i>O surgimento e a estrutura do Sine Municipal.....</i>	78
3.2.2 <i>Contratação e treinamento dos funcionários.....</i>	80
3.2.3 <i>Captação das vagas junto aos empregadores.....</i>	81
3.2.4 <i>Encaminhamentos para as entrevistas de emprego.....</i>	83
3.2.5 <i>Trabalhadores colocados no mercado de trabalho.....</i>	83
3.2.6 <i>Qualificação de mão de obra.....</i>	86
3.2.7 <i>As finalidades do Sine Municipal no combate ao desemprego.....</i>	86
3.3 O perfil socioeconômico dos usuários do Sine municipal.....	87
3.3.1 <i>Dados do trabalhador desempregado em Campina Grande.....</i>	88
3.3.2 <i>Dados sobre a família e residência.....</i>	89

3.3.3	<i>Escolaridade, formação e qualificação profissional.....</i>	90
3.3.4	<i>Trabalho, busca por um emprego no Sine e perfil do trabalhador.....</i>	91
3.3.5	<i>Dados sobre o emprego e/ou trabalho anterior.....</i>	96
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
	REFERÊNCIAS.....	104
	ANEXOS.....	109

INTRODUÇÃO

A estruturação do mercado de trabalho brasileiro, que passou de uma economia rural agrário-exportadora para uma economia urbana e industrial, foi marcada por uma heterogeneidade nas ocupações, excesso da força de trabalho nos centros urbanos, aumento da precarização e da informalidade, além de uma intensa rotatividade de mão de obra entre os setores produtivos.

Em 1975 foi criado o Sistema Nacional de Emprego (SINE) e ainda que tenha sido implementado para auxiliar na intermediação entre os trabalhadores desempregados em busca de uma ocupação, o serviço de emprego não teve a mesma eficácia obtida nos países desenvolvidos.

A criação do SINE coincidiu com o fim do milagre econômico¹, momento caracterizado pelas taxas de crescimento mais altas do Produto Interno Bruto (PIB) registradas no País. Sua estrutura sempre foi mantida mediante parceria entre o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e os governos estaduais e, nos últimos anos, sob as diretrizes do governo Federal.

A partir da década de 1980, com o fraco desempenho da economia decorrente da crise econômica que se instalava, postos de trabalho foram reduzidos, a inflação acelerou e o desemprego aberto² tornou-se um dos problemas a serem enfrentados.

Nesse período, evidenciou-se a primeira iniciativa destinada à estruturação do Sistema Público de Emprego (SPE), a partir de um conjunto de políticas de emprego sustentado pelos recursos e investimentos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o qual configurou um grande avanço em relação às políticas sociais de emprego no Brasil. Esse sistema apresenta cinco programas de atendimento aos trabalhadores: o seguro-desemprego, a intermediação de mão de obra, a qualificação profissional, a geração de emprego e renda e o apoio à produção de dados sobre o mercado de trabalho.

Por sua vez, ao longo dos anos 1990, segundo Azeredo (1998), as políticas públicas de emprego no Brasil através dos programas geridos, baseados na concessão de recursos do FAT, enfrentaram três principais problemas, são eles: (a) falta de abrangência e impossibilidade de alcance para diminuir as taxas de desemprego, precarização e informalidade; (b) desarticulação entre os programas de geração de emprego e renda, a

¹ Período de crescimento acelerado da economia brasileira entre os anos de 1968 a 1974.

² O desemprego aberto é caracterizado por aqueles indivíduos que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum tipo de atividade nos 7 últimos dias.

exemplo do seguro-desemprego, qualificação profissional e intermediação da mão de obra; (c) definição de prioridades por parte do Estado no que se refere à articulação entre as políticas públicas, particularmente, entre a política social e a política econômica.

Todavia a implementação destas políticas, nos anos 1990, buscou responder ao movimento de desestruturação do próprio mercado de trabalho, ou seja, das próprias deficiências do mercado.

De acordo com Pochmann (2002), neste período, o país gerou em torno de 3,3 milhões de desempregados, ao ritmo de um desocupado a cada 1,1 minuto. Pode-se destacar, também, que o país teve uma década marcada pelo fim da capacidade de produção de postos de trabalho suficientes para atender a demanda das pessoas que faziam parte da PIA (População em Idade Ativa). A chegada do jovem no mercado de trabalho se tornou uma consequência do tempo e até mesmo de um complemento da renda familiar, devido às condições que o mercado de trabalho se encontrava no período.

Sendo assim, as políticas voltadas para a geração de emprego e renda tinham o objetivo de “suavizar” os efeitos da reestruturação produtiva, características de um modelo de estado neoliberal. Ao mesmo tempo, que preparavam os trabalhadores para conviverem num mercado de trabalho competitivo, que exigia maior flexibilidade e qualificação profissional.

Dentre tais políticas, o serviço de intermediação de mão de obra (IMO) do SINE é o único totalmente gratuito tanto para os trabalhadores quanto para os empregadores.

O papel da intermediação é cadastrar os trabalhadores e as vagas oferecidas pelas empresas – a oferta e a demanda de mão de obra no mercado de trabalho – e realizar o cruzamento entre elas, o que permite indicar aos trabalhadores as ocupações mais adequadas ao seu perfil e ainda apontar cursos de qualificação disponíveis, na tentativa de adequá-los às exigências do mercado de trabalho, disponível nas várias agências do país, inclusive na agência do SINE municipal de Campina Grande-PB.

No município de Campina Grande-PB, a agência do SINE municipal foi instalada no ano de 2008 e, ao longo desse tempo, busca realizar uma série de ações relacionadas a intermediação, a exemplo da organização de um sistema de informações sobre o mercado de trabalho; a identificação do trabalhador por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o fornecimento de subsídios ao sistema educacional e de formação de mão de obra para a elaboração de suas ações.

Neste contexto, visto que função prioritária do SINE consiste na intermediação de mão de obra como solução para o desemprego, conforme informações do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED), na Paraíba, houve uma variação de 66,08% entre os

admitidos e desligados, no período correspondente a abril/2015 (-3.107) e abril/2016 (-1.054). A partir destes dados verifica-se que o desemprego ainda é bastante expressivo no estado, razão pela qual nasceu o questionamento desta dissertação.

Nesse sentido o presente trabalho é norteado pelo seguinte questionamento: **Qual o perfil dos usuários do SINE municipal em Campina Grande-PB?**

A problemática de estudo baseou-se na intermediação de mão de obra, pois esta aponta para a necessidade de dar amparo aos despossuídos, àqueles que, apesar dos seus esforços, dificilmente conseguirão ser incluídos socialmente por um emprego formal.

Assim como ocorre em todas ou na maioria das unidades de atendimento do SINE, no País, o público alvo em Campina Grande-PB é formado por beneficiários do seguro-desemprego, pessoas com deficiência, trabalhadores autônomos, egressos do sistema penitenciário, jovens em busca do primeiro emprego, desempregados, trabalhadores que procuram sua reinserção no mercado de trabalho com idade superior a 40 anos, entre outros. No âmbito do programa de intermediação, o SINE fornece informações e orientações aos trabalhadores que procuram emprego e aos empregadores que buscam recursos humanos, a fim de promover o encontro de ambos, auxiliando na escolha de trabalhadores por parte dos empregadores e sua (re)colocação nas vagas disponibilizadas.

Ante a problematização construída, o objetivo geral que norteia esta pesquisa é avaliar o perfil dos trabalhadores desempregados que frequentam o SINE municipal, em busca de (re) inserir-se no mercado de trabalho de Campina Grande-PB.

E como objetivos específicos, por sua vez, são: (a) Realizar uma discussão teórica sobre os principais autores da temática destacando alguns clássicos e buscando compreender a relação entre desenvolvimento, trabalho e emprego, com foco no mercado de trabalho; (b) Abordar sobre as atuais configurações do mercado de trabalho no Brasil e (c) Identificar o perfil dos trabalhadores que procuram o SINE municipal, buscando avaliar a eficácia da instituição como intermediadora de mão de obra.

No que diz respeito ao aporte teórico que o presente estudo se insere, tomou-se como base as questões acerca do pensamento dos clássicos econômicos, a exemplo de Smith (1985), Marx (1996) e Keynes (1988) partindo das abordagens destes teóricos a respeito do progresso, ou seja, de um padrão de desenvolvimento capitalista, que o liberalismo econômico não conseguiu atingir, como também, buscou-se mostrar os desequilíbrios do capitalismo e as tendências ao desemprego.

Desta forma, sabe-se que o capitalismo, por essência, é um sistema excludente e é através dessa massa de trabalhadores desempregados, que se inicia a formação dos conceitos

de marginalidade nos países periféricos, a exemplo da América Latina, fazendo com que permanecessem as margens da sociedade, aquelas pessoas que não estavam inseridas no mercado de trabalho, conforme foram retratados por Nun (2000), Kowarick (1985) e Quijano (1978).

Para a interpretação do contexto brasileiro foram utilizados como referência Barbosa (2008), Pochmann (2002), Dedecca (1999), Baltar (1996), Moretto (2009), entre outros, que interpretam que a estruturação do mercado de trabalho no Brasil não foi dada de forma linear e que suas mudanças foram iniciadas com a crise dos anos 1980 e acentuadas nos anos do desemprego foi uma das principais razões do aumento da subutilização da força de 1990, foram decorrentes do aumento expressivo do desemprego, da precarização, da informalidade e da redução drástica dos postos de trabalho. Estes autores buscam mostrar que o crescimento trabalho.

Nesse estudo, também, foram evidenciadas as intensas desigualdades nas inserções regionais, principalmente, entre a região Nordeste e as regiões mais desenvolvidas do país. Os autores Oliveira (2008), Tavares (2012), entre outros, buscaram mostrar que estas desigualdades permaneceram existindo mesmo após a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que tinha intrínseco em seu projeto de desenvolvimento, a redução destas desigualdades regionais. Desta forma, Maia *et al* (2013) e Oliveira (2009) ressaltam a formação econômica e o comportamento do mercado de trabalho de Campina Grande, localizada no estado da Paraíba, e que se destaca em alguns setores econômicos produtivos.

Dando continuidade, no que diz respeito aos aspectos metodológicos, a fim de atingir os objetivos propostos, o presente estudo foi desenvolvido a partir de procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica utilizando-se de livros, artigos, teses, estudos da área, entre outros textos, bem como a pesquisa de campo que foi realizada nas instalações do Centro Público de Emprego, Trabalho e Renda (CPETR) – SINE municipal, em Campina Grande-PB, onde foram coletados dados referentes ao cadastro de desempregados e entrevistas. Um dos objetivos da pesquisa de campo consistiu em diagnosticar o perfil dos trabalhadores que procuram a agência do SINE municipal.

O foco da pesquisa incidiu em analisar os trabalhadores desempregados que buscam emprego no SINE municipal, os excluídos, aqueles que estão “fora”, “ao lado”, “próximos” ou “distantes” do mercado de trabalho.

No tocante aos procedimentos utilizados para a realização da pesquisa, os entrevistados foram informados acerca dos objetivos da pesquisa e da garantia de anonimato

quando da publicação dos dados, assegurando sua participação na pesquisa e autorizando o uso das informações fornecidas. A entrevista com o gestor do SINE municipal foi transcrita e depois analisada, buscando compreender como o SINE atua no combate ao desemprego, no município, através dos serviços que disponibiliza para a população. Os trabalhadores responderam ao questionário com as perguntas individualmente.

O estudo desenvolvido é do tipo exploratório-descritivo, pois tanto busca oferecer ao pesquisador uma maior familiaridade com o tema e o aprimoramento de suas ideias quanto descreve as características da população e o fenômeno estudado (GIL, 2002). Com relação aos métodos de pesquisa, este estudo constitui uma investigação teórica e documental, bem como uma investigação empírica com abordagem qualitativa. A investigação teórica compreende um levantamento da bibliografia acerca dos eixos temáticos abordados, dos indicadores sociais pertinentes à temática abordada, bem como a análise documental dos dados fornecidos pela instituição.

A investigação empírica, por sua vez, foi realizada a partir da aplicação de um roteiro de entrevista estruturada com o Coordenador do SINE municipal e da aplicação de questionários com os usuários do SINE.

Optou-se pela elaboração de um questionário semiaberto, composto por questões fechadas de múltipla escolha e por questões abertas de livre resposta. Nas questões de múltipla escolha há a opção “outro”, que pode ser utilizada pelos respondentes para acrescentar itens não contemplados pelo pesquisador aos já existentes nas opções de respostas ao questionamento. No questionário, foi contemplado um espaço reservado a outras informações relevantes, de modo a buscar outras informações implícitas no discurso dos entrevistados.

De acordo com Gil (2002), entre as principais vantagens da aplicação de questionários apontam-se a possibilidade de abranger um grande número de pessoas, a padronização combinada com uma maior segurança, posto que as respostas não necessitam de identificação, além da facilidade em relação à tabulação e à análise dos dados.

Durante a aplicação dos questionários foi necessário a realização de contato com alguns funcionários do SINE para esclarecimento dos objetivos e da finalidade da pesquisa.

A base de dados obtida com o questionário foi organizada em algumas categorias, a saber:

1. Dados pessoais do trabalhador desempregado;
2. Dados sobre a família e residência;
3. Escolaridade, formação e qualificação profissional;

4. Situação de trabalho, busca por emprego no Sine e perfil do trabalhador;
5. Dados sobre o emprego ou trabalho anterior;

De acordo com Bussab (2002), população é o conjunto de todos os elementos sob investigação. Para pesquisas empíricas, um levantamento de toda a população (censo) é, em geral, inviável, devido principalmente ao tempo demandado para ser realizado e ao custo. Dessa forma, frequentemente se trabalha com amostras que se configuram como qualquer subconjunto da população.

Na seleção da amostra desta pesquisa foi considerado o método não aleatório, ou seja, os entrevistados foram escolhidos sem o auxílio de um método estatístico ou probabilístico, e corresponderam a 60 pessoas em sua totalidade.

Inicialmente conheceu-se parte da equipe do SINE municipal, suas instalações, e reuniram-se alguns dados sobre a intermediação de mão de obra que a instituição armazena. A coleta de dados foi realizada na própria instituição durante o período de uma semana.

O questionário aplicado diretamente aos usuários do SINE municipal foi elaborado para dar a conhecer, de modo detalhado, o perfil dessas pessoas, caracterizando a sua situação de desemprego e a relação com o objeto de estudo, o SINE municipal.

Quanto ao presente estudo, está organizado de acordo com o caminho adotado para articular os elementos empíricos com a teoria. Assim, no primeiro capítulo, foram expostos os pensamentos dos teóricos econômicos, a exemplo de Adam Smith sobre a divisão do trabalho e os avanços da produtividade; Karl Marx que retratou a Lei da queda tendencial da taxa de lucro e a formação do Exército Industrial de Reserva, buscando mostrar as peculiaridades do capitalismo como um sistema excludente e ressaltando os efeitos sociais devastadores causados pela evolução da produtividade e John Maynard Keynes e a incapacidade do mercado em alcançar o pleno emprego, a formação das crises econômicas e o desencadeamento do desemprego, contrastando suas ideias com os teóricos que compunham a escola clássica. Neste primeiro capítulo, também, ressaltou-se um debate sobre a marginalidade dos países periféricos, mostrando as incoerências do capitalismo nestas regiões e afirmando que estas se desenvolveram a partir da acumulação de capital e da existência de uma superpopulação excedente.

Por conseguinte, no capítulo 2 será feita uma abordagem sobre as transformações ocorridas no mundo do trabalho a partir da reestruturação produtiva, buscando mostrar o momento em que o Brasil foi inserido nesse processo. Nesse capítulo, também, será retratado a formação do mercado de trabalho brasileiro e ao decorrer dos anos será mostrado à

desestruturação deste mercado, através dos índices crescentes de desemprego; da precarização nas relações de trabalho; aumento da informalidade; elevação da inflação; redução dos postos de trabalho, entre outros motivos que levaram a essa desestruturação. Desta forma, também, será analisado como a criação da SUDENE impactou no desenvolvimento econômico da região Nordeste e, conseqüentemente, no mercado de trabalho nordestino. Neste contexto, buscando compreender as peculiaridades de Campina Grande-PB será realizada uma caracterização da sua formação econômica, através dos ciclos que impactaram no desenvolvimento do município e na estruturação do seu mercado de trabalho.

Portanto, no intuito de retratar o contexto do objeto de estudo, o capítulo 3 mostrará as mudanças ocorridas no mercado de trabalho brasileiro, através da criação do Sistema Nacional de Emprego – SINE e a sua atuação no combate ao desemprego no país. O SINE oferece uma série de serviços públicos à população, tendo como função prioritária a intermediação de mão de obra, que se caracteriza pela (re) inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho brasileiro. Ademais, seguindo a forma como a questão de pesquisa e os objetivos foram expostos, neste capítulo, será mostrada a caracterização do lócus da pesquisa, através da entrevista realizada com o coordenador da instituição e dos dados referentes à pesquisa de campo realizada com os usuários do SINE municipal, buscando avaliar a eficácia da instituição como intermediadora de mão de obra.

CAPÍTULO 1

DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E EMPREGO: CONCEPÇÕES TEÓRICAS

O presente capítulo tem por objetivo realizar uma discussão teórica sobre os liames entre trabalho e desenvolvimento, buscando destacar, no pensamento dos clássicos da Ciência Econômica, essa relação. Sendo assim, partiu-se de um estudo detalhado sobre os aspectos da divisão do trabalho em Adam Smith, para então demonstrar e analisar a Lei da queda tendencial da taxa de lucro e a formação do Exército Industrial de Reserva, em Karl Marx para, então, ressaltar as categorias conceituais de John Maynard Keynes, no que diz respeito à geração de emprego em uma economia.

Partindo da análise clássica, passa-se a perceber as questões relativas ao trabalho e desenvolvimento sob a ótica da Teoria da Dependência, com destaque para o pensamento de José Nun, Lúcio Kowarick e Anibal Quijano.

1.1 Adam Smith: a divisão do trabalho e o espiral do crescimento

Adam Smith (1723-1790) é conhecido em toda a história do pensamento econômico como precursor da base científica da teoria econômica moderna. Para ele, o trabalho era o único meio de gerar riquezas. A sua principal obra, *A Riqueza das Nações (1776)*, foi escrita no início da Revolução Industrial. Para Smith, a verdadeira base da riqueza era a produtividade, que resultava do trabalho humano e dos recursos naturais.

Explicando o pensamento de Smith, é possível entender que essas leis naturais decorrem de ações individuais egoístas dos homens e realizam de modo involuntário, propósitos próprios de interesses sociais, ou seja, Smith retrata sobre a nova natureza do homem.

Nesse sentido, é possível inferir que “Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse.” (SMITH, 1985, p.74).

É no inesperado resultado dessa luta competitiva, pelos seus próprios interesses, que Smith criou a metáfora da mão invisível para explicar que a economia, em todo o mundo, era sistematizada a partir destas leis naturais. Desta forma, “[...] as pessoas eram conduzidas por essa mão invisível de Smith, no sentido de promover o bem estar social, sem que esta promoção fizesse parte do seu intento ou motivo.” (HUNT, 1989, p. 67).

A mão invisível era uma força que atuava em uma situação de mercado, onde nem compradores e nem os vendedores eram capazes de definir o preço dos produtos. Quem definia o preço era a mão invisível que guiava o mercado, o Estado não interferia, levando em consideração a oferta e a demanda daquele determinado produto, que não variava muito de um lugar para o outro.

Segundo a Lei da Oferta e da Demanda, quando existia uma grande oferta de um produto no mercado, e a procura por ele era baixa, o seu preço tendia a cair. Mas, quando havia pouca oferta desse mesmo produto e a procura por ele era elevada, o seu preço subia.

Nesse contexto, Smith (1985) descreveu quatro estágios distintos de desenvolvimento econômico, são eles: i. a *caça*, ii. o *pastoreio*, iii. a *agricultura* e iv. o *comércio*. Ele caracteriza o estágio da *i. caça* a partir do exemplo das tribos de caçadores da América do Norte, quando são descobertos pelos europeus.

Para Smith (Op. Cit.), neste estágio, tudo aquilo que fosse resultado do trabalho pertencia ao trabalhador, não havia necessidade de ser dividido com um patrão. Também não havia divisão do trabalho, acúmulo de capital, manufaturas e as trocas raramente aconteciam.

Hunt (1989) definiu o *estágio da caça* como o mais baixo devido à pobreza, a inexistência de uma base econômica que viesse a conceder privilégios, não havendo autoridade, subordinação, entre outros fatores.

Ainda de acordo com as definições de Hunt (Op. Cit.), no estágio do *ii. pastoreio* a produtividade era baseada na criação e domesticação de animais. Neste tipo de sociedade, os rebanhos de gados foram considerados a primeira forma de relação de propriedade.

Percebeu-se que os pastores eram nômades, ou seja, mudavam de localização de acordo com as distintas estações do ano. Segundo Smith (1985), foi nesse período dos pastores que iniciaram as práticas de desigualdade entre as fortunas e as relações de poder e subordinação. Sem contar que havia um desenvolvimento incipiente das manufaturas e do comércio interno.

Para Hunt (1989), no estágio da *iii. agricultura*, as sociedades se estabeleceram e a agricultura se tornou a atividade econômica de maior importância. Com isso, a propriedade da terra passou a ser a relação mais significativa na diferenciação das classes.

De acordo com Smith (1985), nesse período não havia produção de mercadorias, as nações habitualmente desestimulavam as atividades artesanais e voltadas para o comércio. Também se pode ressaltar que não havia um estilo de mercado desenvolvido e os meios de troca eram pouco utilizados.

O aparecimento das cidades europeias foi a grande força que levou ao estabelecimento do quarto estágio, o *iv. comercial*. Segundo Hunt (1989), naquele período, as cidades eram dependentes do comércio exterior e independentes da economia agrícola medieval.

O crescimento das cidades favoreceu a criação dos mercados, onde os senhores feudais podiam realizar trocas entre o seu excedente agrícola e os produtos industrializados. Neste estágio, digno do capitalismo, a acumulação de capital se inseriu como forma exclusiva de acumulação de riqueza e ocorreu a divisão social entre proprietários de terras, patrões capitalistas e trabalhadores assalariados. Para Smith (Op. Cit.), estas foram as três categorias basilares de toda sociedade evoluída.

Desta forma, para se debater sobre a teoria do valor-trabalho é necessário que se compreenda, através do pensamento de Smith, que as mercadorias só possuíam valor se fossem resultados do trabalho humano. Todavia, Smith (1985) afirmou que o valor de troca das mercadorias era determinado pela quantidade de trabalho que havia sido empregado na produção delas.

Porém, de acordo com as ideias de Smith (Op. Cit.), uma vez que as mercadorias são trocadas a partir desse trabalho incorporado nelas, não há a possibilidade de se obter vantagens nas trocas, pois há uma equivalência entre esses valores. Conforme se pode analisar a partir desse exemplo clássico da água e do diamante:

As coisas que têm o mais alto valor de uso frequentemente têm pouco ou nenhum valor de troca; vice-versa, os bens que têm o mais alto valor de troca muitas vezes têm pouco ou nenhum valor de uso. Nada é mais útil que a água e, no entanto, dificilmente se comprará alguma coisa com ela, ou seja, dificilmente se conseguirá trocar água por alguma outra coisa. Ao contrário, um diamante dificilmente possui algum valor de uso, mas por ele se pode, muitas vezes, trocar uma quantidade muito grande de outros bens. (SMITH, 1985, p.81).

Percebe-se que o valor de uso e o valor de troca não estão sistematicamente relacionados entre si. De acordo com Hunt (1989), a melhor medida de valor era a quantidade de trabalho que qualquer mercadoria poderia oferecer numa troca. Porém, como os salários significavam o preço de compra desse trabalho, essa medida de valor de Smith tornava-se variável.

A partir do momento em que os capitalistas obtiveram o domínio dos meios de produção é que se observou que o capital concentrava-se apenas para algumas pessoas. Hunt

(1989) descreve que Smith analisou o valor de troca como sendo formado pela soma de três componentes: os *salários*, os *lucros* e os *aluguéis*.

Para Smith (1985), os salários (o preço real do trabalho) cresciam com o avanço da acumulação de capital, não sendo necessário aumentar os preços dos produtos, pois a produtividade do trabalho compensava esse crescimento dos salários.

A respeito da determinação dos lucros, o aumento da concorrência entre os capitalistas faz com que se reduza a taxa de lucro, pois se entende que a concorrência eleva os salários e diminui os lucros provenientes do capital (Cf. SMITH, 1985).

Conforme se observou na obra de Hunt (1989), Smith argumentou contra o pensamento dos fisiocratas, que defendiam que o trabalho incorporado à indústria era improdutivo. Ele defendeu, no entanto, que esse tipo de trabalho era uma fonte de progresso econômico, devido a sua forte acumulação de capital e geração de lucros.

Smith (Op. Cit.) caracterizou os trabalhadores como *produtivos*, quando realizavam trabalhos que gerassem renda para os capitalistas e houvesse lucros. Ele também caracterizou os trabalhadores como *improdutivos* quando vendiam sua força de trabalho para os mais ricos ou para o governo e, neste caso, não havia progresso econômico, por não ter acumulação de capital e geração de lucros nas relações.

Nesse sentido, pode-se inferir que o trabalho só seria produtivo se houvesse acumulação de capital, ressaltando-se que a produtividade do trabalho ampliava o bem estar econômico. Atingido o nível de sociedade comercial, a fonte para esse desenvolvimento e bem estar de uma nação teve sua origem na divisão do trabalho.

Neste período, o setor industrial estava se mecanizando e a Inglaterra se transformou num país com um sistema fabril dominante. Tantos avanços, a exemplo da invenção do motor a vapor, resultaram no rápido crescimento da produtividade, que tornou o país a maior potência econômica e política do séc. XIX.

Pode-se perceber, ao longo da linha de evolução do desenvolvimento social, que em várias cidades comerciais e industriais, uma parte da produção ocorria por meio das manufaturas que, por sua vez, diferenciava-se do estilo fabril, pelo fato dos operários empregarem antigas técnicas artesanais de produção e não as técnicas mecanizadas das linhas de montagem (Cf. HUNT, 1989). Nas manufaturas estava concentrado o grande potencial da organização capitalista de produção, que chamou bastante atenção de Smith.

Nesse contexto, a divisão do trabalho foi propagada como um instrumento importante para o aumento da produtividade, considerando que quanto mais complexo fosse o trabalho, maior seria a divisão das tarefas e, conseqüentemente, o aperfeiçoamento dos

trabalhadores (Cf. SMITH, 1985). Smith contribuiu ricamente para a compreensão das relações humanas na produção de bens e das relações existentes entre o capital e o trabalho.

Um exemplo clássico da divisão do trabalho é encontrada na obra de Smith cita a produção de alfinetes. Ele ressalta, no exemplo dos alfinetes, que se os empregados tivessem trabalhado de modo independente um do outro, sem nenhum tipo de treinamento para execução das tarefas, não produziram a mesma quantidade do que são capazes de fabricar com a divisão do trabalho.

Para Smith (Op. Cit.), em qualquer manufatura, onde a divisão do trabalho fosse implantada, os efeitos seriam os mesmos: maior produção, maior racionalidade com redução de custos e aumento da produtividade.

Todavia, ele afirma que os resultados obtidos pela divisão do trabalho não eram os mesmos para todas as manufaturas, uma vez que nem todas conseguiam realizar um grande número de subdivisões de tarefas. Uma distinção feita pelo autor é que os efeitos da divisão do trabalho são diferenciados quando se analisa um país urbanizado, comparando-o a um país agrícola, meramente atrasado.

De acordo com Smith (1985), na agricultura, não existe uma forma de determinar apenas um indivíduo para uma função específica, pois as funções só se repetem a partir das diferentes estações do ano. E, segundo ele, é por esta razão que o ritmo da produtividade no campo, geralmente, não consegue acompanhar o ritmo alcançado nas manufaturas.

A impossibilidade de segmentar o trabalho agrícola é a explicação para o grande dinamismo que ocorre na indústria. Diante estas observações, defende-se que "[...] as nações mais opulentas geralmente superam todos os seus vizinhos tanto na agricultura, como nas manufaturas; porém distinguem-se, em geral, mais pela superioridade na manufatura do que pela superioridade na agricultura." (SMITH, 1985, p. 67). De modo indireto, pode-se ressaltar que as nações mais industrializadas tendem a ser mais ricas.

Sendo assim, o aumento da produtividade, circunstanciado pela divisão do trabalho, possui três fatores que exemplificam o aumento do rendimento por pessoa (Cf. SMITH, 1985). O primeiro deles se refere ao *aprimoramento da destreza do operário* que vê a quantidade de serviço que ele pode realizar, a partir da divisão do trabalho, aumentar.

Acerca desse fator, Smith cita o exemplo da fabricação de pregos. Para ele, é muito maior a destreza de quem passou a vida inteira fabricando pregos, pois a rapidez com a qual são executadas algumas das operações dessas manufaturas supera, com facilidade, a de uma pessoa que nunca o fez.

O segundo fator se refere à vantagem que existe em *poupar o tempo que se perdia na mudança de um tipo de trabalho para o outro*. Vale ressaltar que é impossível passar com muita rapidez de um tipo de trabalho para outro, porque este é executado, geralmente, em lugar diferente e com ferramentas muito diversas.

E, por fim, o terceiro fator se refere a *grande utilização de máquinas adequadas*, que ocasionou na redução dos operários responsáveis por executar a mesma quantidade de trabalho.

Desta forma, pode-se analisar que se passou a determinar como divisão do trabalho, não apenas as formas de atividade encontradas nas manufaturas ou no campo, mas entendeu que as atividades rurais deveriam gerar matérias primas para serem utilizadas nas fábricas.

Um exemplo que retrata bem esta ideia de Smith (1985) é o do casaco de lã que o trabalhador usa para se agasalhar, que por mais rude que fosse era o resultado da contribuição de vários outros trabalhadores que, com suas profissões específicas, fabricaram algo tão corriqueiro para nós.

Em suma, a busca pelo lucro em livre concorrência gerou a necessidade de conquistas maiores do mercado. No período em que Smith escreveu sua obra mais conhecida, conforme já foi citado, os grandes avanços tecnológicos das máquinas industriais não haviam sido difundidos.

Marx aparece para mostrar que o sistema capitalista, movido por essa determinação dos lucros, caracteriza-se como excludente, devido aos poderes que os capitalistas possuem em relação às classes minoritárias, a partir da exploração da mais-valia, entre outros fatores. Os efeitos sociais causados pela evolução na produtividade foram devastadores, conforme será analisado na seção seguinte.

1.2 Concentrações do capital e a formação do Exército industrial de reserva em Karl Marx

A análise de Marx sobre o capitalismo foi sistematizada na obra *O Capital*, que foi organizado em três livros. No primeiro livro, publicado originalmente em 1867, Marx tratou do capital como um instrumento de produção e da relação direta com a exploração da força de trabalho assalariada.

A fábrica foi o local de estudo e o enfoque principal consistiu no processo de criação e acumulação da mais-valia. Os outros dois livros (vol. 2 e 3) foram publicados por Engels nos anos 1885 e 1894, respectivamente.

Marx iniciou sua análise nas trocas e circulações de mercadorias, caracterizando-as a partir dos valores de uso e de troca. O valor de uso é determinado por aquilo que se pode realmente fazer com uma mercadoria, ou seja, a sua utilidade. O valor de troca se refere a quanto vale a mercadoria, no mercado. Para Marx, o tempo de trabalho necessário para a produção era comum entre todas as mercadorias.

Hunt (1989) afirma que quando o capitalista usava o seu dinheiro na compra das mercadorias essenciais ao processo produtivo, o capital resultante apresentado em forma de mercadorias era dividido entre capital constante e variável.

Assim, o capital constante era constituído por todos os instrumentos envolvidos no processo de produção, que seriam as máquinas ou os meios usados para a produção (matérias primas), que representavam os meios não humanos de produção. Por sua vez, o capital variável foi definido como a força de trabalho, a capacidade de trabalho do indivíduo, que era vendida ao capitalista.

Ainda de acordo com Hunt (1989), Marx queria explicar a origem da relação social existente entre os capitalistas e trabalhadores, que ele denominou de *acumulação primitiva*. Esta se refere ao processo inicial de acumulação por meio das primeiras riquezas.

No capitalismo, a divisão da sociedade consistia nos burgueses (capitalistas), que possuíam os meios de produção, ou seja, os meios usados para produção das mercadorias; e os proletários (trabalhadores) que eram os indivíduos que vendiam a sua força de trabalho aos capitalistas, ou burgueses.

Pode-se destacar, porém, que neste período teve que ocorrer a separação do homem aos meios de produção, para que a sociedade se dividisse. Também podemos ressaltar que o mercado de trabalho se forma a partir do momento em que os indivíduos possuem como única fonte de sobrevivência a venda da sua força de trabalho.

Desta forma, o dinheiro que o burguês paga ao proletário, em troca dessa força, é chamado de salário e o capital que foi gerado pelo proletário, que atuou nos meios de produção e que ele não recebeu do burguês, é chamado de *mais-valia*.

Segundo a definição de Marx (1994), a mais-valia consiste em um incremento ou excedente sobre o valor original de uma mercadoria. Explicando este conceito, pode-se entender que ele está ligado a exploração de mão de obra. A mais-valia é o valor do trabalho não pago ao trabalhador, variável em função do número de horas trabalhadas e da intensidade do trabalho, e também em função dos aumentos de produtividade, a partir do desenvolvimento tecnológico dos meios de produção.

Tomemos como exemplo, para especificar a mais-valia, uma indústria de móveis. Suponhamos que nessa indústria trabalhe um marceneiro, que ganha R\$1.000,00 por mês, produz 20 mesas por semana e o dono da indústria estipule um valor de R\$200,00 por cada mesa. Desta forma, supõe-se que sejam produzidas uma quantidade de 80 mesas, ao final de cada mês. Se todas as mesas forem vendidas, considerando o custo da matéria prima, o dono da indústria vai ganhar muito dinheiro em cima destas mercadorias e o marceneiro, por sua vez, fica limitado ao salário de R\$1.000,00 por mês e não participa desse lucro obtido com a venda das mesas que ele produziu.

Deste modo, no período em que Marx refletiu sobre a mais-valia, no séc. XIX, os operários trabalhavam 15 a 16 horas por dia, nas fábricas. Se eles trabalhassem 8 ou 10 horas por dia, já cobririam o custo da empresa e gerariam lucro para o capitalista. Só que, na realidade, o trabalhador se excedia nas horas trabalhadas e não recebia nenhum valor por este excedente, que ficava concentrado nas mãos do dono da indústria.

Sendo assim, pode-se observar o quanto o sistema capitalista é exploratório, baseando-se no princípio da exploração da mão de obra assalariada, visto que a classe burguesa do período aumentava as suas riquezas a partir dos lucros obtidos pelos proletários, que se tornava um grupo de indivíduos cada vez maior e mais pobre.

Conforme descreve Marx (1994):

O capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa. O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou (MARX, 1994, p. 347).

Explicando, pode-se analisar que para Marx o capital era igual ao trabalho, visto que para a sua existência era necessário que houvesse a produção e o consumo das mercadorias produzidas, pois nesse período o trabalho fazia parte da essência humana, composto de um trabalho vivo que se caracterizava como o sujeito real do processo produtivo, e se contrapunha ao trabalho morto, que se acumulava na forma de produção dos bens de capital.

Com o desenvolvimento da grande indústria capitalista, o homem, no âmbito de sua força de trabalho, deixa de ser o principal agente da produção. É a indústria que transforma a função do trabalhador no de supervisor e regulador da produção.

É possível observar e comprovar essa reflexão de Marx no exemplo do proletário que vende a sua força de trabalho, sendo o trabalho dele definido pelo patrão. Assim, aqueles

trabalhadores que não detinham os poderes do seu trabalho eram alienados, pois eles não possuíam consciência da exploração da sua mão de obra por seus patrões.

A alienação do trabalhador surge, portanto, a partir da divisão do trabalho e do aparecimento da propriedade privada. Uma vez que o homem não se percebe no produto do seu trabalho e esse produto é alheio, nas relações sociais o homem também não se percebe como um ser social.

Nesse contexto de desenvolvimento econômico, cada capitalista almejava ultrapassar os concorrentes e, assim, buscavam introduzir em suas empresas aperfeiçoamentos técnicos que lhes oferecessem vantagens sobre os adversários. Enquanto estes aperfeiçoamentos eram exclusivos de uma determinada empresa, suas mercadorias eram produzidas com um tempo de trabalho inferior ao necessário, o que lhes propiciava uma quantidade maior de mais-valia, quando realizado.

A partir do pressuposto da Lei Geral da Acumulação Capitalista³, uma parte da população estava à disposição do capital e do outro lado se observava a grande miséria que atormentava a massa de trabalhadores. A busca pelo lucro é o que impulsiona o capitalismo e gera a necessidade de conquistas maiores do mercado.

Para Marx (1986), os lucros aumentavam à medida que avançava a acumulação de capital. Porém, a queda da taxa de lucro indicava que a direção social da riqueza pelo capital estava detida nele próprio e que o regime capitalista de produção não constituía uma forma absoluta da organização produtiva.

A tendência à queda da taxa de lucro foi trabalhada no terceiro volume de *O Capital*. Nesta obra, a explicação de Marx acerca da queda da taxa de lucro representa uma dedução lógica da sua teoria *do valor, da mais-valia e da composição orgânica do capital*. Embora a taxa de lucro seja a relação do lucro com o capital total (capital constante + capital variável), o próprio lucro só é criado pelo capital variável.

A elevação da composição orgânica do capital, que conduzia à diminuição da taxa de lucro, trazia consigo efeitos contrários à queda, basicamente atenuando-a ou, eventualmente, até aumentando-a durante prazos mais ou menos prolongados. Estes efeitos decorriam do crescimento da produtividade do trabalho. Assim, para Marx, todas as formas de aumentar a exploração do trabalho tendiam a aumentar a taxa de lucro.

Marx fez da lei da queda tendencial da taxa de lucro o princípio explicativo mais profundo da etapa imperialista do capitalismo. A lei da queda tendencial da taxa de lucro

³ A procura pela força de trabalho aumenta quando a acumulação do capital amplia-se, de forma que seja mantida a composição do capital.

atuava como contradição do desenvolvimento do capitalismo e não como mecanismo automático de sua derrocada.

Desta forma, o sistema capitalista não foi difundido de modo homogêneo em todas as nações, pois as economias destes lugares apresentavam particularidades próprias. Assim, por onde o capitalismo foi sendo inserido houve a formação de um exército industrial de reserva e de uma superpopulação relativa.

Marx (1986) entendia que o crescimento da miséria dos trabalhadores não se referia apenas aos operários regularmente empregados e seus salários reais, mas também as condições de vida do grande contingente de operários desempregados, que não possuíam perspectiva de uma ocupação regularizada.

Marx elucidava, ainda, que:

Se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, e mesmo condição da existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital [...]. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população. (MARX, 1986, p. 738-739).

A projeção de uma possível elevação dos salários reais dos trabalhadores não estava acompanhada da consideração dos reais desgastes físicos e mentais dos operários, da insegurança de manutenção do emprego e do crescimento do número de desempregados. Estes fatores acarretaram no aumento da pressão dos operários que estavam empregados, fazendo com que eles se tornassem sujeitos ao trabalho excessivo, enriquecendo a classe capitalista.

À medida que foram implementadas as inovações tecnológicas, uma grande parcela de operários foi lançada no desemprego e permaneceu nesta situação até que a acumulação do capital necessitasse de mais força de trabalho e originasse novos empregos.

Desta forma, analisou-se, a partir da dinâmica capitalista, que houve um aumento do número de desempregados, mais conhecidos como o *Exército Industrial de Reserva*. Pode-se ressaltar que este exército desempenhou um papel importante nas quedas da taxa de lucro e ao final do sistema capitalista.

Do ponto de vista de Marx (1994), o exército industrial de reserva funcionava como regulador do nível geral de salários, impedindo que se elevasse acima do valor da força de

trabalho ou situando-o abaixo desse valor. Uma segunda função do exército industrial de reserva consistiu em colocar à disposição do capital, a mão de obra adicional de que necessitava nos momentos de expansão produtiva.

O exército industrial de reserva atuou, portanto, no fortalecimento da ocorrência da superexploração do trabalho, que provocou a elevação da taxa de lucro. Este fato ocorreu em função de os trabalhadores desempregados exercerem pressões sobre os trabalhadores empregados, submetendo-os a superexploração dos capitalistas sob a condição de, no futuro, serem substituídos por outros trabalhadores que estavam desempregados, no período.

Esta situação gerou um sentimento de competição entre os trabalhadores empregados e desempregados e, conseqüentemente, fortaleceu a acumulação capitalista. É nesse sentido que se afirma que “[...] a superpopulação relativa é o pano de fundo sobre o qual a lei da oferta e da procura de mão de obra se movimentam.” (MARX, 1994, p.269).

Na medida em que a acumulação crescia havia uma demanda maior de trabalho, que resultavam no esgotamento das reservas de operários; por outro lado, a oferta de trabalho se tornava independente do crescimento da oferta de trabalhadores.

Neste sentido, uma solução encontrada pelos capitalistas, para combater essa demanda de trabalho, foi a de oferecer salários mais altos para atrair novos trabalhadores e completar seu quadro de produção.

Quanto maior fosse o número dos trabalhadores excedentes, maior seria o controle dos capitalistas sobre os salários. Ressalta-se que esse movimento da demanda e da oferta completava a tirania do capital, que atuava fortemente sobre a oferta e a demanda.

Para Marx (Op. Cit.), todo o trabalhador que estava desempregado, parcialmente ou inteiramente, fazia parte da superpopulação relativa. Porém, essa não era uma categoria que tinha o poder de incluir ou excluir trabalhadores do mercado de trabalho, pois quem determinava este fato eram os momentos de crise do capitalismo, os momentos de expansão do processo de industrialização, entre outros fatores. Deste modo, a superpopulação relativa se apresentou a partir de três formas, são elas: a *flutuante*, a *latente* e a *estagnada*.

Na forma *flutuante*, a quantidade de trabalhadores das fábricas, manufaturas, usinas siderúrgicas e minas podiam aumentar ou reduzir. No geral, o número de trabalhadores ocupados crescia, porém, não na mesma proporção do aumento da produção.

O processo de acumulação de capital empurrava os capitalistas a buscarem trabalhadores jovens para o processo produtivo, porém, quando a idade avançava, estes mesmos trabalhadores eram demitidos e substituídos por outros mais jovens.

Assim, o consumo da força de trabalho pelo capital era tão rápido que, por exemplo, um trabalhador de média idade, na maioria dos casos, mostrava-se esgotado até para buscar outra ocupação. Desta forma, este trabalhador era “jogado” no contingente de trabalhadores excedentes.

Contudo, de forma *latente*, verificou-se a constante migração dos indivíduos do campo para as cidades, em busca de melhores condições de trabalho, principalmente, no momento em que a agricultura sofreu inúmeros avanços tecnológicos, influenciados pelo sistema capitalista. Estes avanços resultaram na formação de um grande excedente de trabalhadores no ambiente urbano.

Por sua vez, a forma *estagnada* refere-se aos trabalhadores “irregulares” que não estavam inseridos nas grandes indústrias e também não estavam na agricultura. Estes indivíduos foram considerados trabalhadores supérfluos e precários, que acabaram contribuindo para a lógica da acumulação capitalista, porque a sua condição de vida era inferior à dos indivíduos que tinham um trabalho. Vale ressaltar que este contingente de pessoas era mais vulnerável a exploração do capital.

Nesta forma de estagnação houve o aumento excessivo da pobreza, o que Marx (1994) intitulou de *pauperismo*. Sabe-se que os salários foram estabelecidos pelos capitalistas para a subsistência do trabalhador e de sua família, então, pode-se dizer que essa pauperização atingia essa classe de trabalhadores que estava inserida no mercado de trabalho, bem como aqueles que haviam sido excluídos do mercado de trabalho, no mesmo período.

Deste modo, percebeu-se que houve um intenso processo de precarização nas condições de vida destes indivíduos, devido ao aumento da produtividade do trabalho que pressionava estes trabalhadores.

É perceptível que na proporção que se aumentava o capital e se intensificava a produção e circulação de mercadorias e, a partir dos avanços tecnológicos, as condições de vida dos trabalhadores se tornaram mais precárias, diga-se sub-humanas. Essa é a lógica da acumulação do capital: quanto maior for a produtividade do trabalho, mais ricos serão os capitalistas e mais pobres se tornarão os trabalhadores.

Nesse contexto, independente da remuneração oferecida pelos capitalistas, o trabalho foi visto, pelos trabalhadores, como algo doloroso e sofrido. Porém, vale ressaltar que o trabalho jamais irá desaparecer, pois é tido como uma condição natural da vida humana, para garantia de sua subsistência.

Em suma, a produção da riqueza ocorre na mesma proporção que a produção da miséria. Neste período, o homem não era reconhecido como um ser social atuante, que

satisfazia as suas necessidades, mas sim, trabalhava para enriquecer uma minoria, realizar práticas de consumo e, conseqüentemente, promover a circulação das mercadorias.

Desta forma, Keynes, nascido no ano de 1883 (ano da morte de Marx), aparece com pensamentos opostos ao marxismo e a doutrina clássica, que já mostrava sinais de enfraquecimento. Em sua corrente keynesiana, ele objetivava o estudo do desemprego a partir de uma economia de mercado. Essa perspectiva será melhor analisada na próxima seção.

1.3 Keynes e os aspectos referentes ao desemprego

Sendo assim, pode-se inferir que a história do capitalismo é extremamente baseada em instabilidades econômicas, em contradições, que são determinadas pelas relações de poder estabelecidas no sistema produtivo entre aqueles que detêm os meios de produção e aqueles que detêm a força produtiva.

A Grande Depressão de 1930 se constituiu na maior crise das grandes economias capitalistas mundiais. De acordo com Hunt (1989), nos Estados Unidos houve uma queda brusca na bolsa de valores de Nova York, que fez com que a economia americana perdesse sua credibilidade. Afetadas pela crise, várias empresas fecharam as portas, por motivos de falência, outras reduziram sua produção e seus investimentos, e milhares de trabalhadores ficaram sem emprego.

Hunt (Op. Cit.) ainda afirma que, mesmo nesse período de crise, não houve escassez dos recursos naturais, várias fábricas ainda estavam cheias de equipamentos e havia muita mão de obra apta para executar as funções.

Conforme os princípios do capitalismo de mercado, para os capitalistas (empresários) não era interessante reabrir suas fábricas e retomar sua produção, gerando várias oportunidades de emprego para os trabalhadores desempregados que mendigavam nas ruas, pois era uma situação que não iria lhes trazer nenhum tipo de lucro, visto que na economia capitalista a produção era baseada na obtenção do lucro.

O pensamento da corrente clássica que dominava, naquele período, retratou os princípios tradicionais da teoria econômica que foram conduzidos pelos economistas acadêmicos desde o período em que David Ricardo viveu, entre o final do séc. XVIII e início do séc. XIX.

De acordo com a corrente clássica, o Estado não deveria interferir na economia, deixando as empresas com a opção para a livre concorrência. Eles acreditavam que para existir uma economia estável, essa deveria operar no estado de pleno emprego, ou seja, se o

mercado de trabalho estivesse funcionando sem restrições ou empecilhos, ocorria um equilíbrio de mercado com a determinação de um salário real de equilíbrio e um nível de emprego de equilíbrio, o chamado pleno emprego.

Segundo Hunt (1989), a visão clássica defendia que os níveis de emprego total e de produto total eram determinados pela função de produção e pelas livres escolhas dos donos dos fatores de produção. Também se acreditava que a oferta de trabalho determinava o salário e o nível total de produção, bem como os salários totais e os lucros totais.

O mercado de capitais, por sua vez, determinava a taxa de juros que equilibrava poupança e investimentos. Esta foi à análise dos níveis de produto e de emprego feita pelos economistas clássicos na década de 1930.

A partir da análise clássica, o desemprego poderia se caracterizar como *voluntário* e *involuntário*. De acordo com Hunt (Op. Cit.), o desemprego voluntário ocorria quando os trabalhadores se recusavam a trabalhar, caso não recebessem um salário maior do que o valor da sua produtividade marginal.

Por sua vez, o desemprego involuntário acontecia quando os trabalhadores estavam dispostos a trabalhar recebendo um salário igual ao valor do seu produto marginal e não conseguiam encontrar emprego recebendo este salário, ou seja, eles recusavam a condição de que seu salário fosse reduzido. A maximização dos lucros⁴, afirmaram os clássicos, impedia a formação do desemprego involuntário.

John Maynard Keynes (1883-1946), ao escrever *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1936), revolucionou o pensamento econômico da época que, até então, era dominada pela corrente clássica, procurando mostrar o que havia acontecido com o sistema capitalista e, ao mesmo tempo, tentando buscar soluções de enfrentamento para as crises capitalistas.

O princípio da *demanda efetiva*, que refere-se quando a demanda determina a oferta, entra como foco da teoria keynesiana. Segundo Keynes (1996), quando havia aumento nos empregos, a renda real agregada aumentava e o consumo também aumentava, porém, em proporções menores. Desta forma, justificava-se que havia um volume de investimento suficiente para absorver o excesso da produção total, quando o emprego se encontrava em um determinado nível.

Keynes (1996) também defendeu que, como a demanda agregada afetava a atividade econômica, ela determinava o nível de emprego. A teoria de Keynes se referiu às mudanças

⁴ Os capitalistas maximizavam os lucros quando contratavam empregados, até o ponto em que o valor do produto marginal se igualasse ao salário. (HUNT, 1989, p. 433).

no volume do emprego e da produção, tendo o sistema econômico como seu conjunto, visto que o emprego dependia da quantidade de investimento e quando esse sofria variações inadequadas, o desemprego surgia.

A partir das pressões exercidas por conta da situação do desemprego e dos sindicatos, a intervenção estatal no mercado de trabalho buscava manter os níveis de salários elevados, até que todos os desempregados encontrassem um emprego.

Quando os indivíduos conseguiam trabalho, os níveis de salários se reduziam ao valor que os patrões quisessem pagar aos seus empregados. Ressalta-se que as pessoas que negavam estas condições eram demitidas, sendo substituídas por outras que aceitavam as condições propostas pelos patrões.

Na verdade, Keynes (Op. Cit.) pretendia mostrar aos governos capitalistas, a partir de sua teoria, esclarecimentos teóricos e soluções para “salvar” o sistema capitalista das crises. Para ele, um dos principais motivos de uma crise na economia era a falta de capacidade dos capitalistas encontrarem razões para investir mais, de modo a compensar os elevados níveis de poupança que eram causados pelo crescimento econômico, devido aos vazamentos do fluxo de renda.

Para Hunt (1989), Keynes rejeitava a ideia de que uma economia capitalista partisse de uma situação de pleno emprego, da qual a taxa de juros igualaria a poupança ao investimento, resultando no equilíbrio da economia a partir da igualdade entre a oferta e demanda agregadas⁵.

Esse ponto de encontro entre essas duas funções é o ponto crucial da teoria do emprego de Keynes e, representa a procura efetiva. Nesse ponto, os empresários obtêm o lucro máximo esperado, porém, se houver uma quantidade maior ou uma quantidade menor de empregos, os lucros tornam-se menores.

A função *consumo* é o rompimento da teoria keynesiana com as premissas clássicas, pois esta função retrata a relação existente entre a poupança, o nível das despesas de consumo e o nível da renda disponível. Empiricamente, descobriu-se que o consumo corresponde a uma proporção entre consumo e renda e que esta proporção disponível é altamente estável.

Considera-se que a relação entre uma variação da renda e a variação resultante na poupança era definida como propensão marginal a poupar. E a relação entre a variação de

⁵ Oferta agregada são aqueles produtos disponíveis para serem vendidos no mercado interno, ou seja, que corresponde a soma do PIB (Preço de mercado (Y) e Importações (M)). A fórmula correspondente é: $(OA=Y+M)$. Por sua vez, a demanda agregada é o resultado da soma das compras de diferentes agentes econômicos, ou seja, dos gastos de consumo privado (C), dos investimentos (I), dos gastos do governo (G) e das exportações (X). A fórmula correspondente é: $(DA= C+I+G+X)$.

renda e a variação resultante do consumo era definida como a propensão marginal a consumir (Cf. HUNT, 1989). Vale ressaltar que nenhuma dessas propensões eram determinadas pela taxa de juros e, também, não eram determinantes da mesma.

Hunt (1989) procura mostrar que, mesmo Keynes aceitando a premissa clássica de que a poupança era influenciada pela taxa de juros, ele defendia que o nível de renda agregada era uma influência maior e mais importante sobre a poupança do que sobre a taxa de juros.

Para Keynes (1996), a taxa de juros era determinada pela oferta e demanda de moeda, que era a mesma coisa que preferência pela liquidez⁶. Quanto maior fosse esta preferência pela liquidez, maior seria a taxa de juros. Um aumento na taxa de juros ocasionava uma redução da procura efetiva e, conseqüentemente, o desemprego.

O raciocínio implícito em Keynes é que a redução do desemprego tinha como saída à realização de políticas macroeconômicas que exercessem o controle sobre a demanda agregada. Para ele, a melhor maneira para que fossem realizadas estas políticas era aumentando os gastos do governo.

Também se pode ressaltar, segundo Keynes (Op. Cit.), que os principais defeitos da sociedade capitalista se concentravam na falta de capacidade de gerar o pleno emprego, pois ao contrário dos clássicos, Keynes achava que as forças de mercado não eram fortes o bastante para levar uma economia à situação de pleno emprego.

Hunt (1989) afirmou, ainda, que, na percepção de Keynes, havia algumas situações em que a política monetária era suficiente para manter o pleno emprego. Pode-se exemplificar uma dessas situações quando a distribuição de renda se concentrava nas mãos dos ricos e os mesmos reduziam a quantidade de trabalhadores contratados; uma segunda situação ocorria quando o nível de produção e de renda a pleno emprego era muito alto e, mesmo com as quedas na taxa de juros, a poupança e o investimento não tinham condições de serem igualados.

Caso ocorresse a situação contrária, a ponto que a poupança e o investimento a pleno emprego fossem muito baixos, a própria política monetária não seria capaz de reduzir a taxa de juros o suficiente.

Voltando ao período da Grande Depressão, a história relata que foi uma forte crise que ocorreu entre as maiores potências capitalistas, com elevados níveis de desemprego, que

⁶ Segundo Hunt (1989) a demanda de moeda era determinada por três motivos: o motivo transação que era caracterizado pela necessidade de moeda para as transações correntes (comerciais e pessoais); o motivo precaução, que correspondia à vontade de ter segurança em relação a um determinado volume de caixa sobre os recursos totais e, por fim, o motivo especulação que tinha o objetivo de auferir lucros e possuía relação com a taxa de juros.

se iniciou na década de 1930 e se estendeu até o desencadeamento da Segunda Guerra Mundial.

Todavia, essa situação de forte desemprego começou a mudar quando inúmeros governos investiram na indústria bélica, produzindo armamentos para a guerra que havia eclodido e revertendo, positivamente, a situação das suas economias. Sem contar que, com o surgimento da indústria bélica, ao invés de existir um grande contingente de pessoas nas ruas, em situação de miséria, como foi vivenciado desde a Grande Depressão, houve uma intensa escassez de mão de obra.

De acordo com Hunt (1989), após o ano de 1945, foi aprovada a Lei do Emprego, que obrigava legalmente o Estado a usar seu poder de tributação, empréstimos, gastos e financiamentos de obras públicas, objetivando a manutenção do pleno emprego.

Para Keynes (1996), os governos deveriam dar continuidade aos lucros e criar medidas econômicas que equilibrassem a demanda e a capacidade de produção. Keynes também defendeu, em curto prazo, que os salários deveriam baixar e os lucros aumentarem, para que fosse estimulado o emprego.

Na década de 1970, o modelo começa a se romper, a economia keynesiana sofreu inúmeras críticas de economistas liberais e neoliberais, além dos dois choques do petróleo, que resultaram no aumento repentino do preço dos barris de petróleo, desestabilizaram as economias no mundo todo. Neste período, o desemprego, a desaceleração econômica e a inflação tornaram-se problemas centrais em grande parte do mundo desenvolvido.

Em suma, foram as políticas keynesianas de controle da demanda que garantiram, durante uma grande parte do pós-guerra, que as economias dos países industrializados operassem com baixíssimas taxas de desemprego.

Keynes (1996) considerou que o desemprego decorreu de uma demanda insuficiente para absorver todos os produtos que foram produzidos através da situação de pleno emprego das forças produtivas. A perspectiva keynesiana quis mostrar que há várias imperfeições no ajuste entre a oferta e a demanda agregadas.

Na América Latina, o debate sobre a dependência dos países periféricos foi desencadeado no período após a Segunda Guerra Mundial, quando houve a forte inserção do capital estrangeiro nestes países, conforme será analisado na seção seguinte.

1.4 As questões do trabalho e desenvolvimento nos países subdesenvolvidos

Inicialmente, observou-se que o capitalismo se desenvolveu em determinadas regiões, com algumas particularidades e especificidades. Uma das suas contradições consistiu

na intensa marginalização da população, visto que as indústrias não conseguiram gerar novos empregos e abrigar a forte migração da população, que se deslocava do campo para as cidades.

O debate sobre a marginalidade foi inserido no mundo capitalista a partir da contradição entre acumulação de capital e a existência de uma superpopulação excedente. Os teóricos da marginalidade, a exemplo de José Nun, Lúcio Kowarick e Anibal Quijano, preocuparam-se em caracterizar a superpopulação relativa e discutir os seus efeitos, visto que esse excedente populacional cumpriu no capitalismo um importante papel.

Primeiramente, José Nun (2000) caracterizou o exército industrial de reserva da categoria de massa marginal. De acordo com Nun, os indivíduos que compunham esta massa estavam na posição de desocupados ou não se encontravam no setor das grandes corporações monopolistas.

Nun (Op. Cit.) afirmou, ainda, que o conceito de massa marginal estava baseado na falta de função em relação ao mercado de trabalho, tendo como principal característica a impossibilidade dos indivíduos serem incorporados ao processo produtivo, perspectiva contrária do conceito funcional do exército industrial de reserva, que fora caracterizado por Marx dentro do processo de acumulação capitalista.

Desta forma, a partir de Marx e de Nun percebeu-se a necessidade de explicar qual a funcionalidade da acumulação do capital na geração do excedente populacional. No entanto, para que se tenha uma melhor compreensão do desemprego e da marginalidade é preciso que também sejam considerados fatores de ordem econômica, política, dentre outros.

Nun (2000) destacou que a Inglaterra foi considerada o exemplo clássico do capitalismo competitivo, da mesma forma que o EUA foi para o capitalismo monopolista, na medida em que se evidenciou a aparição de um enorme contingente de marginalizados.

O autor também apresentou alguns impedimentos para que o capitalismo se desenvolvesse de modo igual, nos vários países latino-americanos, conforme foi observado nos países centrais. Entre eles, podem-se exemplificar *as descontinuidades do processo de acumulação primitiva, o atraso na agricultura e as dificuldades de criar tecnologias próprias*. Esses fatores provocaram um efeito negativo na força de trabalho e acentuou, ainda mais, a dependência neocolonial.

Analisando o pensamento de Kowarick (1981), pode-se perceber que este autor partiu das formas de inserção dos grupos marginais na divisão social do trabalho, tendo a

acumulação de capital como categoria explicativa. De acordo com Kowarick (Op. Cit.), os bairros marginais⁷ surgiram após a Segunda Guerra Mundial, na América Latina.

Neste período, a marginalidade foi abordada apenas em termos habitacionais, a que estavam sujeitos os migrantes. Os indivíduos marginais foram definidos como sendo aqueles que se sentem excluídos, independentes da sua posição social. Sendo assim, nessa acepção todos seriam marginais, desde que tivessem consciência de que algo lhes é proibido.

A marginalidade não é considerada um fenômeno isolado, visto que ela faz parte da dinâmica do sistema capitalista, já que as mesmas leis que regem o desenvolvimento são as que produzem a marginalidade. Para Kowarick (Op. Cit.), a marginalidade encontra a sua finalidade em processos que não podem ser confundidos com as situações nas quais ela se manifesta.

A teoria funcionalista da marginalidade é designada de *teoria da modernização*, baseada na perspectiva de que o caminho percorrido pelos países em desenvolvimento se assemelha ao dos países desenvolvidos. Para alguns autores, esse termo modernização seria sinônimo de ocidentalização⁸.

Entende-se, portanto, que a marginalidade não se separa do sistema capitalista. No entanto, ao analisar as sociedades latino-americanas, avaliam-se os novos processos que geram marginalidades, decorrentes pelo fato do sistema ser capitalista e dependente.

Quijano (1978) analisa a questão da marginalidade a partir das diferentes formas de integração na sociedade. Para ele, a estrutura geral da sociedade é complexa e hierarquizada. Nesse contexto, duas situações estão envolvidas no processo de marginalização: a primeira são *os empregos marginais*, relacionados com a baixa produtividade do trabalho e com um mercado consumidor bastante limitado; a segunda refere-se aos *assalariados marginais*⁹ que são indivíduos que não possuem um emprego estável.

A marginalidade tem um significado diferente nas formações sociais da América Latina, visto que em seus países existe a forte presença da dependência. Neste sentido, a contribuição de Quijano baseou-se na extensão da situação de dependência para a análise da configuração urbana na América Latina. Ademais, o autor argumenta que, "[...] a industrialização dependente é [...] excludente; a sua própria lógica contém a inevitabilidade da marginalização de setores crescentes da população urbana [...]" (QUIJANO, 1978, p. 49).

⁷ À medida que a urbanização se acentuava, devido às migrações internas, as populações passaram a se localizar nas áreas periféricas. (Kowarick, 1981, pág. 13).

⁸ Ver EISENSTADT, S.N. Modernização, protesto e mudança: modernização das sociedades tradicionais. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.

⁹ Os desempregados, os trabalhadores temporários, os recém-ingressos no mercado de trabalho e os agricultores.

As caracterizações do conceito de dependência são inúmeras. Para Kowarick (1981), a teoria da dependência é uma teoria que abrange fatores macroestruturais, políticos e econômicos, sociais e culturais, a partir dos quais se analisa a trajetória histórica das sociedades periféricas, tendo em vista a sua relação com os países centrais.

Kowarick (Op. Cit.) também mostra que o processo de dependência se efetuou a partir da exportação de matérias primas e produtos agrícolas, bem como da importação de produtos manufaturados.

Essa atividade mantinha os países periféricos numa situação de dependência, na medida em que o processo era controlado por grupos de interesse situados nos países centrais. Estes grupos impunham severos limites à industrialização das sociedades latino-americanas.

Ainda de acordo com Kowarick (1981), a marginalidade deve ser analisada tendo como base o caráter dependente que marca a expansão da economia latino-americana. O desenvolvimento capitalista, tanto nacional como o estrangeiro, encontrou na América Latina um conjunto de condições propícias para a relação de dependência existente. A marginalidade que ele se refere tem como alvo a classe trabalhadora urbana.

A referência ao exército industrial de reserva de Marx como sendo a base forte do processo produtivo fica, portanto, clara, visto que essa população excedente possui uma relação de servidão ao capital nos seus momentos de expansão, bem como pressiona os trabalhadores que estão na ativa, objetivando a redução dos salários pagos.

Kowarick (1981) também busca mostrar que a situação da marginalidade teve ligação com o processo de industrialização em que os países foram submetidos. Percebeu-se que nos países europeus, no séc. XIX, houve um processo de industrialização que absorveu grande parte dos trabalhadores excedentes, bem como um crescimento populacional reduzido.

É preciso evidenciar que foi após a Segunda Guerra Mundial que surgiu a segunda fase da industrialização e que, só então, foi possível perceber com mais clareza a inserção do capital estrangeiro nos países latino-americanos.

Notou-se, nesta região, que uma grande parte da população não conseguiu inserir-se no processo produtivo e, atrelado a isto, percebeu-se que houve um intenso crescimento populacional, que não se deu de forma homogênea em todos os setores e ramos da economia, acompanhado de uma alta taxa de natalidade, imigração e de êxodo rural.

O que se percebeu como processo geral em todos os países da América Latina, segundo Kowarick (Op. Cit.), foi que a situação de dependência intensificou as contradições e deflagrou processos que tornaram mais evidentes a marginalidade urbana destes países periféricos.

Em suma, num contexto em que o mercado de trabalho possuiu um caráter dependente, tendo sido, também, considerado reflexo de uma inserção do capital internacional nas áreas periféricas, a temática sobre a marginalidade social se destacou com grande intensidade, conforme se analisou nos países da América Latina.

Entre os anos de 1960 e 1970, o Brasil passou por um intenso período de incentivo ao desenvolvimento urbano e industrial. A partir da década de 1980, com a entrada da política neoliberal e a formação da reestruturação produtiva no Brasil, a economia brasileira passou por momentos de estabilidade.

O ano de 1990 sofreu com os efeitos da reestruturação, a partir do aumento das taxas de desemprego, disseminação do trabalho informal, precarização das condições de vida da população brasileira, entre outros fatores, conforme será analisado no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2

ABORDAGENS RECENTES SOB O PRISMA DO MERCADO DE TRABALHO

Este capítulo tem por objetivo fazer uma abordagem mais recente das mudanças no mundo do trabalho, percorrendo as transformações ocorridas desde o processo de reestruturação produtiva nos países centrais, que impactaram na geração de emprego, destacando, portanto, a inserção do Brasil neste modo de regulação capitalista, a partir de um breve levantamento da formação do mercado de trabalho brasileiro.

Desta forma, também, será realizado um estudo sobre as influências da reestruturação produtiva no Nordeste, de modo a compreender quais foram os reflexos da criação da SUDENE no mercado de trabalho nordestino, buscando identificar como se deu a formação econômica do mercado de trabalho e os ciclos de desenvolvimento econômico em Campina Grande-PB, caracterizando-o como um local de entreposto comercial.

2.1 A dinâmica da reestruturação produtiva e da acumulação flexível

A Era de Ouro da fase capitalista, período compreendido entre 1940 até 1970, foi marcado pelo *fordismo* e por um longo período de desenvolvimento econômico, com garantias sociais para os cidadãos que viviam nos países desenvolvidos, e pelo estabelecimento do estado de bem estar social.

A partir da década de 1970, o capitalismo indicou a formação de uma crise baseada em fatores como a capacidade ociosa do setor produtivo, quedas na produção intensificadas pela concorrência internacional, excesso de estoques de mercadorias, devendo-se ressaltar os fortes efeitos da primeira crise do petróleo, em 1973. Estes fatores intensificaram as pressões políticas em favor do desmantelamento do estado de bem-estar social, nos países desenvolvidos.

O final dos anos 1970 foi marcado pela ascensão ao poder de Ronald Reagan e Margareth Thatcher, respectivamente, nos Estados Unidos e na Inglaterra. Segundo Soares (2003) nesse período, o neoliberalismo estava se configurando como uma expressão da reestruturação do capital em resposta à perda da rentabilidade e da governabilidade, que enfrentava desde o começo da década.

No nível das economias desenvolvidas, nas tentativas de buscar soluções para combater a crise econômica do período, foram surgindo indícios de um novo regime de produção capitalista, denominado por Harvey de acumulação flexível.

Segundo Harvey (2011) esta nova fase do capitalismo, se apoiou na flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Para o autor, esta acumulação foi caracterizada pelo surgimento dos novos setores de produção; financeirização do capital; novos mercados financeiros, ocasionado pela velocidade das mudanças tecnológicas, institucionais e organizacionais, entre outros fatores.

Essas mudanças promoveram cortes nos empregos em todos os setores econômicos, visto que o objetivo principal era a redução máxima dos custos de produção, a partir de uma maior flexibilização do capital e do trabalho. Atrelado a este processo, pode-se observar que, enquanto uma parte dos trabalhadores se sujeitava às mais variadas formas de trabalho por salários menores, outra parcela constituída pela grande massa de desempregados (provenientes da Revolução Tecnológica) formava um exército industrial de reserva.

De acordo com Singer (1998) estes indivíduos reivindicavam uma ocupação, ao passo que o afastamento de muitos do mercado de trabalho favorecia a queda dos salários. Para o autor, naquele período, o indivíduo deixou de vender a sua força de trabalho e não possuía mais nenhum vínculo com o empregador, perdendo todos os seus direitos trabalhistas e desobrigando a empresa de quaisquer gastos fiscais ligados a ele.

Analisando as ideias de Singer (Op. Cit.), observa-se que, enquanto estivesse contratado, o trabalhador servia para manutenção do sistema capitalista, porém, quando o seu contrato chegava ao fim, ele poderia se submeter a uma nova negociação ou seria introduzido no grande contingente de desempregados, que formavam o exército industrial de reserva.

Diante toda a fragilidade do mercado, a quantidade de pessoas há muito tempo sem uma ocupação só aumentava e estes indivíduos eram atingidos pela exclusão social, afetando suas relações pessoais. Os empregadores, por sua vez, tiravam proveito da grande quantidade de mão de obra excedente para impor suas exigências e, conseqüentemente, contratos de trabalho mais flexíveis.

Como afirma Antunes e Pochmann (2007), a reestruturação produtiva impactante nos níveis de emprego, fundamentou-se no ideário chamado de *lean production*, que significa à empresa enxuta, moderna, a empresa que constrange, que restringe, que coíbe, que amplia o maquinário técnico científico, que reduz a força de trabalho, mas que aumenta a sua produtividade.

Antunes e Pochmann (Op. Cit) mostram que surgiram várias formas de flexibilização entre as empresas, a exemplo dos salários, dos horários, das formas funcionais e organizativas, entre outros. Os autores também retratam que essa flexibilização pode ser compreendida como uma “liberdade” da empresa, para desempregar trabalhadores sem penalidades quando a produção e as vendas diminuíssem, para reduzir o horário de trabalho ou recorrer a mais horas de trabalho, para ter a possibilidade de pagar salários reais mais baixos do que a função trabalhada realmente exige, para subdividir a jornada de trabalho em dias ou semanas, segundo a conveniência das empresas mudando os horários, entre outras formas de precarização da força de trabalho.

Até o começo dos anos 1980, Dedecca (1999) afirmou que era esperado que as “fábricas do futuro”, como eram comumente conhecidas por seus elevados avanços tecnológicos, fossem responsáveis pela criação de um novo sistema produtivo. Todavia, esses resultados não foram alcançados, mas os seus objetivos tiveram profundos impactos na classe trabalhadora e no mundo do trabalho.

As empresas dos outros lugares do mundo voltaram suas atenções para o *toyotismo*, mais conhecido como o modelo japonês, porque o sistema se mostrou como uma solução aos países avançados, para a superação da crise capitalista.

De acordo com Antunes (2009), o *toyotismo*, como via japonesa de expansão e consolidação do capitalismo monopolista industrial, diferenciou-se dos outros modos de organização do trabalho industrial, por tais fatores: produção heterogênea, vinculada ao atendimento do mercado consumidor; trabalho operário em equipe, com multivariada de funções; produção estruturada num processo produtivo flexível, onde o operário podia operar várias máquinas ao mesmo tempo; os operários tinham como princípio o *just in time*, buscando um melhor aproveitamento do tempo da produção; em relação a organização dos pequenos estoques, o *toyotismo* funcionava de acordo com o sistema *kanban*, que consistia no método das placas ou senhas de comando para reposição das peças e de estoque; implantou o emprego vitalício, para uma parcela dos trabalhadores das grandes empresas e ofereceu soluções para a crise financeira japonesa do pós-guerra, a exemplo do aumento da produção, sem que fossem aumentados o contingente de trabalhadores.

Deste modo, o *toyotismo* foi se adequando às peculiaridades e condições de cada país, tendo alguns dos seus princípios reorganizados de acordo com o local.

A partir da ascendência do neoliberalismo e da reestruturação produtiva que se difundiu pelo mundo, as mudanças ocorridas na década de 1980, entre os países capitalistas industrializados, acarretaram no rompimento das indústrias com o modo de organização

fordista. Como afirma Dedecca (1999), as empresas puderam se ajustar nas suas necessidades de mão de obra, de acordo com as flutuações do seu nível de produção.

Os dados do desemprego depois da reestruturação do capitalismo mostram um pouco a dimensão dessa transformação nos países desenvolvidos. De acordo com Alves (1999), entre os anos de 1981-1991, sob o período neoliberal, mais de 1,8 milhões de empregos industriais desapareceram nos Estados Unidos. Porém, na Alemanha, entre os anos de 1992-1993, os capitalistas industriais, sob a lógica do *lean production*, eliminaram mais de 500 mil empregos em apenas um ano.

Segundo informações da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 1996 *apud* POCHMANN, 2002) no ano de 1996, cerca de 2,5 bilhões de pessoas no mundo inteiro, 35% encontrava-se em situação de subutilização do trabalho, significando desemprego ou subemprego. E nos países pertencentes¹⁰ à OCDE foram 34 milhões de desempregados e a organização não esperava taxas de desemprego menores que 10% da População Economicamente Ativa (PEA), nos vários países que compunham a organização internacional no período.

No caso do Brasil, o processo de industrialização se deu de forma tardia e quando esse despontou, já existia um padrão de tecnologia avançado nos países desenvolvidos, que resultou na dependência de tecnologia destes países para o desenvolvimento da indústria brasileira.

Na década de 1970, a economia brasileira havia sido marcada pelo rápido crescimento da dívida externa e pelo intenso processo de inflação, bem como se iniciou o processo de recessão econômica, com o aumento do desemprego e das dificuldades salariais para a classe trabalhadora.

Durante os anos 1980, de acordo com Antunes (2009), foi possível presenciar algumas mudanças organizacionais e tecnológicas no processo produtivo, porém em um ritmo mais lento do que aquele experimentado pelos países centrais. Isso porque, o país estava distante do processo de reestruturação produtiva e dos ideais neoliberalistas dos países desenvolvidos.

¹⁰ Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Grécia, Islândia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido, Alemanha, Espanha, Canadá, Estados Unidos, Japão, Finlândia, Austrália, Nova Zelândia, México, República Tcheca, Hungria, Polônia, Coreia do Sul.

As transformações no mundo do trabalho na contemporaneidade produziram várias condições de vida e trabalho para a classe trabalhadora¹¹, das quais foram generalizadas as formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, doméstico e informal.

De acordo com Forrester (1997, *apud* ALVES, 1999) surgem, assim, os novos excluídos da “nova ordem capitalista”, compostos pelo grande contingente de desempregados e subproletários do sistema de exploração do capital, em decorrência do grande avanço da produtividade do trabalho. Estes indivíduos não se incluem nesta “nova ordem” e aparecem como índices do desemprego estrutural, que surge como um dos resultados mais expressivos destas transformações.

Todavia, não se pode falar em uma única modalidade de desemprego. Silva (2008) classifica o desemprego em três tipos básicos: o *desemprego cíclico ou conjuntural*, o *desemprego tecnológico* e o *desemprego estrutural*. O autor também aponta a importância de se classificar o desemprego, pois a falta de uma classificação correta pode ocasionar uma má elaboração de políticas públicas de geração de emprego e renda.

Moura (1998) complementa ao afirmar que no desemprego conjuntural ocorre a perda do posto de trabalho pelo indivíduo, mas não a extinção do posto de trabalho. Dessa forma, o desemprego pode ser entendido como uma situação temporária, a cessar quando o trabalhador conseguir uma nova contratação. O desemprego tecnológico é fruto da diminuição relativa da utilização de força de trabalho humana no processo de produção, face à crescente mecanização e automação.

Silva (Op. Cit.) salienta que, algumas vezes, o desemprego tecnológico é tratado como integrante do desemprego estrutural. O desemprego estrutural está relacionado à desproporção qualitativa entre a demanda e a oferta de trabalho, ocasionada pela carência de trabalhadores qualificados ou inadequados às necessidades do empregador.

Ao compreender que as causas do desemprego são dadas por diversos motivos, o desemprego estrutural pode ser considerado um acelerador na fragmentação da classe trabalhadora, pois este tipo de desemprego reduz postos de trabalho e exclui determinados segmentos de pessoas do mercado de trabalho, colocando nas ruas um grande contingente de trabalhadores à procura de alguma ocupação.

¹¹ Segundo Antunes (2010) atingindo a totalidade dos trabalhadores, sejam homens ou mulheres, estáveis ou precarizados, formais ou informais, nativos ou imigrantes, sendo que estes últimos são os primeiros a ser penalizados.

Neste contexto, como o avanço da reestruturação produtiva no Brasil se configurou a partir de uma forte heterogeneidade dos processos produtivos, procurando entender os fatores que levaram à desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, é necessário que se inicie esta compreensão a partir da formação como mercado de trabalho, percorrendo os caminhos da instabilidade econômica brasileira, que acarretou na redução dos postos de trabalho formais e ampliou a insegurança da classe trabalhadora. Desta forma, essa perspectiva será melhor analisada na próxima seção.

2.2 As configurações do mercado de trabalho brasileiro

A estruturação do mercado de trabalho no Brasil não foi dada de forma linear e repentina, pois desde o final do séc. XIX, a mão de obra escrava já se encontrava enfraquecida, devido aos indícios da abolição da escravatura, e a preocupação da elite cafeeira aumentou ao perceber a expansão da produção de café por todo o país.

De acordo com Barbosa (2008) as medidas tomadas para solucionar esse problema da expansão cafeeira foram incapazes de gerar um mercado de trabalho que disponibilizasse força de trabalho na quantidade requisitada pelo sistema econômico.

Barbosa (Op. Cit.) mostrou que em 1872, mais de 200 mil estrangeiros faziam parte da força de trabalho do país, cerca de 3,7% do total, concentrados no Rio de Janeiro e nas províncias gaúchas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e que buscavam uma vida nas pequenas propriedades. Os colonos, por sua vez, mantinham uma relação de parceria¹² com os donos das fazendas, que após algumas décadas foi substituída pelo salário mensal.

Desta forma, mesmo que a mão de obra escrava ainda fosse resistente ao fim da sua exploração, Barbosa (Op. Cit.) mostra que, no ano de 1872, apenas 2,5% da força de trabalho era composta de colonos estrangeiros e 21,6% de escravos. Assim, mesmo sendo forte a tentativa de substituir o trabalho dos escravos pelos colonos, a mão de obra escrava ainda era predominante.

Ao contrário, segundo o autor, do que se verificou em Brasília que, no mesmo ano, possuía 58% da força de trabalho de imigrantes, ressaltando que metade dos artesãos e operários especializados eram estrangeiros, o que denotava a existência da formação inicial de

¹² O sistema de parceria funcionava da seguinte maneira: os custos com transporte e manutenção eram cobertos pelos fazendeiros e depois ressarcidos pelos trabalhadores a juros de 6%; os colonos dividiam o lucro líquido do café colhido com os fazendeiros, tendo direito a 50% desse valor, depois de descontadas as despesas. Os colonos obtinham a terra para a produção de subsistência, devendo o valor dos excedentes comercializáveis ser parcelado com os fazendeiros. (BARBOSA, 2008, p. 100)

um mercado de trabalho extremamente dependente, hierarquizado e que sobrevivia dos salários da pequena parcela de operários qualificados, enquanto a grande parte da população vivia uma precarização dos empregos.

A tabela 1 abaixo mostra a quantidade de imigrantes que vieram para o estado de São Paulo, entre o final do sec. XIX e início do séc. XX.

Tabela 1: Evolução dos fluxos dos imigrantes por nacionalidade em São Paulo

	TOTAL	Italianos	Portugueses	Espanhóis	Japoneses	Austríacos	Outros
1880-1884	15.841	7.287	4.127	695		84	3.648
1885-1889	167.664	137.367	18.486	4.843		2.506	4.462
1890-1894	304.877	210.910	30.752	42.316		6.069	14.830
1895-1899	303.575	219.333	28.259	44.678		8.841	2.464
1900-1904	159.602	111.039	18.530	18.842		2.663	8.528
1905-1909	196.539	63.595	38.567	69.682	825	2.714	21.156
1910-1914	362.898	88.692	111.491	108.154	14.465	4.410	35.686
1915-1919	83.684	17.142	21.191	27.172	12.649	674	4.856
1920-1924	198.312	45.306	48.200	36.502	6.591	3.671	58.042
1925-1929	289.941	29.472	65.166	27.312	50.573	4.991	112.427
1930-1934	128.997	6.946	17.015	4.876	76.525	844	22.791
1935-1939	69.125	5.483	19.269	1.708	25.141	479	17.045
1880-1939	2.281.055	942.572	421.053	386.780	186.769	37.946	305.935

Fonte: Dados fornecidos por IBGE (1939-1940 *apud* Barbosa 2008, p. 301).

Elaboração: Tabela elaborada pela autora.

Pode-se perceber, especificamente, que entre os anos de 1880-1884 apenas 15.841 colonos imigraram para São Paulo, porém, um ano após, iniciou-se o “boom” das imigrações. E entre os quatro anos posteriores, de 1885 a 1889, quase 170 mil imigrantes ingressaram em São Paulo, sendo equivalente a 52,5% do total de imigrantes que vieram para o Brasil no mesmo período (BARBOSA, 2008, p. 139).

Ao longo dos anos, de acordo com os dados, vemos que a demanda de colonos aumentou devido ao estímulo dado às imigrações e se pode verificar também que ao final do séc. XIX, o mercado de trabalho ainda estava em processo de formação. Assim, ressalta-se

que estas imigrações foram importantes para o desenvolvimento do país, em termos demográficos e culturais.

Deste modo, Barbosa (2008) revela que o processo de construção do mercado de trabalho brasileiro foi sendo desenvolvido a partir da diversidade encontrada entre as regiões, e os imigrantes com suas habilidades se dividiam entre as atividades econômicas. Assim, com a crescente urbanização, o mercado de trabalho estaria com as suas necessidades supridas, devido à força de trabalho dos imigrantes.

Neste contexto, a construção do mercado de trabalho não foi dada de forma natural ou linear, pois atrelado a ela permaneciam os resquícios do sistema escravista, que tanto assolou aos colonos imigrantes, a partir da repressão e do autoritarismo presentes nos fazendeiros.

No início do séc. XX, com as oscilações do período, o Estado começou a buscar soluções para conter a expansão das lavouras de café e, conseqüentemente, a superprodução. Ressalta-se que a mão de obra excedente nas lavouras se deslocava para os centros urbanos, a fim de procurar melhores condições de vida e de trabalho, mas se deparavam com uma realidade diferente e muitos se sujeitavam às condições irregulares de trabalho.

Em linhas gerais, Barbosa (2008) mostra que o início desse mercado de trabalho, tendencialmente repleto de “gente”, já estava pautado pelo contínuo excedente estrutural da força de trabalho, alta instabilidade do emprego, flexibilidade dos salários, ausência de legislação trabalhista e uso da força de trabalho de mulheres e crianças em extensas jornadas.

Barbosa (Op. Cit.) afirma que nos anos 1920, a mão de obra brasileira “não-paulista” já representava cerca de um terço da oferta de trabalho importada pelo Estado. Nas quatro primeiras décadas do séc. XX, o autor afirmou que a mão de obra exportada para São Paulo, que se dirigiam para as lavouras, entre estrangeiros e nacionais, alcançou cerca de 60%, chegando ao índice de 80% no ano de 1930, porém, contraditoriamente era mais comum que os imigrantes se deslocassem para os centros urbanos do que os próprios brasileiros.

Desta forma, pode-se afirmar que a partir dos anos 1930 em diante, a classe trabalhadora foi se consolidando e o mercado de trabalho brasileiro começou a se integrar.

Entre os anos de 1940 e 1942, foi estabelecida uma vasta mudança nas relações trabalhistas, associado a um conjunto de direitos assegurados em lei, a partir da criação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), a exemplo da instituição do salário mínimo; férias remuneradas; 13º salário; descanso semanal com remuneração; pagamento de horas extras, entre outros avanços para a classe trabalhadora brasileira.

Segundo Pochmann (2002), entre os anos de 1940 e 1970, o mercado de trabalho apresentou fortes sinais de estruturação em torno do emprego assalariado regular e dos segmentos organizados da ocupação. Em outras palavras, a presença das taxas elevadas de expansão dos empregos assalariados com registro formal em segmentos organizados e a redução da participação relativa das ocupações sem registro, sem remuneração, por conta própria e sem contar no desemprego, possibilitaram a incorporação crescente de parcelas da População Economicamente Ativa (PEA) ao estatuto do trabalho brasileiro.

De acordo com Moretto, Gimenez e Proni (2003), durante a vigência do II PND (1975-1979), o governo implementou algumas medidas que surtiram efeito no funcionamento do mercado de trabalho, objetivando facilitar a oferta de mão de obra às empresas que incrementavam as indústrias de base (siderurgia, petroquímica, etc.). Nesse período pode-se destacar uma fase de esgotamento da industrialização.

Dessa forma, foi criado o Sistema Nacional de Emprego (SINE) em 1975, que priorizou o atendimento aos trabalhadores desempregados. Os serviços tinham como objetivo atender aos segmentos de menor qualificação e melhorar as informações sobre a oferta e demanda de trabalho, auxiliando as políticas de mão de obra.

Ao final da década de 1970, enquanto o Brasil completava tardiamente a estrutura industrial compatível com a Segunda Revolução Industrial, entrava em crise a economia e o regime militar.

As mudanças da estruturação do mercado de trabalho foram iniciadas com a crise dos anos 1980, que provocou uma queda de aproximadamente 25% na produção industrial, acompanhada de uma redução dos empregos semelhante neste setor (Cf. DEDECCA, 2005).

Neste período, a economia brasileira vivenciou o aumento da dívida externa, elevada taxa de inflação e os ciclos de estagnação da produção. As desigualdades sociais dispararam e este período ficou conhecido como a “década perdida”.

Gomes (2002) afirma que, a partir da estagnação da economia e dos impactos perversos dos planos de estabilização econômica¹³, houve uma queda no ritmo da expansão do emprego formal urbano, uma forte elevação das taxas de desemprego, um elevado crescimento das ocupações assalariadas sem registro formal e, conseqüentemente, a precarização do mercado de trabalho.

¹³ Plano Cruzado (1986), Plano Bresser (1987), Plano de Verão (1989) e Plano Collor (1990).

Sendo assim, percebe-se que esta queda no nível de emprego formal e no poder aquisitivo do assalariado resultou na redução do padrão de vida das classes trabalhadoras e no agravamento da pobreza.

Segundo Dedecca (2005), o desemprego neste período não foi observado de forma homogênea em todas as regiões do Brasil. Em sua grande parte, o desemprego atingiu as áreas urbanas com maior densidade industrial, dando início a deterioração das condições de trabalho, com a ampliação da informalidade, a exemplo de São Paulo, que reuniu uma grande quantidade de desempregados provenientes das grandes indústrias.

No entanto, como afirmou Gomes (Op. Cit), a década de 1980 se caracterizou por três momentos: o primeiro período de recessão entre os anos de 1981-1983; uma retomada do crescimento entre 1984-1986 e um período de estagnação entre 1987-1989. Nesse intervalo de tempo, o desemprego oscilava com a economia. Se a economia crescia, o desemprego caía, e vice-versa.

Neste cenário de instabilidade econômica e da falta de proteção ao trabalhador, em 1986 foi criado o Programa do Seguro Desemprego. Posteriormente, foi criado o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), desenvolvido no âmbito da Constituição de 1988, que possibilitou a criação do Sistema Público de Emprego (SPE).

Segundo Baltar (1996), o fraco desempenho econômico do país entre os anos de 1980-1989 foi confirmado pelo comportamento do PIB (Produto Interno Bruto), que no ano de 1989 superou o de 1980, em 21,2%, o que representou em nove anos um crescimento médio anual de 2,2%. Porém, ao final dos anos 1980, o PIB *per capita* superou o do início em 2,3%, ou seja, praticamente não houve mudanças significativas na “década perdida”.

Como efeitos negativos desses anos de crise, a inflação e a estagnação sobre o mercado de trabalho e sobre as condições de vida da população foram muito acentuados. Em suma, como afirma Baltar (Op. Cit.), os anos 80 foram marcados pelo comportamento da economia à crise da dívida externa, deflagrada pelo aumento das taxas de juros no mercado financeiro internacional e agravada pela elevação do preço internacional do petróleo.

Nos anos 1990 (período das reformas neoliberais), quando a atividade econômica crescia, não havia recuperação dos empregos perdidos na mesma proporção, pois o mercado de trabalho brasileiro, no período, apresentava um crescente nível de desemprego; precariedade nas relações de trabalho; redução dos salários e elevado grau de informalidade. Estas características foram acentuadas a partir das reformas liberais e as políticas de emprego foram consideradas como uma das saídas mais adequadas ao enfrentamento da desestruturação do mercado.

Pochmann (1999) mostra que o crescimento do desemprego foi uma das principais razões do crescimento da subutilização da força de trabalho. De acordo com o autor, entre os anos de 1989 e 1995, a quantidade de desempregados aumentou 16% em média a cada ano, tendo um acréscimo de 442 mil pessoas por ano.

Na Região Metropolitana de São Paulo, por exemplo, segundo Baltar (1996), o aumento do desemprego se constituiu em um dos sintomas mais evidentes do agravamento da crise do emprego urbano no período, pois a recessão dobrou o número de desempregados entre 1989 e 1992, o que resultou num aumento da taxa de desemprego da população ativa de 8,7% para 15,3%.

Neste mesmo período, o ritmo da geração de empregos diminuiu para cerca de 0,6% ao ano, ao passo que a PIA (População em Idade Ativa) continuou crescendo a mais de 2,5% ao ano e a taxa de participação permaneceu praticamente constante. Em consequência, o aumento do desemprego foi equivalente a 82% do crescimento total da população ativa.

Em 1997, o governo de Fernando Henrique Cardoso recorreu a empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI), o que lhe rendeu altas taxas de juros. As políticas econômicas de sobrevalorização cambial e juros internos elevados prejudicou a geração de empregos e estagnou o crescimento. Os efeitos do Plano Real sobre o mercado de trabalho foram desastrosos.

Segundo Matoso e Pochmann (1998) juntamente com o domínio do processo de desestruturação produtiva da economia, foi assistida uma regressão do mercado de trabalho, com a redução dos empregos formais, o aumento do desemprego e das ocupações por conta própria e sem remuneração, que permitiram a formação de um quadro de acentuada precarização do mercado de trabalho.

As privatizações ao final da década também contribuíram para aumentar o desemprego devido às demissões causadas pelos programas de reestruturação, pelos quais as empresas foram submetidas antes ou após serem privatizadas.

No tocante aos índices de desemprego, Pochmann (2001) mostra que o efeito das privatizações sobre o volume de emprego no setor público foi negativo. O autor destaca que foi gerado um saldo líquido de 300 mil postos de trabalho extintos no setor público entre 1995 e 1999, sem a necessária contrapartida da geração de novas vagas no setor privado.

A partir da análise da política econômica adotada no governo FHC, pode-se concluir que as taxas de juros elevadas impediram que houvesse a redução do índice de desemprego. O baixo crescimento da produção não foi capaz de gerar o volume de empregos necessário para reduzir as taxas de desocupação da classe trabalhadora.

Apesar das positivas expectativas de mudanças construídas em torno da eleição do presidente Lula, em 2003, o mercado de trabalho brasileiro permanecia desestruturado.

Entretanto, a partir das políticas públicas instauradas pelo governo, a exemplo do programa de valorização do salário mínimo, da bolsa família, do maior acesso ao crédito, do apoio à agricultura familiar e da ampliação dos créditos do BNDES, a situação começou a modificar-se. Do primeiro para o segundo mandato do governo Lula, a política macroeconômica caracterizou-se pela presença das políticas públicas na promoção do desenvolvimento, fortalecendo o mercado interno, aumentando a produção e ampliando os postos de geração de emprego e renda (Cf. BARBOSA E SOUZA, 2010).

Desta forma, analisou-se que o contraste existente entre os governos FHC e Lula no âmbito do emprego deveu-se às diferentes decisões que cada um tomou para conduzir a política econômica e social do País. O governo FHC priorizou a estabilidade econômica, que resultou na estagnação da produção e do crescimento econômico, bem como atuou na redução das oportunidades de emprego, no Brasil. Por sua vez, o governo Lula, a partir da criação das políticas sociais, conseguiu manter a estabilidade econômica, fortalecer o mercado interno e aumentar a geração de empregos durante os seus dois mandatos.

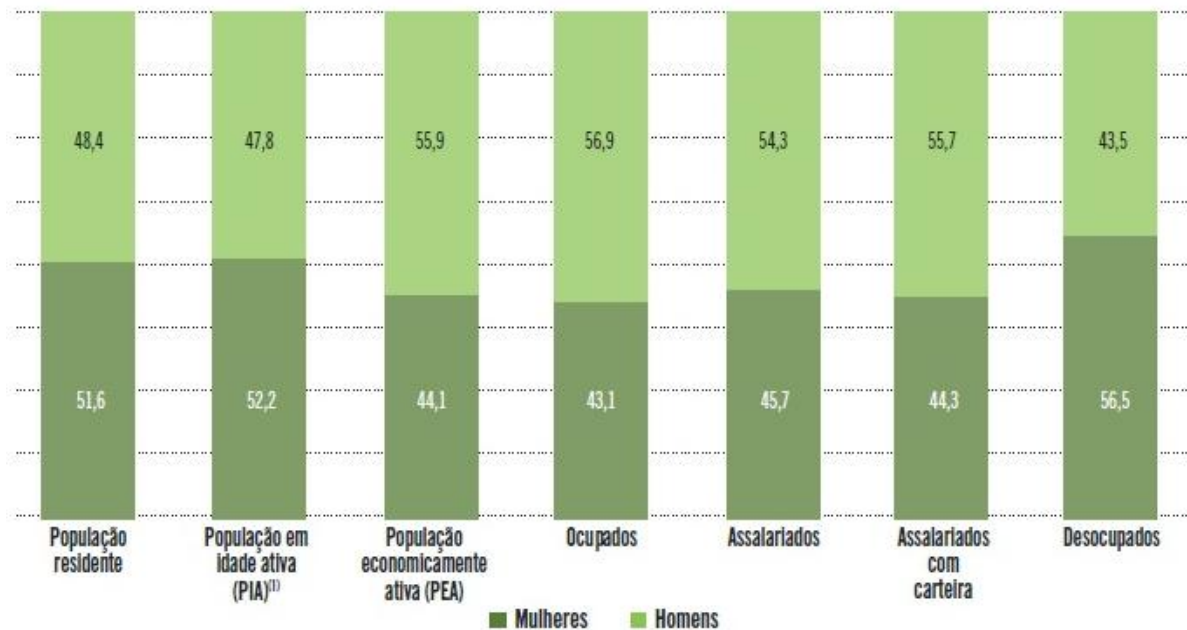
Entre os anos de 2004 e 2014, a taxa média de crescimento nominal do Produto Interno Bruto (PIB) da economia brasileira foi de 3,8%. Considerando o período de 2010 a 2013, essa média caiu para 3,4%. Apesar do baixo nível de crescimento econômico, o mercado de trabalho brasileiro apresentou um desempenho notável, com continuidade no processo de formalização do emprego¹⁴.

Este alcance de taxas mais elevadas de crescimento econômico foi de extrema importância para que, aos poucos, fosse reduzida a situação de desestruturação do mercado de trabalho, intensificada desde os anos 1990.

O gráfico 1 abaixo corresponde a distribuição da população por condição de ocupação, segundo sexo.

Assim, pode-se observar que a PIA feminina (52,2%) é maior do que a PIA masculina (47,8%), correspondendo que há maior quantidade de mulheres em idade ativa do que homens.

¹⁴ A geração de quase um milhão de novos postos formalizados.

Gráfico 1: Distribuição da população por condição na ocupação, segundo sexo, em 2014 (%)

Fonte: IBGE. Pnad.

Elaboração: DIEESE – Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (2015).

Nota: (1) Foram considerados, na composição etária da PIA, as pessoas com idade de 14 anos e mais

Desta forma, no gráfico, ainda se observa que a PEA¹⁵ (População Economicamente Ativa) masculina (55,9%) ainda é maior do que a feminina (44,1%), mostrando que, mesmo tendo um maior contingente de mulheres em idade ativa, a participação dos homens no mercado de trabalho formal e assalariado ainda é maior do que a das mulheres.

Em relação à quantidade de desocupados exposta no gráfico 1, se verifica que mesmo o desemprego tendo crescido para ambos os sexos, o índice foi maior para as mulheres (56,5%), contribuindo para intensificar que a deterioração do mercado de trabalho, no ano de 2014, atingiu mais as mulheres do que os homens (43,5%).

A tabela 2 abaixo retrata a taxa de desocupação, de forma mais detalhada, verificando a desigualdade por sexo e faixa etária.

Tabela 2: Taxa de desocupação por faixa etária, segundo sexo (2014)

Sexo	Faixa etária (em anos)							Total
	14 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais	
Mulheres	31,3	19,2	11,5	7,3	4,9	3,2	1,8	8,9
Homens	21,3	12,1	5,8	3,7	2,8	2,5	1,6	5,4
Total	25,1	15,2	8,3	5,3	3,7	2,8	1,7	6,9

Fonte: IBGE. Pnad.

Elaboração: DIEESE – Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (2015).

¹⁵ Significa a parcela da PIA que se encontra ocupada ou desempregada.

Segundo as informações apresentadas na tabela 2, se constata que as mulheres jovens, de faixa etária dos 14 aos 17 anos, sofrem mais com o desemprego (31,3%), do que os homens da mesma idade. Porém, analisando os dados de modo geral, percebe-se que as mulheres continuam enfrentando maiores dificuldades de acesso e inserção no mercado de trabalho, quando comparada aos homens, principalmente, nas ocupações de melhor qualidade, além de auferirem menor remuneração que eles.

A tabela 3 mostra a circulação dos trabalhadores admitidos e desligados perante os setores produtivos, no ano de 2014.

Tabela 3: Saldo da movimentação (admitidos-desligados) do emprego formal por setor econômico (2014)

SETORES	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
Indústria de transformação	3.855.394	4.018.741	-163.347
Construção Civil	2.732.031	2.842.064	-110.033
Comércio	5.353.419	5.166.505	186.914
Serviços	8.691.084	8.204.898	486.186
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	1.155.797	1.157.381	-1.584
TOTAL	21.787.725	21.389.589	398.136

Fonte: MTE. Caged.

Elaboração: DIEESE – Boletim de indicadores.

A tabela 3 mostra que, no ano de 2014, o setor de serviços destacou-se como grande polo gerador de postos de trabalho. Neste setor, entre admissões e desligamentos, houve um saldo positivo de aproximadamente 486 mil postos de trabalho formais. Em seguida, veio o comércio nacional registrando 186 mil postos de trabalho. Os demais setores registraram saldos negativos, porque tiveram mais reduções de vagas formais do que os setores que se destacaram. Por sua vez, os saldos foram obtidos pela diferença entre as admissões e os desligamentos, de cada setor produtivo.

Desta forma, pode-se concluir que a formação do mercado de trabalho brasileiro não foi dada de forma linear, pois várias transformações marcaram a sua trajetória. Todavia, essas transformações intensificaram a heterogeneidade do mercado de trabalho, sendo caracterizado por suas elevadas taxas de desemprego, informalidade nas relações de trabalho, baixa qualidade e quantidade dos postos de trabalho formais, expansão do processo de terceirização,

empregadores mais exigentes à procura de profissionais qualificados e diferenciados e, por fim, intensas desigualdades nas inserções regionais.

Neste contexto, observando as intensas disparidades existentes entre a região Nordeste e as regiões mais desenvolvidas do país, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi criada para que houvesse uma mediação entre estas regiões, buscando a redução destas desigualdades e direcionando o planejamento para o desenvolvimento econômico, conforme será analisado na seção seguinte.

2.3 O mercado de trabalho nordestino e as influências da SUDENE

Após 1930, especificamente, a partir da Segunda Guerra Mundial, a expansão capitalista no Brasil desempenhou um papel importante, fazendo com que o Estado se modernizasse e expandisse a produção. Foi nessa época que se deu início o processo de industrialização.

Além do mais, o sistema de integração do mercado nacional em andamento desde os anos 1930, tornou-se um meio de destruição das economias regionais, uma vez que esse sistema favorecia a livre circulação das mercadorias, contribuindo, dessa forma, para a amplificação da reprodução, centralização e acumulação do capital em prol da região Sudeste, que criou uma nova divisão inter-regional do trabalho, tornando a região Sudeste especializada na produção industrial e as demais regiões mais atrasadas realizavam atividades de baixa produtividade e menor valor agregado, descartando qualquer concepção de desenvolvimento autônomo das regiões menos desenvolvidas, particularmente da região Nordeste, que tinha ligação comercial em grande escala com o Sudeste.

Por sua vez, Oliveira (2008 *apud* OLIVEIRA, 2014) ressalta que a concentração dos recursos financeiros do país na região Sudeste ocasionou uma redução nos investimentos no Nordeste, agravando ainda mais os problemas existentes na região, como o desemprego e as desigualdades sociais, do mesmo modo que as secas frequentes em grandes áreas da região aumentaram a propagação dos movimentos sociais. Todavia, no que concerne a esse aspecto, Oliveira (2014) afirma que nesse período milhões de nordestinos foram deslocados para os grandes centros urbanos em busca de oportunidades de trabalho.

A partir da metade da década de 1950, devido ao redirecionamento dos capitais e renda do Nordeste para o Sudeste, que ocasionou um crescimento das desigualdades econômicas e sociais entre essas duas regiões, foi imprescindível que o Governo Federal interferisse diretamente no Nordeste, por intermédio da institucionalização de uma política de

desenvolvimento, visando à redução dessas desigualdades existentes, bem como a interrupção dos movimentos sociais em destaque na região, pois sem dúvida era o problema mais grave a ser enfrentado na etapa do desenvolvimento econômico nacional.

Para tal fim, apoiado por Celso Furtado, em 1957 foi criado o Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), cujo objetivo era fazer um diagnóstico detalhado da economia do Nordeste, estudando a dinâmica do Nordeste em relação ao Centro-Sul. Dentro desse aspecto, Tavares (2012) denota que o GTDN constatou que as disparidades econômicas evidentes entre o Nordeste e o Centro-Sul poderiam se institucionalizar. O autor afirma também que nos anos 1950 o principal problema do Nordeste era o baixo nível de renda per capita de sua população, que correspondia a um terço da renda per capita do Centro-Sul.

Em seguida, foi criada a SUDENE¹⁶, em 1959. Celso Furtado estava à frente da SUDENE e promoveu uma estratégia de atuação do órgão que visava aplicar uma política de desenvolvimento do Nordeste de modo a superar a pobreza e o atraso dessa região, a partir do diagnóstico do GTDN, exposto em uma de suas obras, a operação Nordeste.

Carvalho (1994) mostra que, na grande seca do ano de 1958, ano de elaboração da proposta de estratégia de desenvolvimento regional pelo GTDN, foram alistados nas frentes de trabalho¹⁷, cerca de 550 mil pessoas com seus empregos destruídos.

Mesmo com o processo de industrialização, eram notáveis as disparidades regionais existentes entre o Nordeste e o Centro-Sul do país. Para tanto, a SUDENE foi criada para que houvesse uma interposição na região, direcionando o planejamento como via para o desenvolvimento.

De acordo com Lima (1997), um dos objetivos da SUDENE previa uma industrialização autônoma do Nordeste, desenvolvendo setores consolidados como o têxtil e outros com possibilidades regionais, a exemplo da proximidade das matérias-primas e dos mercados, objetivando o combate do desemprego estrutural, do período. Estas alternativas consistiram em investimentos em infraestrutura, incentivos fiscais para implantação e modernização de fábricas e programas de capacitação de mão de obra.

No entanto, os objetivos propostos na criação da SUDENE foram abandonados devido o período intenso da ditadura militar, em 1964, que redirecionou os mercados para os investimentos internacionais e transformou a SUDENE, de órgão planejador do

¹⁶ Instituída pela lei 3.692, aprovada pelo Congresso Nacional no dia 15 de dezembro de 1959, no governo de Juscelino Kubitschek.

¹⁷ Criadas pelo Governo para dar ocupação às populações que tiveram suas atividades produtivas destruídas pela seca.

desenvolvimento regional, em agência de fomento dos planos federais. E a região Nordeste assumiu a função de produtor de bens intermediários para o Centro-Sul.

Na década de 1960, em conjunto com a criação da SUDENE, foram inseridas algumas inovações sociais relevantes, foram introduzidos a princípio, mecanismos de incentivos financeiros e fiscais, buscando levantar investimentos privados para a região Nordeste. Tais incentivos englobavam a isenção à importação de equipamentos novos e sem equivalentes de produção nacional e, isenção do Imposto de Renda para empresas novas ou já instaladas que empregassem matéria-prima na região.

Assim, a instituição passou a selecionar os projetos de modernização e a implantação de novas fábricas no Nordeste, que passaram a comprar matérias primas e máquinas das regiões Sudeste e Sul, para onde destinavam parte da produção.

Posteriormente, após mudanças estatais e a ausência de uma política industrial bem consolidada, outros estados brasileiros investiram em políticas de incentivo para as novas indústrias. Mesmo com o processo de industrialização, eram notáveis as disparidades regionais existentes entre o Nordeste e o Centro-Sul do país.

Segundo Almeida (2004) houve um impulso pelos incentivos fiscais e financeiros, denominado de sistema 34/18¹⁸ - FINOR. A industrialização foi tratada como instrumento preponderante para atenuar o estado de pobreza e de subdesenvolvimento a que a região estava submetida, de modo a estimular o seu desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, Almeida (Op. Cit) também denota que o núcleo para o plano de aceleração do desenvolvimento teve como destaque a concessão de incentivos à instalação de indústrias siderúrgicas, visando à expansão das indústrias de transformação de ferro, de aço e às indústrias mecânicas, além da modernização das indústrias tradicionais, especificamente, têxtil e alimentar, estimadas como grandes absorvedoras de mão de obra.

Oliveira (2014) complementa, ao afirmar que as transformações econômicas, institucionais e políticas, que foram empreendidas no Nordeste, sob o “guarda-chuva” da SUDENE, impactaram fortemente nos padrões de relações de trabalho.

Comparando os anos de 1970 e 1980, cabe apontar que elas foram marcadas por uma desaceleração da economia regional. Conforme informações do relatório da SUDENE-DIEESE (1999), a década de 1970 registrou uma das maiores taxas de crescimento na década, tanto durante a fase expansiva do ciclo econômico, a partir do milagre econômico, como na

¹⁸ O Sistema 34/18 era baseado na relação entre três agentes: a empresa optante (ou depositante), a empresa beneficiária (ou investidor) e a SUDENE.

fase da desaceleração ocorrida na segunda metade dos anos 1970, período da implantação do II PND¹⁹.

Gomes e Vergolino (1995) mostram que, neste período do milagre econômico, entre os anos de 1968 a 1973, a região Nordeste cresceu menos do que o Brasil, correspondendo a 7,2% e 10,9%, respectivamente.

Desta forma, segundo informações da SUDENE-DIEESE (Op. Cit), entre os anos de 1970 e 1980, a taxa de expansão do PIB foi de 8,6% ao ano para o Brasil, sendo 6% do produto por habitante, enquanto que, para o Nordeste a taxa registrada foi de 8,7% ao ano e a de expansão do produto *per capita* foi mais do que a do país alcançando 6,5%. Vale ressaltar que, segundo os dados, a região Nordeste mesmo que tivesse crescido menos na primeira metade da década do que o Brasil, por sua vez, registrou uma desaceleração menor na segunda metade da década.

Durante esse período, conforme mostram os dados, houve um crescimento da economia nordestina que superou a economia brasileira resultante, em especial, das novas formas de atuação do Estado que estavam integradas ao processo de desenvolvimento das forças capitalistas presente no país, que exigia a obtenção de novos mercados para os seus produtos. Desta forma, pode-se ressaltar que é notável a integração da economia nordestina a economia nacional.

Todavia, ao final dos anos 1970 e início dos anos 1980, após os choques do petróleo, a estagnação da economia, o aumento considerável da inflação e, conseqüentemente, a desaceleração do crescimento econômico do país, houve um decréscimo nessas taxas de crescimento na economia nacional e nordestina.

Policarpo (1994) afirma que entre os anos de 1970 a 1987 ocorreu uma desintegração da indústria em nível regional, com a gradativa queda da produção de algodão no Nordeste. Enquanto isso, a tecelagem concentrou-se no Centro-Sul, que fez despontar o setor de confecções, em todo o país.

Segundo Oliveira (2014), desde a criação da SUDENE o estado de Pernambuco, na década de 1960, recebeu 36,9% dos incentivos elevando o seu PIB para 10,6% no ano de 1970, porém, a situação se inverteu no ano de 1980, quando o estado pernambucano passou por uma queda alcançando 2,4%. Por sua vez, o estado da Bahia foi o segundo maior beneficiado com os incentivos (32,8%), tendo recebido parcelas no ramo metalúrgico, de

¹⁹ Plano Nacional de Desenvolvimento executado no Governo Geisel (1974-1979).

extração mineral, mecânico, borracha e químico. Estes investimentos elevaram o PIB do estado, de 12% no ano de 1960, para 30% no final dos anos 1980.

Todavia, no início da década de 1990 foram observadas inovações técnicas e organizacionais a partir de um caráter mais sistêmico, nos diversos setores econômicos. Neste período, o Nordeste voltou a ser atraente para os investimentos industriais devido ao avanço da globalização e da reestruturação produtiva.

A partir da instabilidade política vivenciada com o impeachment do Presidente Fernando Collor e a entrada do governo de Itamar Franco, houve a acentuação do processo de reestruturação produtiva. Desta forma, de acordo com Galvão (2001), as grandes empresas nacionais e as multinacionais já estavam promovendo essa reestruturação gradativamente desde o governo de Collor, porém, as médias e pequenas foram forçadas a reestruturar-se, do contrário, deveriam sair do mercado devido à intensa competitividade, que pressionavam estas empresas por mudanças tecnológicas e organizacionais. O resultado dessa competição entre as empresas foi uma consequência da guerra fiscal.

De acordo com informações do relatório da SUDENE-DIEESE (1999) entre os anos de 1989 a 1995 se constatou um crescimento reduzido do PIB de 1,1% confrontado com uma expansão anual do nível de emprego de 3,6%, dando lugar a um decréscimo da produtividade a uma taxa anual de - 2,41% ao ano. Esta foi considerada a fase mais crítica do período que associou uma desastrosa experiência de estabilização, com uma abrupta abertura econômica e a retomada de um intenso processo inflacionário, estancada a partir de 1994, com o plano real.

Ainda segundo os dados da SUDENE-DIEESE (Op. Cit), no ano de 1979, a participação do emprego formal urbano foi de 43,6% e no ano de 1995 reduziu-se para 32,2%. Além disso, neste período, a contribuição do emprego formal em relação ao aumento do número de pessoas empregadas, foi menor que 1/5 do total dos empregos criados.

No fundo, o que os dados mostram é a presença, na economia nacional e na economia regional, de uma grande instabilidade econômica que se traduziu na presença de ciclos econômicos de pequena duração.

Em 2001, no governo de Fernando Henrique a SUDENE foi extinta. Em seu lugar foi criada a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE).

A extinção da antiga SUDENE e a criação da ADENE foram resultados de iniciativas do Governo Federal, concretizadas na edição da Medida Provisória nº 2.146-1 de 04 de maio de 2001.

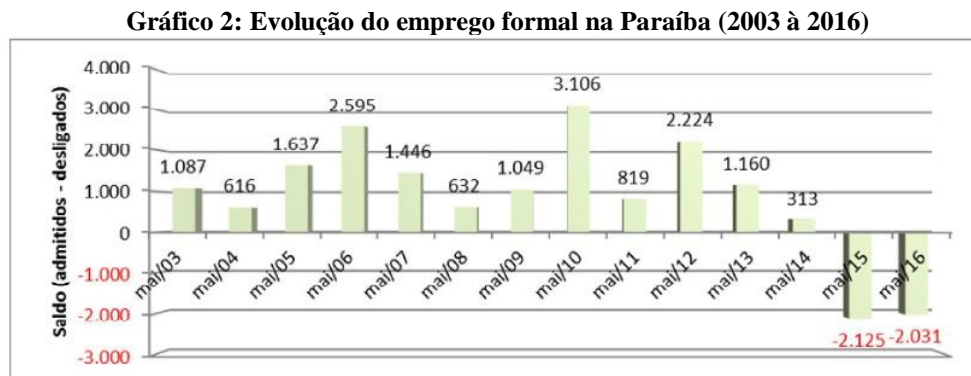
Por sua vez, a criação da ADENE não obteve êxito para continuar executando a política de desenvolvimento instituída pela SUDENE, sendo rejeitada pela sociedade

nordestina, abrindo pautas para a discussão de propostas alternativas no que concerne a política de desenvolvimento regional.

Após o fim da SUDENE, de acordo com Oliveira (2007) o número de empregos industriais criados foram insuficientes para resolver os problemas estruturais da região, os padrões de miséria foram mantidos, e as migrações não cessaram.

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), comparando-se os anos de 1990 e 2005, a taxa de desocupação a nível Brasil se elevou, passando de 3,7% para 9,3%; em relação ao Nordeste, a taxa passou de 3,3% para 9,0% e na Paraíba passou de 3,7% para 7,5%. Desta forma, pode-se observar que a taxa de desemprego no Nordeste, nos anos em destaque, foram inferiores as taxas verificadas para país e, por sua vez, as da Paraíba, foram inferiores às constatadas na região Nordeste.

O gráfico 2 mostra a evolução do emprego formal no estado da Paraíba, entre os anos de 2003 à 2016, conforme se verifica a seguir.



Fonte: MTE, CAGED.

Elaboração: CAGED – Síntese do comportamento do mercado de trabalho formal (Mai./2016)

De acordo com os dados do CAGED (2016), no estado da Paraíba até o mês de maio de 2016, foram eliminados 2.031 empregos formais. Os principais setores de atividade responsáveis por este desempenho foram os Serviços (-612 postos), o Comércio (-556 postos) e a Construção Civil (-553 postos). Por sua vez, de janeiro a maio de 2016, houve um decréscimo de 13.046 postos (-3,15%), devido à influência de fatores sazonais. E nos últimos 12 meses, também, verificou-se uma redução dos postos de trabalho, correspondendo a -16.265 postos, equivalentes a 3,90%.

Entretanto, pode-se analisar que, em termos gerais, a economia da região Nordeste apontou importantes mudanças na sua estrutura produtiva. Embora que tais mudanças e transformações não tenham superado os grandes desafios que ainda se apresentam no mercado de trabalho da região, como se assinalou através dos dados e informações, há

espaços para políticas e ações governamentais, que dificilmente poderiam ser implantadas em uma situação mais conturbada de desemprego, precarização e informalidade da mão de obra nordestina.

Desta forma, logo abaixo, será realizada uma análise sobre a formação econômica de Campina Grande, que se destaca no estado da Paraíba por suas atividades econômicas voltadas para os setores produtivos da indústria, comércio e serviços, conforme será melhor analisado na seção a seguir.

2.4 Caracterização da formação econômica de Campina Grande

Campina Grande está localizada no Estado da Paraíba a 130 km da capital, João Pessoa. A cidade mantém uma centralidade bastante significativa na Região Nordeste, sua área de influência atinge grande parte do território paraibano, desempenhando um papel regional importante, mantendo relação com a área na qual está situada, por meio de concentração e centralização econômica, como também compõe o conjunto que representa no mercado nacional. Não obstante, a cidade vai além do que sempre a caracterizou: a posição de entreposto comercial.

A origem de Campina Grande não acontece sem articulação com a história mundial, e conseqüentemente, com a brasileira. De acordo com Maia *et al* (2013), o processo de acumulação primitiva do capital, iniciado desde os séculos XIV e XV com o movimento de expansão da atividade comercial europeia, é esclarecedor para o entendimento da totalidade do movimento que fomentou o surgimento das funções e formas que passaram a comandar a realidade americana.

Referente ao Brasil, a execução do controle territorial por parte do império português introduziu para o espaço colonial um conjunto de princípios e organizações que reformou a lógica de reprodução da sociedade.

Conforme Maia *et al* (Op. Cit) era indispensável exercer a lógica de expansão e alcançar os objetivos estabelecidos pela Coroa Portuguesa e pelas empresas comerciais, não apenas para controlar os novos espaços, mas também para estabelecer com eles a possibilidade de manutenção de fluxos, tendo em vista a acumulação de riquezas no polo metropolitano europeu.

Desse modo, Campina Grande surgiu a princípio como aldeia e, posteriormente, como vila. Assim, este surgimento decorreu através de dois fatos: a criação de fazendas de gado na região e a criação dos entroncamentos utilizados pelos tropeiros²⁰.

A sua formação econômica está ligada ao comércio de gêneros alimentícios e a posição de entreposto comercial, favorecido pela sua localização geográfica, que auxiliou no surgimento de uma feira de gado e uma feira livre na cidade, atualmente, chamada de Feira Central²¹.

Sobre essa perspectiva, a produção pecuária em conjunto com o cultivo do algodão passou a exercer influência de âmbito regional a partir do séc. XIX, ocasionando desenvolvimento para a região, motivando um movimento de convergência de interesses econômicos pelo lugar. Porém, foi no século XX que aconteceram as mudanças relevantes que definiram os padrões socioeconômicos vigentes.

De acordo com Oliveira (2009) a consolidação da cidade como entreposto comercial mudou significativamente a sua função, redefinindo a sua área de polo de venda de produtos no atacado e no varejo, assumindo uma regularidade nas transações, predominantemente, agrícolas.

Nesse período aconteceu o primeiro ciclo de desenvolvimento, denominado ciclo do algodão. O comércio do algodão foi acentuado consideravelmente nessa época, principalmente depois da instalação da estação ferroviária²², que ligava Campina Grande ao Sertão, favorecendo a negociação do algodão, do mesmo modo que possibilitava um sucessivo desenvolvimento na economia campinense.

Todavia, pode-se afirmar que nenhuma cidade paraibana se beneficiou com o transporte ferroviário. Este fato decorreu pela condição do município como mercado de produtos que eram trazidos pelos tropeiros, para serem comercializados na cidade, logo após era transportada para a capital do Estado ou para o porto de Recife, no qual seria exportado para o exterior, alterando a vinculação econômica do Estado e estimulando o escoamento de mercadorias e capitais.

Durante o período da Segunda Guerra Mundial, Campina Grande ficou conhecida como a "Liverpool do Brasil", sendo considerada a maior cidade exportadora de algodão do Brasil. O transporte do algodão feito, anteriormente, por tropas de burro passou a ser

²⁰Segundo Elias, Sposito e Soares (2013) os tropeiros eram um grupo de pessoas que carregavam suas mercadorias em transportes de tração animal, em geral, burros.

²¹De acordo com Elias, Sposito e Soares (Op. Cit) a feira central representa ainda uma das principais formas de escoamento da produção agrícola regional.

²²Com a chegada do trem em 1907 na cidade de Campina Grande o comércio entre o litoral e o sertão foi intensificado.

substituído por caminhões, acompanhando com mais rapidez o progresso e a modernização da cidade. Em vista disso, Campina Grande passou a centralizar a produção conduzindo-a para as empresas processadoras.

Entre os anos de 1910 a 1930, segundo Maia *et al* (2013) foram introduzidos equipamentos que simbolizavam a modernidade urbano-industrial, a exemplo dos telefones, o fornecimento energia elétrica, a iluminação pública nas ruas, entre outros avanços.

Costa (2003) afirma que:

O comércio da cidade que sempre se direcionou para o oeste, acompanhando a fixação dos “forasteiros”, já se destacava na modalidade atacadista nos anos 1930, localizando-se na rua as Areias (atual rua João Pessoa). Foi essa atividade comercial que passou a se distinguir como principal função de Campina Grande por mais de quarenta anos, ampliando o raio de influência da cidade e definindo a sua regionalização (COSTA, 2003, p. 39).

Conforme Costa descreveu, a atividade comercial era predominante e a feira livre era um dos principais elementos dessa dinâmica. Ademais, a produção do algodão também refletiu sobre o processo de urbanização do município, inserindo novos materiais técnicos, da mesma maneira que, esse avanço na alteração da estrutura da cidade proporcionou a abertura de empresas, hospitais, bancos e escolas, no município.

Na década de 1950, segundo Maia *et al* (Op. Cit) a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP) firmou sua sede na cidade (após a criação da SUDENE) passando a comandar um processo industrial sustentado por várias formas de incentivos, abrangendo assistência e assessoria técnica. Após este período, Campina Grande passou a desenvolver seu comércio atacadista, obtendo atuação inusitada no desenvolvimento econômico da cidade.

Desta forma, do período de 1950 até final dos anos 1960 houve uma tentativa de industrialização da cidade, visto que a atividade industrial não tinha papel significativo, pois era destinada a produção de couro e pele, têxtil, sabão, bebidas, alimentos e beneficiamento do algodão.

Nesse período, também, foi criada a Escola Politécnica da Paraíba atual Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), posteriormente, foi criada a Universidade Regional do Nordeste (URN), atualmente, denominada de Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), que impulsionaram a ampliação da cidade, tal como, seu processo urbano. Arelado a estes avanços se identificou que, a partir do estabelecimento do ensino superior, o município passou

a receber mão de obra qualificada de várias regiões do país e até mesmo de outros países, havendo estímulos no comércio local e no setor imobiliário.

De acordo com Maia *et al* (2013), o maior ritmo de crescimento econômico do município foi constatado a partir da instalação da ferrovia, da larga produção do algodão e com a instalação da rodovia, atualmente chamada de BR 230, que em meados do século XX dividiu o território paraibano na direção leste e oeste.

O declínio do comércio de algodão iniciou-se a partir de uma crise econômica instalada em todos os setores comerciais, especialmente, o varejista e o da prestação de serviços. Dessa forma, foi necessário que algumas decisões fossem tomadas, objetivando a promoção dos novos rumos da economia campinense, de forma a evitar que acontecesse uma estagnação, como já havia ocorrido em algumas cidades paraibanas que dependiam da produção algodoeira.

Após a crise do ciclo algodoeiro um novo ciclo de desenvolvimento se inseriu em Campina Grande, um processo de industrialização. Através da intervenção do Estado brasileiro na década de 1970, esse processo de industrialização acentuou-se, pois nesse período ocorria o chamado “milagre econômico” brasileiro²³.

Nesse estágio, a economia nordestina estava atrelada à economia nacional, pois o Nordeste havia sido introduzido na divisão inter-regional do trabalho do país.

Desse modo, a economia industrial do Nordeste, em especial, a de Campina Grande estavam inclusas no mercado nacional, em razão da inexistência de barreiras que impossibilitavam a livre circulação de mercadorias, gerando a agregação dos mercados isolados, desconstruindo os mercados locais atrelados ao mercado nacional. Este fato deveu-se não só a construção de portos, ferrovias e rodovias que possibilitaram o acesso dessa circulação na cidade, como também, a visibilidade que o espaço urbano tinha como propulsor de melhoria das condições de vida e da renda.

Logo, a redefinição do espaço urbano da cidade foi considerado um elemento de fomento a capacidade de acumulação de capital. Sendo assim, Campina Grande reorientou as atividades econômicas para o setor de serviços.

Com a política de descentralização dos projetos e investimentos ocorreu um notável declínio dos incentivos à atividade industrial, apesar disso, foram desenvolvidos no município políticas voltadas para a qualificação de mão de obra e para o desenvolvimento urbano da cidade. É relevante entender que os desvios dos recursos e dos projetos, que foram realizados

²³ Período de crescimento acelerado da economia brasileira entre os anos de 1968 a 1974.

pelos governos militares restringiram, em larga escala, a força econômica de Campina Grande.

Segundo Oliveira (2009), nesse período, havia uma expectativa muito grande em relação à aprovação dos projetos de investimentos pela SUDENE, o que terminou não sendo concretizado, em toda a sua plenitude. De acordo com Lima (2004) o município foi beneficiado com apenas nove projetos, sendo seis de ampliação e modernização das fábricas já existentes e três voltados para a implantação de novas indústrias.

Neste período, a questão regional de Campina Grande concentrou-se na formação de capital para instalação do distrito industrial do município, que foi sucedido sob diversas formas de incentivos, tais como: os fiscais; os financeiros; os creditícios; os de assistência e os de assessoria técnica.

Esses incentivos colaboraram para que Campina Grande se transformasse em um dos grandes centros da atividade industrial moderna tanto do Estado, como também, do interior do Nordeste, no período de 1969 a 1979. Todavia, a partir de 1979 essa posição foi perdida para a cidade de João Pessoa.

Entre os anos de 1960 e 1970, segundo Maia *et al* (2013), o crescimento do pessoal ocupado no setor industrial alcançou 45,7%. Entre os anos de 1970 e 1980, o percentual das pessoas empregadas nas empresas (72,5%), alcançou um índice expressivo que, traduzido em número de empregos, representou um salto de 4.377 postos ocupados em 1970, para 7.551 em 1980.

Neste contexto, nos anos 1980, a economia mundial estava passando pelo processo da reestruturação produtiva, com as mudanças do *fordismo* para o *toyotismo*. No Brasil, com as restrições de crédito para o pagamento da dívida externa deu-se início a um processo de desaceleração da economia, que conseqüentemente, atingiu o setor industrial campinense a partir do fechamento de importantes indústrias instaladas no distrito industrial campinense, trazendo conseqüências diretas para a oferta de emprego no município.

Por conseguinte, pode-se reconhecer que o caráter intermediador de Campina Grande ocorreu pelo processo de troca dos vários produtos de diversos lugares, compreendendo não apenas a escala local, como também, a regional, que foi favorecida por sua localização geográfica.

No fim do século XX, Campina Grande é ressaltada pela promoção de seu polo tecnológico, pela volta do cultivo do algodão e pelo cultivo do algodão colorido.

De acordo com Oliveira (2009), esses dois ciclos mostraram-se entrelaçados devido à migração dos capitais acumulados no primeiro ciclo que foram transformados para

investimentos no segundo, apresentando em seguida uma conexão e fortalecimento dos investimentos por intermédio dos financiamentos da SUDENE.

Conforme Maia *et al* (2013) afirma que a criação do polo tecnológico campinense inseriu o município no circuito de outros polos e foi resultado de uma iniciativa conjunta do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), do Banco do Estado da Paraíba (PARAIBAN) e do Governo do Estado, objetivando a promoção do desenvolvimento tecnológico da Paraíba, através dos incentivos e dos apoios dados as empresas com base tecnológica.

Em relação ao setor comercial, Campina Grande vai perdendo sua relevância como entreposto comercial da região setentrional nordestina, passando o posto para a capital do estado, João Pessoa, deixando de atuar sua função de centralizadora do comércio regional e perdendo a sua concentração econômica ao espaço nacional, dado que o município passou a ser a porta de saída dos migrantes fugindo da seca à procura da melhoria das condições de vida imposta pelo padrão de vida urbano.

Os dados do relatório anual do CAGED (2009) revelam que dentre os setores mais dinâmicos da economia, destacam-se o de comércio e o de serviços, empregando em torno de 60% dos trabalhadores formais. Deste modo, verifica-se que de um total de 10.000 estabelecimentos, cerca de 47.000 empregos são gerados em todos os ramos da economia. Assim, ressalta-se que a atividade comercial é o fator preponderante da economia campinense.

Referente às atividades econômicas, a indústria, a saúde e a educação especializada, também, têm sido consideráveis para atrair a população. Para Oliveira (Op. Cit), outro fator que tem contribuído para a dinâmica econômica da cidade tem sido os investimentos executados no setor cultural, além do destaque no polo tecnológico através de ações promovidas entre o Parque Tecnológico da Paraíba, o Sistema S²⁴, o Centro Tecnológico Couro- Calçadista (CTCC) e a UFCG.

Maia *et al* (2013) retrata que a indústria calçadista é um segmento produtivo que se destacou no município, pois entre os anos de 1990 à 2000 apresentou um aumento superior a 100% em termos de números de estabelecimentos e, por sua vez, entre os anos de 2000 a 2008 houve um crescimento de 48%. No que se refere ao número de trabalhadores, no primeiro intervalo (1990-2000) houve um acréscimo de 1.605 empregados, o que significou um

24 Fazem parte do Sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Social do Comércio (SESC); Serviço Social da Indústria (SESI) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC).

aumento de 205%, índice que se repetiu no segundo período, correspondente a 2000-2008 (200%), contabilizando em torno de 4.917 pessoas empregadas no setor, um crescimento bastante vertiginoso.

Desta forma, observando-se as transformações econômicas de Campina Grande pode-se constatar que o seu crescimento não foi suficiente para alterar a sua posição nos âmbitos regional e nacional, porém, resultou numa maior diversificação das atividades econômicas, viabilizada pelo desenvolvimento, principalmente, dos setores da indústria, comércio e serviços.

Por outro lado, através dos dados expostos, é possível perceber que uma grande parte da força de trabalho campinense ainda pertence ao contingente de desocupados e ocupados de forma precária, praticando atividades informais. Sendo assim, o SINE municipal atua incessantemente no combate ao desemprego e a estas relações de trabalho precárias. O meio mais eficaz é a intermediação de mão de obra, que tem a funcionalidade de colocar e recolocar os trabalhadores no mercado de trabalho formal. Essa perspectiva será melhor analisada no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

O SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO E A SUA CONTRIBUIÇÃO NO COMBATE AO DESEMPREGO

A partir do crescente aumento do desemprego, nas últimas décadas, o governo brasileiro buscou soluções para o seu enfrentamento. O presente capítulo busca avaliar como se deu a formação do Sistema Público de Emprego, no combate ao desemprego no Brasil, como também, se destina a caracterizar o Sistema Nacional de Emprego – SINE, buscando mostrar a eficácia da instituição como intermediadora de mão de obra e identificar o perfil dos trabalhadores desempregados e usuários do Sine municipal de Campina Grande-PB.

3.1 O debate das políticas públicas de emprego e renda: o Sistema Nacional de Emprego

O Governo Brasileiro, ao deparar-se com o crescimento do desemprego, iniciou a reorganização do mercado de trabalho para melhor atender aos trabalhadores formais e informais. Seu objetivo consistiu em reformular e melhorar os programas de atendimento ao trabalhador e criar novos para lhe oferecer uma melhor assistência.

Nessa conjuntura, foi criado o Sistema Nacional de Emprego (SINE) no ano de 1975, por meio do Decreto nº 76.403. De acordo com informações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2013), a instituição inicialmente foi composta de uma rede integrada de órgãos e de convênios com os governos estaduais, sob a coordenação do MTE, que se destina a prestar serviços ao trabalhador, com vistas a sua proteção e a produção de melhorias nas condições de acesso e permanência no mercado de trabalho.

A partir de informações contidas em documentos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2014) o serviço de intermediação de mão de obra, como orientava a Convenção nº 88²⁵ da Organização Mundial do Trabalho (OIT), só foi instituída com a criação do SINE. O fato do serviço de intermediação ter sido criado apenas na década de 1970 reflete a forma como estava organizado o mercado de trabalho urbano brasileiro naquele período.

²⁵ A Convenção sobre o Sistema de Emprego foi assunto da trigésima primeira sessão da Conferência Geral da Organização Mundial do Trabalho e teve a sua aprovação pelos países membros no dia 09 de julho de 1948. A Conferência foi realizada em São Francisco, entre os dias 17 de junho e 10 de julho de 1948. A convenção n. 88 da OIT dispunha sobre os serviços públicos de emprego, com foco no atendimento aos desempregados (Moretto, 2009, p. 125).

A intermediação de mão de obra se caracteriza por ser um serviço público gratuito prestado por todas as agências do SINE espalhadas pelo Brasil, objetivando, de modo ágil, a (re) inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho.

Entre os anos iniciais do SINE (1977–1979), os esforços foram concentrados na incorporação das agências estaduais nas Unidades de Federação, conforme está descrito na Tabela 4.

Tabela 4: Unidades de Federação incorporadas ao SINE

ANOS	UNIDADES DE FEDERAÇÃO
1977	Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.
1978	Acre, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Paraíba e Rio Grande do Norte.
1979	Alagoas, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Sergipe.

Fonte: Relatórios de intermediação de mão de obra – CSINE/DES/MTE.

Elaboração: Tabela elaborada pela autora.

De acordo com a tabela 4, observa-se que a abrangência do SINE, nos três primeiros anos de sua criação, foi de planejamento e implantação em todo o Brasil. Em 1979, todas as unidades de federação existentes possuíam unidades do SINE e, de acordo com Cacciamali, Silva e Matos (1998), neste mesmo ano, cerca de 600 mil trabalhadores haviam se inscrito nos postos de atendimento e 227 mil trabalhadores desempregados foram recolocados no mercado de trabalho, no período.

Segundo Moretto, Gimenez e Proni (2003), em meio à crise fiscal, no ano de 1981, os recursos federais foram reduzidos a 50% do custo total do programa. Sem conseguir atender a imensa clientela, diante da precária estrutura de funcionamento, o SINE ganhou o estigma de “agência para pobres”, devido a sua atuação restrita e pouco eficaz.

Todavia, no âmbito da Constituição Federal de 1988, no ano de 1990, houve a criação do mais importante programa de financiamento e desenvolvimento das políticas públicas de emprego, o FAT ²⁶. A partir deste programa foi possibilitado à construção do SPE.

²⁶ Financia também o Programa Seguro Desemprego.

Moretto (2009) defende que a criação do FAT se apresentou como algo novo no financiamento das políticas de emprego. O FAT foi desenvolvido com o objetivo de custear o seguro desemprego e o financiamento de programas de desenvolvimento econômico. O fundo é vinculado ao Ministério do Trabalho e é gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), criado pela mesma lei do FAT e de caráter tripartite²⁷.

As criações do SINE (1975) e do FAT (1990) se constituíram nos primeiros passos percorridos para a formulação do SPE, objetivando a proteção do trabalhador no mercado de trabalho e a sua inclusão social. O Brasil se notabilizou em relação aos outros países na América Latina pelo tamanho e estrutura do seu Sistema Público de Emprego. Apesar disso, o SPE brasileiro necessitou desempenhar um papel múltiplo, devido ao perfil heterogêneo do país.

Nessa conjuntura, o SPE apresentou algumas políticas de emprego e programas sociais de atendimento aos trabalhadores: o seguro-desemprego, a intermediação de mão de obra, a qualificação profissional, a geração de emprego e renda, apoio ao empreendedorismo, economia solidária e o microcrédito.

Segundo Moretto (2009), estas políticas contribuíram para reduzir o nível de desemprego, mas essa redução foi limitada pelo nível das atividades econômicas, que são dadas exogenamente ao mercado de trabalho. Ainda pode-se ressaltar que a intermediação é considerada a porta de entrada do trabalhador no SPE.

Todavia, foi a partir do ano de 1992 que o SINE começou a apresentar um crescimento do número de trabalhadores colocados e recolocados no mercado de trabalho brasileiro. Grande parte desse dinamismo foi proveniente do seguro desemprego e do FAT, que forneceu recursos para o desenvolvimento de outras políticas de emprego.

Foi a partir da criação do Programa do Seguro Desemprego, que outros instrumentos passaram a integrar o SPE. Em 1994, foram criados o Programa Geração de Emprego e Renda (PROGER), os conselhos estaduais e comissões municipais de emprego, visto que no ano de 1995 foram desenvolvidas as ações específicas do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), financiado com recursos do FAT (BORGES, 2003).

Moretto, Gimenez e Proni (2003) realizaram um balanço das ações do SINE durante a década de 1990 e mostraram que seu atendimento se ampliou a partir da segunda metade da década. Os autores verificaram que a procura pelo serviço, por parte de trabalhadores em busca da reinserção ou do primeiro emprego, cresceu em todas as regiões, como resultado do

²⁷Formado por três representantes dos trabalhadores, três empresários (empregadores) e três representantes do governo.

aumento do desemprego, da ampliação dos postos de atendimento e da maior divulgação dos serviços realizados pelo SINE. Também cresceram a captação das vagas e o número de trabalhadores colocados, porém, em um ritmo inferior ao da procura.

Todavia, visto que a finalidade do SPE por meio dos seus programas sociais é (re)inserir os trabalhadores desempregados e auxiliar na procura do primeiro emprego, as suas ações tiveram um baixo impacto no mercado de trabalho, na década de 1990.

Neste contexto, verificou-se que a política econômica definida com o Plano Real prejudicou a geração de empregos no país, devido à exposição da economia brasileira aos concorrentes internacionais, aumento da dívida externa, entre outros fatores. Assim, tais situações foram responsáveis pela desestruturação do mercado de trabalho, que ocasionou o baixo desempenho dos programas de intermediação de mão de obra.

No ano de 2011, o Ministério do Trabalho e Emprego divulgou a informação da estimativa do total de postos do SINE, distribuídos por todo o Brasil. Segundo o órgão, naquele ano havia um total de 1.399 postos ativos, dos quais 1.302 estavam vinculados aos convênios estaduais, 80 aos convênios municipais e 17 às entidades privadas. Considerando a localização entre os 791 municípios, os postos do SINE alcançaram, em 2011, por volta de 115 milhões de pessoas, que correspondeu a 63% da população brasileira.

Dessa forma, como o aumento do desemprego é explicado por uma expansão da oferta de mão de obra, ou melhor, um desajuste entre oferta e demanda no mercado de trabalho, em ritmo superior ao da criação dos novos postos de trabalho, no subtópico seguinte serão explicadas as características da intermediação de mão de obra, em combate a este desemprego no Brasil.

Ao longo dos anos, estas políticas de emprego ganharam destaque no combate ao desemprego no país, conforme será analisada no subtópico abaixo sobre a intermediação de mão de obra, considerada a principal finalidade do SINE.

3.1.1 A Intermediação de Mão de Obra (IMO)

A intermediação de mão de obra foi o marco da constituição dos serviços públicos de emprego no país, favorecendo o desenvolvimento de uma série de ações relacionadas à intermediação, a exemplo da organização de um sistema de informações sobre o mercado de trabalho; da identificação do trabalhador por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); do fornecimento de subsídios ao sistema educacional; e da formação de mão de obra para a elaboração de suas programações.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2014), a intermediação consiste em propiciar informações e orientações ao trabalhador na procura por emprego, e aos empregadores na busca de recursos humanos, a fim de promover o encontro de ambos, visando à colocação dos trabalhadores nas vagas disponíveis. O SINE, através do Portal Mais Emprego, encaminha trabalhadores para as vagas permanentes, temporárias, de aprendizes e de estágios.

As atividades de intermediação incluem:

- Atendimento ao trabalhador: inscrição e composição de seu perfil socioeconômico, educacional e profissional, visando identificar os serviços que possibilitem a sua inserção no mercado de trabalho.

- Captação de vagas ofertadas no mercado;

- Cruzamento do perfil do candidato com os requisitos da ocupação;

- Seleção e convocação;

- Encaminhamento do trabalhador para a empresa, quando seu perfil atende à demanda;

- Encaminhamento do trabalhador aos programas de qualificação profissional;

- Acompanhamento do trabalhador junto à empresa;

- Registro da colocação;

- Orientação ocupacional;

- Atendimento diferenciado a trabalhadores portadores de necessidades especiais.

Há uma carta de encaminhamento que é entregue ao trabalhador no momento do seu encaminhamento à empresa. Trata-se de um documento que comprova a ação realizada pelo SINE, a qual deve ser devolvida, posteriormente, pelo empregador à instituição, com o resultado do processo seletivo. Nela estão contidas informações referentes ao local e horário de entrevista, bem como a documentação necessária a ser apresentada na entrevista.

Segundo informações do MTE (2014), o atendimento ao empregador é diferenciado em relação ao trabalhador. A abordagem junto ao empregador pode ocorrer de duas formas: *ativa* e *passiva*. Respectivamente, na abordagem ativa, as agências do SINE realizam atividades de prospecção²⁸, ofertando os serviços do SINE. Na passiva, por sua vez, é o empregador quem procura os serviços do SINE. O cadastro pode ser realizado pelas unidades do SINE ou pelo empregador, através do Portal Mais Emprego.

²⁸ Entende-se por prospecção: estudos, análise das tendências do mercado de trabalho para identificar potenciais parceiros, suas características e necessidades, visando desenvolver uma relação de confiança e respeito mútuo (MTE, 2014).

Ainda de acordo com manual do MTE (2014), a pré-seleção consiste em analisar qualitativamente o perfil profissional de trabalhadores visando identificar e encaminhar ao empregador aquele que estiver com o perfil mais condizente ao solicitado. É realizada, através da análise curricular, dinâmicas em grupo, aplicações de provas, testes psicológicos, entre outros.

Desta forma, são selecionados os trabalhadores que se encaixam para o perfil da vaga ofertada. Estes trabalhadores são convocados, através da agência do SINE que ele realizou o seu cadastro ou pelo empregador, por meio do Portal Mais Emprego. Vale ressaltar que o empregador, ao convocar trabalhadores para participarem de processos seletivos, não visualiza seus dados cadastrais. Somente é possível visualizar informações referentes à qualificação e experiência profissional do trabalhador.

A intermediação de mão de obra é uma das políticas de emprego que procura reduzir os problemas decorrentes do desemprego, cujo crescimento acelerado nos últimos anos fez aumentar o número de trabalhadores cadastrados nas agências públicas e nas agências privadas de emprego.

Conforme análise de Mehedff (2000), a intermediação demanda estreita articulação com as empresas para captar as vagas oferecidas e o perfil profissional exigido para seu preenchimento, visando flexibilizar alguns requisitos incluídos no perfil (principalmente aqueles de natureza discriminatória) e obter respostas das empresas sobre o encaminhamento realizado.

De acordo com informações da Secretaria Estadual do Emprego e Relações do Trabalho (SERT), a intermediação de mão de obra pode assumir duas formas: *a intermediação de emprego formal* e *a intermediação de emprego informal*. A primeira diz respeito ao processo de orientação, inserção ou recolocação dos trabalhadores nos postos de trabalho devidamente formalizados. A segunda, refere-se aos demais serviços de recondução de trabalhadores ao mercado de trabalho, cujo foco é a prestação de serviços por trabalhadores autônomos, como é o caso dos empregados domésticos, trabalhadores(as) diaristas e outras categorias profissionais.

As atividades de intermediação de mão de obra também melhoraram o seu desempenho a nível regional entre os inscritos, encaminhados, colocados e a quantidade de vagas ofertadas no mercado de trabalho, no ano de 2014, conforme pode ser visto na tabela 5 a seguir.

Tabela 5: Atividades de Intermediação a nível regional (2014)

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Inscritos		Encaminhados		Colocados		Vagas	
	N ^{os} abs.	Em %	N ^{os} abs.	Em %	N ^{os} abs.	Em %	N ^{os} abs.	Em %
Nordeste	1.216.912	19,5	949.413	16,3	205.971	30,1	438.782	16,2
Alagoas	69.496	1,1	35.148	0,6	18.499	2,7	31.535	1,2
Bahia	372.269	6,0	327.793	5,6	65.796	9,6	128.590	4,7
Ceará	183.791	2,9	285.356	4,9	84.206	12,3	145.723	5,4
Maranhão	112.217	1,8	25.525	0,4	9.600	1,4	14.732	0,5
Paraíba	80.734	1,3	50.736	0,9	7.404	1,1	28.678	1,1
Pernambuco	201.270	3,2	173.700	3,0	16.695	2,4	64.026	2,4
Piauí	64.927	1,0	12.775	0,2	1.112	0,2	8.366	0,3
Rio Grande do Norte	70.678	1,1	21.768	0,4	1.688	0,2	8.427	0,3
Sergipe	61.530	1,0	16.612	0,3	971	0,1	8.705	0,3

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência Social / SINE

Elaboração: DIEESE – Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (2015)

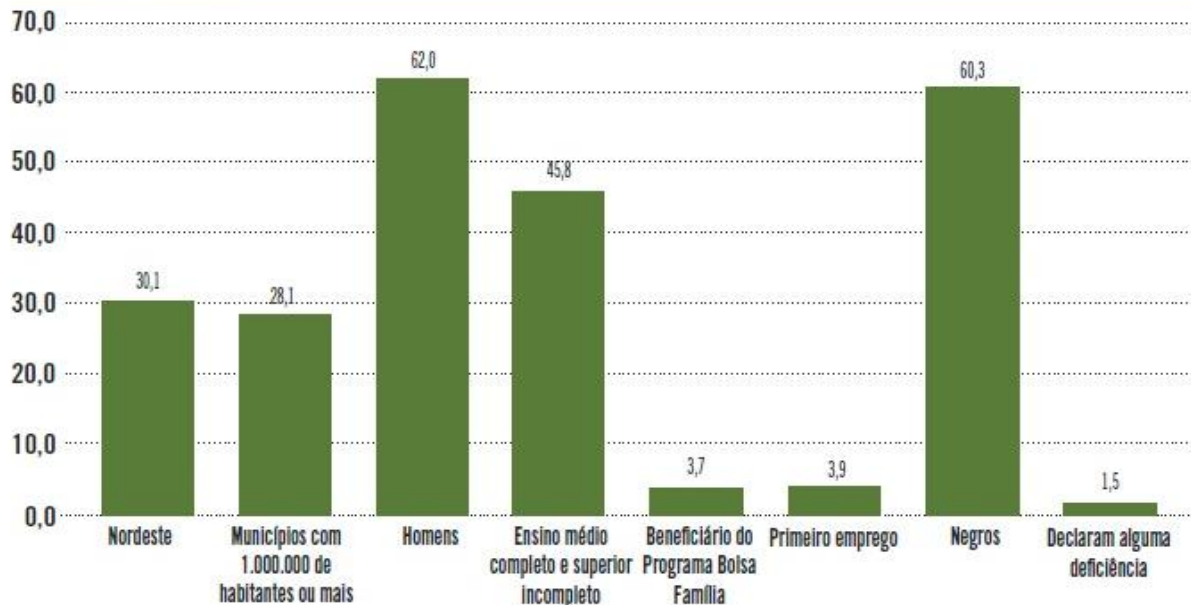
A partir das informações contidas na tabela acima, pode-se verificar que o estado da Bahia foi o que mais se destacou em 2014, com a maior quantidade de indivíduos inscritos através do SINE (em números absolutos de 372.269 pessoas). Porém, observou-se, através dos dados, que 128.590 vagas foram ofertadas, alcançando o segundo maior índice em relação aos outros estados da região Nordeste²⁹.

Contudo, observa-se que o SINE possui êxito no encaminhamento, mas apresenta problemas na contratação. Visto, a partir dos dados propostos, que 78% dos inscritos são encaminhados, porém, apenas 21% são contratados.

No âmbito histórico, destacou-se que no início do surgimento do SINE e alguns anos após, a sua atuação como intermediador de mão de obra não era muito eficaz. Todavia, com a sua reestruturação e o crescente dinamismo da economia, ocorreram algumas mudanças significativas nesse quadro. Porém, para que a intermediação seja o meio mais eficaz de se ingressar ou reingressar no mercado de trabalho, ainda é necessário que haja uma relação institucional mais consolidada entre as empresas e o SINE, seja ele municipal ou estadual.

O gráfico abaixo mostra a distribuição dos indivíduos colocados por regiões, a partir de algumas características predominantes.

²⁹ O primeiro lugar em termos de quantidade das vagas ofertadas foi o Ceará.

Gráfico 3 : Proporção dos indivíduos colocados segundo características predominantes em 2014 (%)

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência Social / Sine

Elaboração: DIEESE – Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (2015)

Observando os dados sobre os requisitos de escolaridade, estes não demonstram que haja uma exigência muito alta para o preenchimento da maioria das vagas ofertadas pelo SINE. Conforme o gráfico 3, 45,8% das vagas oferecidas têm como pré-requisito até o ensino médio completo. Em relação à disparidade de gêneros, os homens ainda são maioria, com 62% na inserção ou reinserção no mercado de trabalho nordestino.

Contudo, se for analisado o perfil das vagas oferecidas, a discriminação de gêneros não era pra ser tão forte, pois as mulheres também possuem condições de exercer determinadas funções. Os postos do SINE também captam vagas para trabalhadores com deficiência, conforme se verifica no gráfico uma parcela expressiva de 1,5% dos colocados, que declararam alguma deficiência.

De acordo com informações do anuário do DIEESE (2015), às empresas de telemarketing, também chamadas de *call centers*, foram as que mais ofertaram oportunidades de emprego para a população desempregada, em toda a região nordeste.

Isto se deve ao fato destas empresas encontrarem na região nordeste várias oportunidades, como se podem citar os exemplos da baixa concorrência, dos menores custos e da maior disponibilidade de mão de obra. O estado de Pernambuco é considerado uma das maiores centrais de atendimento da América Latina e todos os anos emprega uma grande quantidade de trabalhadores, o que antes só podia ser visto nos estados da região Sudeste, a exemplo de São Paulo.

Em suma, pode-se inferir que, o papel das agências públicas de emprego, a exemplo do SINE, é ajudar a reduzir o desemprego friccional³⁰. Este tipo de desemprego resulta da mobilidade da mão de obra e ocorre durante o período de tempo em que os indivíduos se demitem ou são demitidos de algum determinado trabalho e saem em busca de outro, que pode ser do mesmo setor ou de setores diferentes.

Todavia, dividir o tempo entre a busca por uma colocação ou recolocação no mercado e a realização de atividades precárias para prover necessidades imediatas é a realidade de muitos brasileiros.

3.2 O SINE em Campina Grande

As agências públicas de emprego desempenham uma importante função no mercado de trabalho. Oferecem gratuitamente um serviço que pode beneficiar o trabalhador em um momento bastante difícil, quando as restrições financeiras se agravam e as novas oportunidades parecem escassas. Esse serviço gratuito pode ampliar as possibilidades de acesso do trabalhador ao mercado de trabalho.

Sua efetividade, porém, depende da capacidade desta instituição de entender as necessidades de trabalhadores e empregadores, para facilitar a ocorrência de encontros de sucesso. O objeto de estudo do presente trabalho é, portanto, o SINE Municipal da cidade de Campina Grande, Paraíba, que atenta para essa realidade, conforme serão analisados nos subtópicos abaixo, a partir de dados coletados através de entrevista realizada com o coordenador geral da instituição neste município, dados estes relativos à intermediação de mão de obra e outras informações relevantes.

3.2.1 O surgimento e a estrutura do Sine Municipal

Inicialmente, o SINE foi criado no município em 2008, devido à execução das ações dos convênios plurianuais com as unidades da federação, que autorizou a criação da instituição nas cidades que possuíam mais de 200 mil habitantes, realidade na qual Campina Grande se enquadrava.

³⁰ Segundo Costa (2000) este tipo de desemprego é decorrente de pequenas imperfeições ou de desajustes temporários entre oferta e demanda de trabalho, pois encontrar um emprego leva algum tempo.

Figura 1: Estrutura física do SINE municipal



Fonte: Prefeitura Municipal de Campina Grande-PB (2013)

A figura acima mostra a estrutura do prédio, visto de fora, onde se localiza o SINE municipal, no centro da cidade de Campina Grande-PB.

A principal finalidade do SINE no município é realizar a intermediação de mão de obra, seja através do cadastro presencial ou do cadastro pela internet, no portal Mais Emprego, que possui uma parceria com o MTE e o Governo Federal.

O SINE municipal é composto pelos setores: coordenação, recursos humanos, arquivo, captação de vagas (intermediação de mão de obra), intermediação de mão de obra externa com consulta de vagas por telefone e captação, qualificação social e profissional e atendimento ao público.

Figura 2: Atendimento aos usuários do SINE Municipal



Fonte: Prefeitura Municipal de Campina Grande-PB (2016)

A figura 2 mostra aonde são feitas as intermediações de mão de obra entre o SINE municipal e os trabalhadores desempregados. São nestes balcões individuais que os indivíduos são atendidos e podem solicitar alguns dos serviços fornecidos pela instituição.

Em relação ao modo de contratação dos funcionários do SINE municipal, veremos no subtópico abaixo qual o posicionamento do gestor.

3.2.2 Contratação e treinamento dos funcionários

No âmbito da contratação e treinamento dos funcionários que compõem o SINE municipal, o gestor respondeu que uma parte do quadro de funcionários são efetivos do município, que consistem em concursados recentes ou transferidos de modo interno pela prefeitura; uma outra parte é composta de prestadores de serviços, contratados em regime emergencial e uma parte, bem menor, de funcionários são de empresas terceirizadas, contratados através do próprio convênio federal. Atualmente no SINE atuam algo em torno de 31 a 32 funcionários.

Sobre a qualidade de atendimento dos usuários, o gestor foi questionado se existe na instituição alguma modalidade de treinamento dos seus funcionários.

Buscando soluções para melhor atender a população o gestor afirmou que:

“Há pouco mais de um ano a gente fez uma parceria com o SEBRAE e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDE) do município e promovemos uma capacitação no nosso quadro de funcionários. Sabemos que o nosso pessoal é falho, mas procuramos sempre estar preparados para receber a população.”

E segundo ele, os funcionários do SINE municipal são treinados mediante recursos disponibilizados pelo Ministério do Trabalho. Porém, devido à dificuldade financeira atual houve um corte nos gastos com estes treinamentos e com a contratação de estagiários.

Conforme informações da Coordenação Geral do SINE municipal, em média são atendidas 335 pessoas por dia. Por sua vez, aproximadamente 10 vagas são ofertadas por dia.

Porém, esse número não é constante, pois existem vagas que permanecem à disposição dos interessados no sistema em torno de um mês, devido à baixa demanda dos trabalhadores desempregados, a exemplo das vagas destinadas aos portadores de necessidades especiais.

O subtópico a seguir descreverá de que forma são realizadas as captações das vagas junto aos empregadores, observando de que maneira são feitos os cruzamentos de informações entre o perfil demandado pelos empregadores e o perfil ofertado pelo SINE.

3.2.3 *Captação das vagas junto aos empregadores*

A Tabela 6 mostra a quantidade de vagas que foram oferecidas pelo SINE municipal, entre os anos de 2010 e 2015³¹.

Tabela 6 - Quantidade de vagas oferecidas pelo SINE municipal (2010 – 2015)

2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
750	3.062	9.116	5.514	7.019	5.830	31.291

Fonte: Coordenação geral do SINE municipal (2015).

Elaboração: Tabela elaborada pela autora.

As atividades que mais demandaram mão de obra nos últimos cinco anos (2010 – 2015), foram:

- a) Setor de Serviços: a função de operador de telemarketing;
- b) Setor do Comércio: as funções de vendedor interno, vendedor praticista e consultor de vendas;
- c) Setor da Construção civil: as funções de servente de obra e pedreiro;
- d) Setor da Indústria: a função de operador de linha de produção.

No âmbito da captação das vagas disponibilizadas, o gestor afirmou que a instituição estreitou parcerias com entidades representativas, a exemplo da FIEP e da CDL; possui parcerias no setor da indústria, com a Alpargatas e a Tess, bem como com os *call centers* instalados no município, que atuam no setor de serviços. Ele afirmou que também são realizadas divulgações das vagas disponibilizadas através da TV, do rádio e da internet.

Desta forma, buscando desempenhar o melhor serviço para todos, o gestor explicou que o SINE realiza dois tipos de captação das vagas. Em suas palavras,

³¹ Devido a uma mudança no sistema do banco de dados do SINE, as informações referentes a 2010 só foram computadas dos meses de Agosto a Dezembro, do mesmo ano. Em relação a 2015, as informações obtidas alcançaram apenas o primeiro semestre do ano (Janeiro a Julho).

“O SINE tem a captação ativa que corresponde a bater de porta em porta nas empresas, oferecendo os nossos serviços. E a captação passiva que recebe o empregador que tomou conhecimento dos serviços do SINE e vai lá e se cadastra na instituição. Como também, o serviço é disponibilizado pela internet, não sendo necessário que o empregador vá diretamente ao SINE, ele pode resolver tudo através do portal Mais Emprego, na internet.”

Através deste portal, o empregador cadastra a sua vaga, escolhe o perfil que deseja para ocupar determinada vaga e define qual a unidade do SINE da qual ele quer receber assistência (atendimento). Quando é realizado o cadastro, a instituição recebe uma mensagem via e-mail, entra em contato com esse empregador e lhe dá todo o atendimento necessário. Vale ressaltar que todas as vagas de emprego captadas também são inseridas no banco de dados, para que o MTE possa ter acesso a todas as ações da agência.

O SINE municipal, de acordo com a preferência do empregador, disponibiliza salas para realização de entrevistas e seleções de emprego, facilitando o deslocamento dos candidatos, tendo em vista o prédio se localizar no centro da cidade de Campina Grande-PB, conforme pode ser observado na figura abaixo.

Figura 3: Auditório usado para as seleções de emprego



Fonte: Prefeitura Municipal de Campina Grande-PB (2013)

A figura 3 foi registrada no auditório localizado dentro do prédio do SINE municipal, onde são realizadas provas de seleção para emprego, palestras para qualificação de mão de obra, treinamentos de determinadas empresas, dentre outros.

A seguir, no próximo subtópico buscamos mostrar de que forma são realizados os encaminhamentos dos trabalhadores desempregados para as entrevistas de emprego.

3.2.4 Encaminhamentos para as entrevistas de emprego

A Tabela 7 abaixo descreve a quantidade de pessoas cadastradas no SINE e encaminhadas à seleção de emprego nos últimos cinco anos.

Tabela 7 - Quantidade de inscritos encaminhados para seleções de emprego (2010 – 2015)

2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
1.994	7.320	13.090	10.168	11.958	10.665	55.195

Fonte: Coordenação geral do SINE municipal (2015)³²
Elaboração: Tabela elaborada pela autora.

A partir dos dados visualizados, pode-se observar que o ano de 2012 reuniu o maior número de pessoas encaminhadas para as seleções. Vale ressaltar que no processo de encaminhamento o candidato é orientado a como se portar durante a entrevista de emprego.

O gestor do SINE municipal afirmou que há uma média de trabalhadores que são encaminhados para determinada vaga de emprego. Se o empregador necessita de dois funcionários, a instituição encaminha cerca de seis pessoas com o perfil almejado. Sendo assim, o serviço funciona buscando atender a todas as demandas, trazendo credibilidade aos empregadores e aos usuários do SINE.

3.2.5 Trabalhadores colocados no mercado de trabalho

A intermediação de mão de obra, no entanto, parecer que não tem cumprido seu papel, ou a oferta é insuficiente, o que indica um afunilamento do mercado de trabalho, a contento no sentido de promover a adequação entre as vagas ofertadas e os trabalhadores que vão à busca de emprego e outros serviços.

Conforme se pode verificar a partir da visualização dos dados da Tabela 8, que mostra a quantidade de trabalhadores contratados pelas empresas nos últimos cinco anos.

³²A obtenção dos dados foi realizada via e-mail, após um encontro com os coordenadores do Sine municipal, na data 18 de julho de 2015.

Tabela 8 - Quantidade de trabalhadores contratados pelas empresas (2010–2015)

2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
149	617	4.331	2.221	3.347	3.522	14.187

Fonte: Coordenação geral do SINE municipal (2015).

Elaboração: Tabela elaborada pela autora.

De acordo com a tabela em estudo, pode-se observar que apenas 25% dos encaminhados foram contratados, visto que o ano de 2011 reuniu o menor número de contratações, o que pode ser explicado a partir de várias razões. Um primeiro motivo é que em alguns casos os empregadores fazem seleções mais criteriosas e acabam por não selecionar candidatos suficientes para o preenchimento das vagas. Por fim, um segundo motivo se refere aos candidatos não preencherem os requisitos impostos pelas empresas.

Quando questionado sobre o perfil mais demandado pelos empregadores, o gestor respondeu que, entre os anos de 2013 e 2015, cerca de 60% dos trabalhadores (re)colocados no mercado de trabalho eram da faixa etária dos 16 aos 29 anos. Visto que os jovens de famílias mais pobres ingressam no mercado de trabalho precocemente, objetivando o complemento da renda familiar, essa demanda é muito maior do que a oferta, o que ocasiona uma situação de extremo desemprego. Este processo também possui um forte impacto na precarização das vagas preenchidas por estes indivíduos.

O gestor do SINE municipal afirmou, ainda, que trabalha fortemente nas campanhas de conscientização junto às empresas, procurando intermediar as vagas disponíveis com as pessoas que possuem experiência profissional e as que têm qualificação profissional, mas não tiveram uma oportunidade no mercado de trabalho, conforme se pode analisar através da transcrição da resposta do gestor para o questionamento levantado:

“O SINE recebe dez vagas para vendedor e faz a seguinte divisão. Sete destas vagas vão para as pessoas com experiência profissional e três são destinadas para quem não tem, mas possui um curso na área de vendas, por exemplo. E acabamos por atender uma necessidade deles e do mercado. Reconheço que é um trabalho árduo, mas que vai surtindo efeito a médio e longo prazo.”

Esta é a função da intermediação de mão de obra, cruzar as informações do trabalhador com as exigências do empregador. O gestor alegou que algumas pessoas se confundem ao pensar que é a instituição que cria os critérios exigidos para preenchimento de

determinada vaga, quando na verdade eles só cumprem com os requisitos dos empregadores. Vejamos as colocações sequenciais do gestor acerca dos critérios de seleção:

“Quando o trabalhador nos procura para fazer o seu cadastro, no formulário a atendente procura saber informações sobre nome, escolaridade, se tem disponibilidade de tempo, pretensão salarial, carteira de motorista, entre outros. Quando o empregador realiza o seu cadastro pelo site, lá existe um perfil para determinar a vaga, ou seja, o empregador escolhe como quer o seu funcionário. Daí o setor de captação se encarrega de selecionar estes indivíduos, convoca os candidatos e lhes entrega uma carta de encaminhamento, para que eles possam participar do processo seletivo. Se ocorrer de exigirem vinte itens e apenas dezoito baterem com as características do trabalhador, nós não realizamos o encaminhamento, por fugir do perfil, por mais que se tenham características que se encaixe. E quando percebemos que há uma dificuldade em atingir tal perfil exigido, nós fazemos um *feedback* com a empresa, afirmando que é necessário flexibilizar os critérios de escolha. Assim reformulamos o perfil solicitado e realizamos novamente a intermediação.”

Desta forma, os trabalhadores são (re)colocados no mercado de trabalho de acordo com as vagas disponíveis. Ao final de cada ano, o SINE municipal faz uma pós-análise dos seus serviços. Segundo o gestor entrevistado, alguns funcionários pegam as cartas positivas (as pessoas que conseguiram um emprego), entram em contato com estes trabalhadores e fazem uma avaliação de satisfação sobre o novo emprego.

O entrevistado possui uma visão positiva sobre esse atendimento desenvolvido no SINE municipal, pois o trabalhador se sente privilegiado por estar sendo ouvido pelo serviço que ele utilizou, posto que, de regra, após obter o emprego ele não precisaria mais do aparato do SINE.

Segundo o gestor do SINE municipal, essa enquete realizada pela instituição se torna um atrativo para os empresários fazerem “propagandas” da empresa, valorizando os seus discursos. Como também, essa pós-análise auxilia o SINE a melhorar a conduta dos serviços que são oferecidos a esses trabalhadores.

Diante dessa realidade, a intermediação é constituída por um mecanismo de alocação eficiente aos trabalhadores, de maneira a reduzir o tempo de desemprego, a partir da compatibilização da força de trabalho ofertada com o perfil das vagas disponíveis no mercado de trabalho.

Entende-se que a ampliação da oferta de vagas não é suficiente para atender a toda à demanda de desempregados e as garantias de permanência na vaga não existem, visto que depende do perfil exigido pelo empregador. Ressalta-se que o desemprego de longa duração faz parte do cotidiano de muitos desses trabalhadores.

No subtópico abaixo visamos tratar sobre os cursos voltados para a qualificação de mão de obra oferecida no SINE municipal aos seus usuários.

3.2.6 Qualificação de mão de obra

No âmbito da qualificação de mão de obra ofertada aos trabalhadores desempregados, o SINE Municipal trabalha em parceria com o MTE na oferta de cursos do PRONATEC Trabalhador, como também, busca estreitar parcerias com as entidades privadas do município de Campina Grande.

O gestor do SINE municipal observa que a escolaridade é um fator que pesa na escolha dos candidatos para preenchimento das vagas ofertadas. Segundo ele, se um indivíduo possui apenas o ensino fundamental incompleto, é bem difícil que consiga ser (re)inserido no mercado de trabalho, devido o perfil exigido pelos empregadores. Porém, ele analisa que os cursos profissionalizantes são de extrema importância na alocação dos trabalhadores desempregados para estas vagas.

O subtópico seguinte vai mostrar quais são as metas em andamento do SINE municipal, para o combate ao desemprego no município de Campina Grande.

3.2.7 As finalidades do Sine Municipal no combate ao desemprego

Os objetivos do Sine para o ano de 2016, segundo o gestor, são:

- a) II Feira de Empregos: Uma feira multifocal, que retrata as linhas do emprego formal; estágios; empreendedorismo e cursos de qualificação. Teve a sua primeira edição no ano passado e atendeu cerca de 10.000 trabalhadores, nos três dias de evento. A feira contou com parcerias de empresas privadas do município, que doaram aos interessados várias bolsas integrais de estudo e descontos para cursos de qualificação profissional.

- b) Unidade móvel: Um ônibus equipado para visitar os bairros mais distantes; as universidades de Campina Grande-PB; os distritos e as áreas rurais. A finalidade desta unidade móvel é levar para as áreas citadas alguns dos serviços do SINE e facilitar o atendimento para aquelas pessoas que não possuem condições de se deslocar até a unidade do SINE localizada no centro. O projeto desta unidade móvel já foi aceito pelo Ministério Público do Trabalho e o veículo está em processo de compra.
- c) Estreitar parcerias com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
- d) Projeto Empreendendo Sonhos: Este projeto visa o fortalecimento da linha do empreendedorismo através de eventos gratuitos. É realizado em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Agência Municipal de Desenvolvimento Econômico (AMDE) e o Banco do Nordeste (BNB) a partir do programa de microcrédito Crediamigo. Este evento voltado para o empreendedorismo estimula aqueles indivíduos que buscam ter o seu próprio negócio e até mesmo os que já possuem, fornecendo informações; casos de sucesso; elaboração de projetos empreendedores; estudo de mercado e oferecimento da linha de crédito.

Desta forma, verifica-se que o SINE municipal vem buscando variadas maneiras de combater o desemprego em Campina Grande-PB, abrangendo os seus serviços para mais próximo da população, de modo a integrá-lo, cada vez mais, no mercado de trabalho.

3.3 O perfil socioeconômico dos usuários do Sine municipal

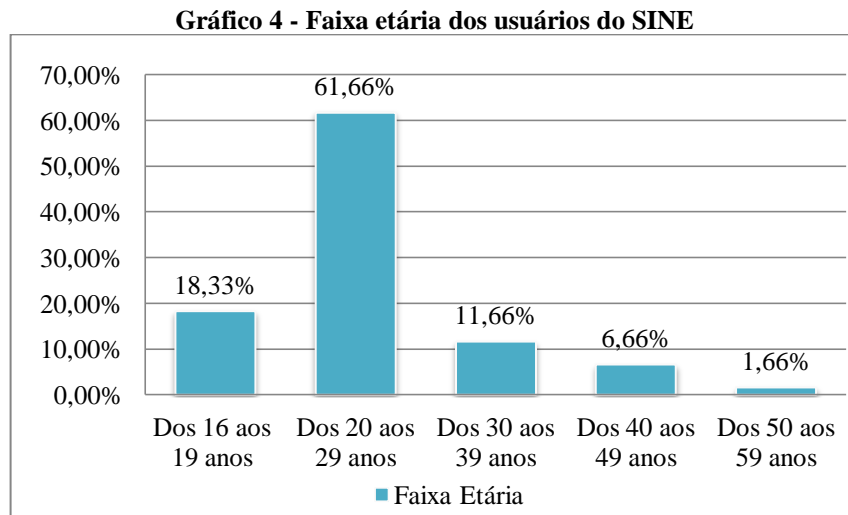
Inicialmente com o objetivo de complementar a análise realizada pelo gestor do SINE municipal, nesta etapa do presente estudo serão apresentados os dados da pesquisa realizada com uma parte dos usuários da instituição.

O questionário aplicado diretamente a estes usuários foi elaborado para se conhecer, de modo detalhado, o perfil dessas pessoas, caracterizando a sua situação de desemprego e a relação com o objeto de estudo, o SINE municipal.

3.3.1 Dados pessoais do trabalhador desempregado em Campina Grande

Iniciando com a primeira categoria do questionário, o Gráfico 4 apresenta uma descrição geral dos dados relativos à faixa etária dos usuários do SINE de Campina Grande-PB. Do total de entrevistados, 61,66% têm entre 20 e 29 anos; 18,33% entre 16 e 19 anos; 11,66% entre 30 e 39 anos; 6,66% entre 40 e 49 anos; e 1,66%, entre 50 e 59 anos.

O Gráfico 4 mostra que a maioria dos indivíduos que está à procura de emprego são jovens, o que se explica visto que a taxa média de desemprego entre os jovens é superior à dos demais trabalhadores.



Fonte: Pesquisa direta (2015)

Elaboração: Gráfico elaborado pela autora

Segundo dados da PNAD contínua (IBGE), a taxa de desocupação entre os jovens de 18 a 24 anos alcançou o patamar de 19%, em 2015. Os jovens de famílias mais pobres ingressam muito cedo no mercado de trabalho, impulsionados pela necessidade de obter renda complementar para o sustento da família e vivenciando a restrição dos créditos universitários, eles acabam saindo para procurar empregos, com a maior parte das empresas fechando vagas.

Levando-se em consideração o que foi pesquisado, observa-se que, do total de respondentes que compõe a amostra da pesquisa, 55% são do sexo masculino e 45% do sexo feminino. Segundo as informações do IBGE (2010), a maioria da população de Campina Grande é composta de jovens, mulheres e homens adultos, na faixa etária entre 18 e 41 anos, havendo poucos idosos e crianças. A Tabela 9 mostra o estado civil dos entrevistados.

Tabela 9 - Estado civil dos usuários do SINE

Estado Civil	Frequência	Percentual
Casado (a) ou vivendo maritalmente	24	40%
Solteiro (a) – Vive sozinho (a)	2	3,33%
Solteiro (a) – Vive com parentes e/ou amigos	34	56,66%
Divorciado (a) – Vive sozinho (a)	0	0%
Divorciado (a) – Vive com parentes e/ou amigos	0	0%
Viúvo (a) – Vive sozinho (a)	0	0%
Viúvo (a) – Vive com parentes e/ou amigos	0	0%
Total	60	100

Fonte: Pesquisa direta (2015)

Elaboração: Tabela elaborada pela autora.

De acordo com os dados expostos na Tabela 9, 56,66% dos indivíduos são solteiros e vivem com parentes e/ou amigos, outros 40% são casados ou vivem em união estável e apenas 3,33% dos entrevistados solteiros moram sozinhos. O grande número de solteiros que vivem com familiares e amigos apenas reafirma o fato, observado anteriormente, de que a maioria dos trabalhadores desempregados que procuram o SINE municipal é formada por jovens.

3.3.2 Dados sobre a família e residência dos usuários do Sine Municipal

Em relação aos casados, observou-se que 23,33% dos cônjuges estão desempregados; 18,33% não trabalham e não realizam nenhuma atividade remunerada; 15% trabalham fora em período integral (8 ou 12 horas por dia); 5% trabalham apenas por meio período (4 ou 6 horas por dia); e 5% realizam alguma atividade remunerada no próprio domicílio, como autônomos(as).

Os dados mostram a precariedade da situação familiar, pois conforme observado, a maior parte dos respondentes casados têm seus cônjuges desempregados (23,33%), ou seja, ambos estão desempregados em busca de uma nova ocupação. Em relação aos filhos, observou-se que a maioria dos indivíduos (66,66%) não os possui, enquanto os 33,33% restantes têm em torno de 2 a 3 filhos.

Com relação ao local onde vivem atualmente, 81,66% vive em Campina Grande; 18,33% reside em outros municípios e/ou cidades do estado da Paraíba.

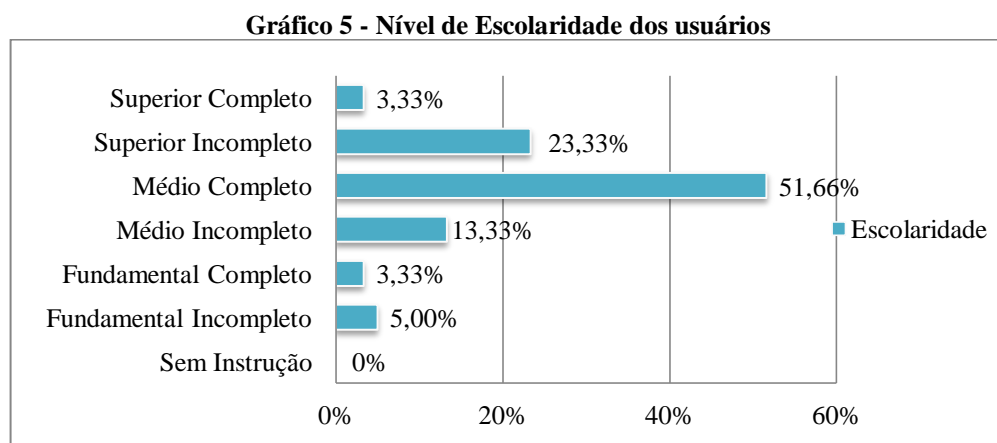
No que se refere às condições de moradia dos respondentes, percebe-se que uma parte significativa deles tem condições habitacionais relativamente satisfatórias, pois 86,66% disseram morar em casas e apenas 13,33% moram em apartamentos. Sobre a situação do imóvel, verificou-se que 51,66% dos indivíduos moram em residências próprias e já quitadas; porém, uma parcela significativa (33,33%) mora em imóveis alugados; 8,33% ainda estão quitando as dívidas com a compra do seu imóvel; 5% ainda reside na casa dos pais; e 1,66% mora em residências herdadas de algum familiar.

Os dados revelam que apesar de estarem desempregados, ou mesmo quando os ganhos obtidos não são suficientes para atender às suas necessidades, os trabalhadores, de modo geral, possuem alguma infraestrutura de apoio, que lhes permite permanecer nessa situação – afinal, boa parte deles possui casa própria e não precisa pagar aluguel ou é dependente de algum familiar, que nesse período em que estão desempregados os ajudam a enfrentar a incômoda situação de estar fora do mercado de trabalho.

Em relação à quantidade de pessoas que vive na mesma casa, 35% disseram fazer parte de uma família com quatro pessoas; 25%, com três pessoas; 16,66%, com cinco pessoas; 13,33%, com apenas duas pessoas em casa; 6,66%, com apenas uma pessoa; e 3,33%, com seis ou mais pessoas no mesmo domicílio. Vale ressaltar que essa contagem de indivíduos no mesmo ambiente inclui o respondente. Os dados indicam a forte necessidade do emprego para a estabilidade social e financeira das pequenas famílias dos respondentes.

3.3.3 *Escolaridade, formação e qualificação profissional*

O Gráfico 5 mostra o nível de escolaridade dos trabalhadores desempregados, conforme se pode verificar a seguir.



Fonte: Pesquisa direta (2015)
Elaboração: Gráfico elaborado pela autora.

De acordo com o gráfico acima 51,66% dos indivíduos têm o ensino médio completo; 23,33%, o superior incompleto; 13,33%, o médio incompleto; 5%, o fundamental incompleto; 3,33%, o ensino fundamental completo; 3,33%, o superior completo; e nenhum entrevistado relatou não ter instrução.

A tabulação mostrou ainda que 51,66% fizeram algum curso de qualificação e/ou profissionalizante e 48,33% não fizeram. Os cursos relatados são os mais variados, abrangendo: aprendizagem profissional e comercial em serviços de supermercados; curso de auxiliar administrativo; curso de editor gráfico; curso de eletricista (industrial e predial); eletrônica; empreendedorismo; informática; curso de operador de máquinas e equipamentos; curso de operador de caixa; curso de operador de microcomputadores; radiologia; curso de recepcionista em serviços de saúde; secretariado; curso de técnico em calçados; curso de técnico em enfermagem; telecomunicações; telemarketing; vendas e atendimento ao cliente e web design.

As instituições capacitadoras, conforme os dados obtidos dividem-se em: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) - 16,66%; Escolas Técnicas - 13,33%; outras instituições³³ - 10%; Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) - 6,66%; Serviço Social da Indústria (SESI) - 1,66%; e Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE) - 1,66%.

Observa-se que a procura maior pelos serviços do SINE ocorre por pessoas que já concluíram o ensino médio, bem como por universitários. Essa característica reforça ainda mais que os jovens são o grupo que mais procura o SINE em busca de um lugar no mercado de trabalho campinense. E que mesmo com a expansão do ensino superior e o maior acesso (através dos créditos estudantis) no País, os trabalhadores desempregados não conseguem unir a sua qualificação profissional com as fortes exigências dos empregadores.

Os dados também demonstram que os trabalhadores continuam se esforçando para se qualificar profissionalmente, embora o número de vagas de trabalho esteja reduzido, devido ao período atual de crise econômica.

3.3.4 Trabalho, busca por um emprego no SINE municipal e perfil do trabalhador

Segundo informações constantes da Tabela 10, a seguir, pode-se verificar que dos trabalhadores que responderam ao questionário, 78,33% estão na condição de desempregados e apenas 21,66% estão em busca do primeiro emprego.

³³ Ciee, Info Quality, Microlins, Prepara Cursos e UPE.

Tabela 10 - Situação socioeconômica atual

Situação Atual	Frequência	Porcentagem
Está desempregado	47	78,33%
Busca o primeiro emprego	13	21,66%
Total	60	100

Fonte: Pesquisa direta (2015)

Elaboração: Tabela elaborada pela autora.

Nesse contexto, aqueles que nunca ingressaram no mercado de trabalho ainda precisam amadurecer a prática de procurar o SINE municipal em busca da sua primeira oportunidade de emprego. A falta de experiência profissional é um dos fatores que empurram os jovens para o desemprego, pois eles se tornam menos produtivos, por não terem essa experiência trabalhista.

A Tabela 11 mostra o tempo em que os indivíduos estão na situação de desemprego.

Tabela 11 - Tempo em que estão desempregados

Tempo de desemprego	Frequência	Porcentagem
De 6 a 12 meses	17	36,17%
Mais de 12 meses	13	27,65%
De 1 a 3 meses	9	19,14%
Menos de 1 mês	7	14,89%
De 3 a 6 meses	1	2,12%
Total	47	100

Fonte: Pesquisa direta (2015)

Elaboração: Tabela elaborada pela autora.

De acordo com os dados apresentados, pode-se verificar que 36,17% dos respondentes estão entre 6 meses a 1 ano desempregados; 27,65% estão nessa condição por mais de 1 ano; 19,14%, entre 1 a 3 meses; 14,89% estão desempregados há menos de 1 mês; por fim, 2,12% estão sem emprego entre 3 a 6 meses.

Quando questionados sobre o recebimento do seguro-desemprego, 60% afirmaram nunca o terem recebido ou estarem recebendo, contrapondo-se à parcela inferior a 40% dos respondentes que já receberam o benefício.

Em relação à remuneração (pensões, bolsa família, etc.), verificou-se que apenas 15% dos indivíduos recebem pensões ou bolsa família e a grande maioria, os 85% restantes, não conta com nenhum auxílio financeiro.

Inicialmente, o seguro desemprego pode prover o necessário. Mas, assim que suas parcelas chegam ao fim, os caminhos ficam mais difíceis devido à ausência de renda, o que pode levar ao acúmulo de dívidas e o ingresso na informalidade.

Para o trabalhador desempregado, a busca por uma nova ocupação no mercado de trabalho pode ser cansativa e frustrante. Cada dia a mais sem trabalho exige estratégias de sobrevivência para contornar a falta de recursos financeiros.

Tabela 12 - Motivos da procura pelo SINE

Motivos	Frequência	Porcentagem
Conseguir um emprego novo	54	90%
Requerer o seguro-desemprego	6	10%
Total	60	100

Fonte: Pesquisa direta (2015)

Elaboração: Tabela elaborada pela autora.

Visualiza-se na tabela 12 que a esmagadora maioria procura o SINE para obter uma nova colocação no mercado de trabalho, 90%, e apenas 10% dos desempregados procurou a instituição para dar entrada no recebimento do seguro-desemprego. Esse benefício serve como um “auxílio financeiro” para que, durante o período de desemprego, o trabalhador tenha condições de se manter enquanto procura um novo emprego, ou ainda venha a se qualificar, ou se requalificar, frente às exigências do mercado de trabalho.

Em relação às vagas procuradas, 40% dos respondentes buscam empregos formais; 31,66% não fazem distinção entre setores, considerando qualquer trabalho válido; 23,33% buscam vagas mais adequadas a sua formação e/ou qualificação profissional; 3,33% optam por vagas específicas, fazendo distinção entre os setores nos quais o SINE disponibiliza as vagas; e apenas 1,66% buscam vagas que ofereçam salário mais alto. Vale ressaltar que quando se dá pouca importância à função que se vai exercer, e até mesmo ao salário que está sendo oferecido, aumenta a probabilidade de se conseguir um emprego precário.

A rotatividade compreende a medida do número de trabalhadores que passa pelos postos de trabalho de uma seção, empresa, setor ou ramo em um determinado período de tempo. Essa movimentação pode ser mensurada por meio de alguns procedimentos

operativos. Os resultados obtidos podem ser caracterizados de acordo com as repercussões no nível da eficiência e da produtividade do setor ou da empresa, e a avaliação determinará as intervenções a serem feitas para controlar a rotatividade entre os setores (Cf. TANABE, 1985).

De acordo com a opinião dos respondentes, as duas maiores dificuldades encontradas na busca por um novo emprego são a falta de vagas e as exigências dos empregadores, tradutores da realidade do fenômeno do desemprego em Campina Grande-PB, que além de vivenciar o desemprego estrutural e friccional, ainda sofre com as exigências impostas pelo mercado, que não consegue absorver a demanda de mão de obra, resultando no crescimento cada vez mais expressivo do contingente de trabalhadores que não consegue vender sua força de trabalho.

Na continuidade, indagou-se se os respondentes rejeitaram alguma vaga para a qual o SINE municipal os tenha encaminhado, obtendo-se resposta negativa de 85% deles, contra apenas 15% que afirmaram já ter vivenciado essa situação, alegando os seguintes motivos: não gostou da vaga para a qual foi encaminhado; a vaga era destinada apenas às mulheres e não avisaram ao encaminhado; já estava em outro emprego quando foi encaminhado para a vaga; os horários dos estudos entravam em choque com o horário da vaga para a qual foi encaminhado; a empresa não oferecia vínculo empregatício; e o salário era baixo, em relação ao pretendido pelo encaminhado, para suprir suas necessidades.

Sobre a rejeição por parte do empregador depois do encaminhamento pelo SINE, verificou-se que 83,33% dos indivíduos nunca foram rejeitados, e apenas 16,66% já vivenciaram essa situação. Os motivos alegados pelos trabalhadores desempregados para a sua recusa pelo empregador foram: o entrevistado já foi funcionário da empresa para a qual foi encaminhado; falta de qualificação necessária para o preenchimento da vaga para a qual foi encaminhado; e, por fim, o currículo do encaminhado era melhor do que a vaga para a qual havia sido encaminhado pelo SINE municipal. O despreparo dos trabalhadores em situação de desemprego é visto como um dos fatores que impedem o encaminhamento deles, ainda que haja vaga.

Segundo Soratto e Vasques-Menezes (2010), as dificuldades para o encaminhamento e colocação dos trabalhadores no mercado de trabalho são várias e comprometem muito a eficácia do sistema. Baixa escolaridade, pouca qualificação diante das novas tecnologias e dificuldade para comprovar habilidades e competências estão entre os problemas mais comuns que barram o trabalhador, por não estarem de acordo com as exigências das vagas. Essas condições impedem a efetividade da intermediação de mão de obra.

A Tabela 13, na continuidade, mostra as atitudes dos respondentes quando vão à agência do SINE municipal e não encontram uma vaga.

Tabela 13 - Ação quando não encontram uma vaga no SINE

Atitudes	Frequência	Porcentagem
Vai pessoalmente às empresas	19	31,66%
Procura emprego apenas nas empresas privadas	19	31,66%
Espera a indicação de amigos e/ou familiares	11	18,33%
Volta pra casa e não procura mais o SINE	5	8,33%
Espera o seguro-desemprego acabar	3	5%
Volta pra casa e, posteriormente, procura o SINE	2	3,33%
Procura fazer um curso de qualificação profissional	1	1,66%
Total	60	100

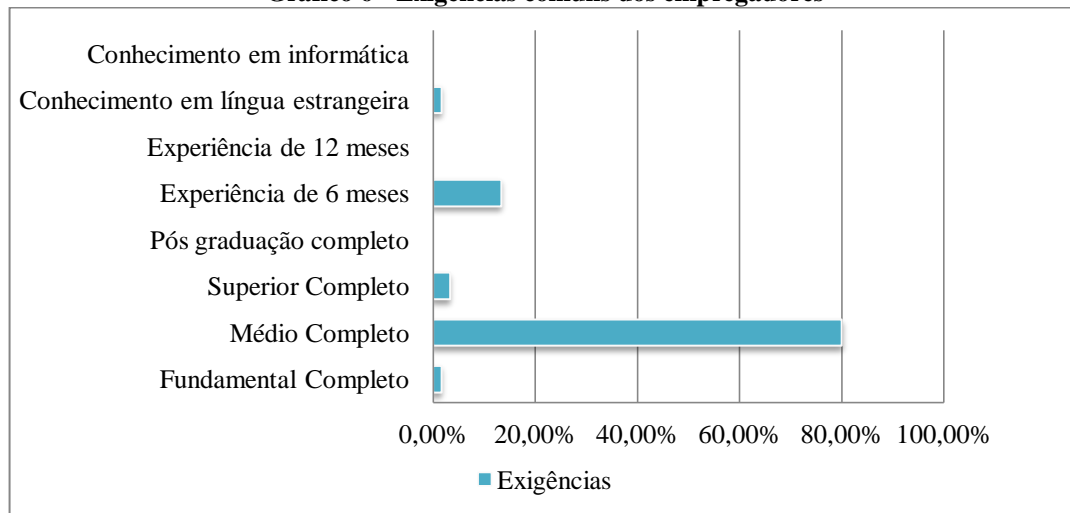
Fonte: Pesquisa direta (2015)

Elaboração: Tabela elaborada pela autora.

De acordo com os dados, pode-se observar que 31,66% dos indivíduos, quando não encontram vaga no SINE, vão pessoalmente aos estabelecimentos comerciais e deixam seus currículos; 31,66% procuram emprego apenas nas empresas privadas; 18,33% aguardam indicações de amigos e/ou familiares; 8,33% voltam pra casa e não procuram mais o SINE; 5% se mantêm com o seguro-desemprego e somente ao final do pagamento do benefício começam a procurar emprego; 3,33% voltam pra casa e, posteriormente, procuram o SINE para verificar a existência de novas vagas disponíveis; 1,66% procuram fazer um curso de qualificação profissional; e, por fim, 1,66% não responderam.

Os dados refletem a atuação individual dos trabalhadores na busca por uma vaga no mercado de trabalho. Para o empregador, o custo da procura por mão de obra é elevado, demandando dispêndios de tempo e dinheiro. E para o trabalhador, essa busca é bastante cansativa e, muitas vezes, frustrante.

De acordo com a opinião dos respondentes, o Gráfico 6 expõe as exigências mais comuns dos empregadores, por ocasião do preenchimento das vagas, que abrangem o ensino médio completo (80%), período de seis meses de experiência (13,33%), ensino superior completo (3,33%), ensino fundamental completo (1,66%) e conhecimento e/ou domínio de uma língua estrangeira (1,66%), conforme pode ser verificado a seguir.

Gráfico 6 - Exigências comuns dos empregadores

Fonte: Pesquisa direta (2015)

Elaboração: Gráfico elaborado pela autora

Os dados apresentados traduzem que estas são algumas das barreiras que se colocam ante o trabalhador desempregado. Ainda que a escolaridade seja um requisito fundamental, ela não supre as condições necessárias para a inserção do trabalhador no mercado de trabalho.

3.3.5 Dados sobre o emprego e/ou trabalho anterior do usuário do Sine municipal

Descrevendo a situação de desemprego dos entrevistados que já trabalharam anteriormente e se encontram na busca por um novo emprego, a Tabela 14 mostra as profissões declaradas pelos indivíduos da amostra em sua última atividade com vínculo empregatício.

Tais profissões foram agrupadas de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

Tabela 14 - Profissões declaradas no último emprego

Profissões	Frequência	Porcentagem
Serviços administrativos, contabilidade e telefonia.	16	34,04%
Fabricação de borracha e plástico, papel e papelão, artes gráficas, pintores, construção civil, operadores de equipamentos, condutores de veículos etc.	14	29,78%
Produção industrial, tratamento de madeira, tecelões, costureiros, estofadores e preparadores de alimentos e bebidas.	6	12,76%
Turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, etc.	4	8,51%

Comércio	3	6,38%
Fabricação de artefatos de couro, marceneiros, mecânicos, eletricitas, encanadores, ceramistas, etc.	3	6,38%
Juristas, professores, escritores, jornalistas, artistas, etc.	1	2,12%
Total	47	100

Fonte: Pesquisa direta (2015)

Elaboração: Tabela elaborada pela autora.

Entre os trabalhadores que declararam a última atividade que exerceram com vínculo empregatício, pode-se observar, a partir da listagem da CBO³⁴, que 34,04% laboravam nos setores dos serviços administrativos, contabilidade e telefonia; 29,78% na fabricação de borracha e plástico e de papel e papelão, nas artes gráficas, como pintores, na construção civil, como operadores de equipamentos, condutores de veículos, etc.; 12,76% na produção industrial, no tratamento de madeira, como tecelões, costureiros, estofadores e preparadores de alimentos e bebidas; 8,51% na parte de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança, etc.; 6,38% no setor do comércio; 6,38% nos setores de fabricação de artefatos de couro, marceneiros, mecânicos, eletricitas, encanadores, ceramistas, etc.; 2,12% nos setores de juristas, professores, escritores, jornalistas, artistas etc. A partir dos dados, verifica-se que a maioria dos entrevistados teve carteira assinada no último emprego.

Portanto, são trabalhadores que estavam inseridos no mercado formal e estão tentando retornar a ele.

De acordo com os respondentes, a maneira pela qual obtiveram a vaga foi descrito na tabela 15.

Tabela 15 - Conhecimento da vaga para o qual foi encaminhado anteriormente

Descrição	Frequência	Porcentagem
Indicação de amigos	16	34,04%
Processo de seleção (após ver anúncio)	15	31,91%
Indicação familiar	8	17,02%

³⁴ De acordo com informações do Ministério do Trabalho e Emprego, a CBO é o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Sua atualização e modernização se devem às profundas mudanças ocorridas no cenário cultural, econômico e social do País nos últimos anos, implicando alterações estruturais no mercado de trabalho.

Encaminhamento do Sine	8	17,02%
Total	47	100

Fonte: Pesquisa direta (2015)

Elaboração: Tabela elaborada pela autora.

Analisando os dados da tabela 15, da relação de indivíduos que trabalharam com carteira assinada, 34,04% foram indicados para a vaga por amigos; 31,91% passaram por processo de seleção após avistarem o anúncio da vaga disponível nos meios de comunicação; 17,02% souberam das vagas por familiares e 17,02% foram encaminhados pelo SINE municipal.

Os dados revelam que a prática mais comum entre os desempregados para se (re)inserir no mercado de trabalho é dado através da indicação por amigos. A indicação coloca o candidato em posição privilegiada em relação aos concorrentes e dispensa algumas exigências realizadas pelo SINE. Isso mostra a fragilidade do SINE como intermediador de mão de obra.

Porém, observa-se que estes indivíduos estão recorrendo a várias formas distintas de busca por uma nova ocupação, visto que apenas uma pequena parcela já havia procurado o SINE anteriormente e foi encaminhado para uma vaga de emprego a partir da agência.

Em relação aos cursos de capacitação e qualificação profissionais oferecidos no ambiente empresarial aos seus funcionários, verificou-se que 45% dos entrevistados não realizaram nenhum curso de capacitação dentro do seu ambiente de trabalho, enquanto 28,33% tiveram acesso a esses cursos de capacitação.

Nesse contexto, os empregadores deixam a desejar, pois a formação contínua dos trabalhadores é de extrema importância, uma vez que a desqualificação técnica acontece de modo rápido, em função do acelerado avanço tecnológico do mercado. O desenvolvimento de novas tecnologias influencia no nível de conhecimento exigido do trabalhador.

De acordo com os indivíduos, no ranking de suas preocupações em seu ambiente de trabalho, a organização foi elencada em primeiro lugar, com 36,66%, seguida do fator produção (cumprimento de metas), com 31,66%, para cuja intensificação são cobrados a todo o momento, e 10% da qualidade do produto, que para chegar às mãos do consumidor necessita estar em ótimas condições.

Percebe-se que a preocupação da maioria se refere aos aspectos enfatizados nos novos sistemas de organização do trabalho.

Avançando-se na análise, no tocante às condições socioeconômicas dos trabalhadores, evidencia-se que no trajeto de casa para o trabalho e do trabalho para casa, 36,66% utilizavam ônibus convencional; 16,67% tinham como meio de transporte a motocicleta; 6,66% se deslocavam de bicicleta; 5% utilizavam os ônibus disponibilizados pela empresa em que trabalhavam; 3,33% pegavam carona com alguém conhecido; 3,33% caminhavam a pé; 3,33% utilizavam ambos os ônibus - de linha e da empresa; e 3,33% utilizavam seu próprio automóvel.

Esses dados demonstram a importância do vale transporte e da busca da eficiência e abrangência do transporte coletivo, para esses trabalhadores e para a melhoria de suas condições de vida.

Em relação ao reconhecimento de seu trabalho, 43,33% dos indivíduos formalizados afirmaram que se sentiam reconhecidos, ao contrário de 31,66%, que não relataram vivenciar essa situação onde trabalhavam, pelas razões que seguem: sofriam injustiças por parte do chefe, que não cumpria o que prometia ao funcionário; sofriam preconceito por serem de outro estado; sentiam-se explorados, porquanto acumulavam suas próprias atribuições e as de outros funcionários; não se sentiam motivados e incentivados no ambiente de trabalho; por fim, não havia valorização daquilo que era realizado por eles.

Atrelado a este quesito, foi verificado que os empregadores exigem um profissional competente e polivalente, mas nem sempre dão o aparato necessário para os seus funcionários.

De acordo com a análise do presente estudo sobre a atuação do SINE na promoção do desenvolvimento local, mediante o estímulo da intermediação de mão de obra no mercado de trabalho de Campina Grande-PB, os resultados apontaram para a realidade dos trabalhadores desempregados, que enfrentam muitas dificuldades de se (re)inserir no mercado de trabalho, ou seja, daqueles que encontram dificuldades em se inserir na vida social via trabalho assalariado regularizado pelo aparato estatal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo buscou-se ressaltar a relação entre os conceitos de desenvolvimento e trabalho a partir de diferentes autores.

A ideia de Smith sobre o trabalho produtivo correspondia à produtividade em termos de valor. O pensamento de Smith consistia na valoração dos bens produzidos por meio da incorporação da quantidade de trabalho que os envolveu. O crescimento econômico foi considerado, para Smith, sinônimo de desenvolvimento econômico e para que a economia funcionasse de modo ideal, a presença do Estado não era essencial. Em suma, para Smith, tanto a produtividade do trabalho quanto a do capital eram importantes para que os capitalistas alcançassem maiores taxas de lucros, podendo assim realizar maiores investimentos na economia.

De acordo com a análise marxista, o problema do desemprego era proveniente da evolução tecnológica, ou seja, o desemprego era determinado pelo desenvolvimento tecnológico. A acumulação de capital aumentava o número de trabalhadores desempregados. Assim, na análise marxista, o desemprego estava associado ao progresso tecnológico, ou seja, à inovação tecnológica considerada o principal meio utilizado pelos capitalistas para aumentar o valor excedente. O investimento era a acumulação de capital que decorria da exploração da força de trabalho. Assim, o motor do crescimento e do desenvolvimento era a exploração da mão de obra.

As contribuições de Keynes revelam que o problema do desemprego era determinado pela insuficiência de demanda efetiva. Para Keynes, os governos deveriam criar medidas econômicas que equilibrassem a demanda e a capacidade de produção. Para que fosse estimulado o emprego, Keynes defendeu que os salários deveriam diminuir e os lucros aumentarem.

No pós Segunda Guerra Mundial, surgiram na América Latina algumas teorias que se propunham a analisar o quadro da economia local e as relações da região com o resto do mundo. O sistema capitalista não se desenvolveu de modo igual em todos os países. Uma das suas contradições consistiu na intensa marginalização da população da América Latina, visto que as indústrias não conseguiram gerar novos empregos e abrigar a forte migração da população, que se deslocava do campo para as cidades.

No caso do Brasil, o processo de industrialização foi dado forma tardia e quando esse despontou, já existia um padrão de tecnologia avançado nos países desenvolvidos, que

resultou na dependência de tecnologia destes países para o desenvolvimento da indústria brasileira.

Os anos 70 foram marcados pelo rápido crescimento da dívida externa, pelo intenso processo de inflação, pelo início do processo de recessão econômica, a partir do aumento do desemprego e das dificuldades salariais para a classe trabalhadora.

Neste contexto, questões como pobreza, desemprego, geração de emprego e renda interagem com as políticas públicas na expectativa de que sejam desenvolvidas ações destinadas a amenizar as consequências das transformações decorrentes do projeto neoliberal. Isso porque a flexibilização das relações de produção possibilitou que o capital acumulasse riquezas sem prescindir do trabalho vivo.

De acordo com a realidade brasileira, o Governo Federal criou o Sistema Público de Emprego, que se propõe a responder as demandas do mercado de trabalho e reduzir o contingente de desempregados.

A introdução de novas tecnologias no mercado diminuiu os postos de trabalho e redefiniu a atuação dos trabalhadores. Ocupações tradicionais se reduziram e cederam lugar ao trabalho temporário, informal e flexível. A organização do trabalho implica a demanda por trabalhadores polivalentes e faz intensificar ainda mais o ritmo laboral, induzindo a criação de organizações mais flexíveis.

Dessa forma, pode-se concluir que as políticas públicas de emprego são ações empreendidas pelo Estado, no combate ao desemprego, que visam à proteção social dos trabalhadores e que possuem a finalidade de criar condições favoráveis de acesso ao mercado de trabalho para os trabalhadores, atuando diretamente sobre a oferta ou demanda de trabalho.

Através da intermediação de mão de obra, considerada o marco principal dos serviços públicos de emprego, o SINE realiza a recolocação e qualificação da mão de obra desempregada em suas várias agências espalhadas pelo país.

Sendo assim, caracterizando o lócus do presente estudo, o SINE municipal mediante as suas várias ações busca reduzir o contingente de trabalhadores desempregados do município de Campina Grande-PB e dos seus distritos próximos.

Neste trabalho buscou-se ressaltar qual o perfil socioeconômico dos trabalhadores desempregados que buscam o SINE municipal, a fim de serem (re) inseridos no mercado de trabalho campinense, buscando compreender os aspectos que a instituição utiliza para intermediar a mão de obra no município.

O desemprego, que há pouco tempo acometia os indivíduos acima dos 40 ou 50 anos, hoje é um problema que atinge, principalmente, os jovens. Analisando os dados pesquisados,

verificou-se que a maior parte dos entrevistados desempregados encontrava-se na faixa etária dos 20 aos 29 anos. Parece razoável supor que esses indivíduos já ingressaram no mercado de trabalho, passaram por um ou mais empregos e encontram-se, atualmente, desprovidos de uma ocupação, o que pode ser entendido como um reflexo da instabilidade que atualmente caracteriza a maioria das modalidades de emprego.

Por outro lado, esse dado também pode ser um indicativo de que a procura por um emprego tornou-se tão angustiante que os trabalhadores desempregados aceitam qualquer tipo de trabalho que lhes garanta condições de subsistência, mesmo não sendo condizente com suas capacidades e aspirações.

Segundo as informações percebidas na pesquisa, um pouco mais de 50% dos entrevistados possuem o ensino médio completo, sendo acompanhado de quase 25% que possuem o ensino superior incompleto. Esses dados nos revelam que possuir boa formação escolar não significa garantias de emprego, porém, a sua ausência torna ainda mais difícil a inserção no mercado de trabalho.

Outro ponto que merece ser abordado nesta discussão diz respeito aos requisitos exigidos pelos empregadores. A idade dos sujeitos, a qualificação e formação profissional são fatores relevantes em uma contratação, mas nem sempre são determinantes. Muitas vezes, os empregadores priorizam os atributos pessoais dos candidatos, tais como “boa aparência”, “simpatia”, “dinamismo” e “prestatividade”.

O termo empregabilidade (manutenção do emprego) define este comportamento dos empregadores, pois diz respeito à capacidade do trabalhador de se manter empregado em virtude não apenas de suas competências, mas também de uma série de atributos pessoais. Sendo assim, a empregabilidade evidencia a flexibilização e a competitividade no mundo do trabalho.

Apesar das diversas vagas ofertadas pelo SINE municipal, os dados da pesquisa refletem que, na maioria das vezes, quando os indivíduos não encontram uma oportunidade de emprego no SINE, procuram pessoalmente vagas nas empresas ou buscam indicações entre os amigos e familiares, dispensando as exigências dos empregadores cadastrados no SINE.

As considerações aqui apresentadas procuraram apresentar as dimensões que tendem a reduzir a situação de desemprego encontrada na cidade de Campina Grande-PB. Por intermédio da pesquisa pode-se observar na avaliação do SINE municipal, que mesmo a instituição buscando ter uma boa atuação como intermediadora de mão de obra, ela possui fragilidades que precisam ser corrigidas para que o desemprego possa ser reduzido no município.

Ademais se propõe a continuidade do debate iniciado. Uma sugestão para futuros trabalhos é que se realizem estudos mais específicos sobre o desemprego no município de Campina Grande-PB. A recomendação dada é que se realizem análises sobre quais setores estão com intensa empregabilidade, além de ser de extrema importância observar quais os setores que perderam o seu dinamismo.

Este trabalho contribui para que o SINE municipal estude a sua demanda de trabalhadores, para que a instituição possa fornecer cursos mais adequados ao perfil da força de trabalho campinense.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. E. **Indústria incentivada e impactos socioambientais no Nordeste**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 35, nº2, 2004.

ALVES, G. **Trabalho e Mundialização do Capital**: a nova degradação do trabalho na era da globalização. 2ª Ed. Praxis, Londrina, 1999.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, Boitempo, 2009.

_____. **A crise, o desemprego e alguns desafios atuais**. Serv. Soc. São Paulo, nº 104, 2010. p. 632-636.

ANTUNES, R.; POCHMANN, M. A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil. In: CIMADAMORE, A; CATTANI, D. (Org.) **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007.

AZEREDO, Beatriz. **Políticas Públicas de Emprego: experiências e desafios**. Planejamento e Políticas Públicas. Rio de Janeiro, IPEA, n.12, 1998.

BALTAR, P. E. **Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil**. Economia e Sociedade. n. 6, Campinas, 1996.

BARBOSA, A. F. **A Formação do Mercado de Trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.

BARBOSA, N.; SOUZA, J. A. P. de. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER, E.; GARCIA, M.A. (Org.). **Brasil entre o passado e o futuro**. São Paulo: Boitempo, 2010. p.57-110.

BORGES, Márcio Alves. Uma contribuição ao debate das políticas públicas de emprego: o sistema nacional de emprego. Revista da ABET, v. 3, n. 1, 2003, p. 91-116. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/15638/8931>>. Acesso em: 27 fev. 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Manual de normatização da intermediação de mão de obra – IMO**. 2ª ed. Brasília, 2014. Disponível em: <www.mte.gov.br>. Acesso em: 30 mar. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Proposta de Reestruturação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <www.mte.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Relatórios estatísticos**. Disponível em: <www.mte.gov.br>. Acesso em: 30 mar. 2016.

BUSSAB, W. O. ; MORETTIN, P. A. **Estatística Básica**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

CACCIAMALI, M.C; SILVA, Gilvanir B.; MATOS, Franco. Sistema nacional de emprego: desempenho interestadual. In: OLIVEIRA, M. A. (Org) **Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil**. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 1998, p.169-192.

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS – CAGED. **Síntese do Comportamento do Mercado de Trabalho Formal**. Disponível em: < www.caged.gov.br>. Acesso em: 22 de julho, 2016.

CARVALHO, O de. **Variabilidade Climática e Planejamento da Ação Governamental no Nordeste Semiárido**: avaliação da seca de 1993. SEPLAN – IICA, Brasília, 1994.

COSTA, F. N. **Economia em 10 lições**. Campinas: Makron Books/Unicamp. 2000. 430 p.

COSTA, A.A. **Sucessões e coexistências do espaço campinense na sua inserção ao meio técnico-científico-informacional**: a feira de Campina Grande na interface desse processo, 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

DEDECCA, C. S. Racionalização Econômica e trabalho no capitalismo avançado. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1999. (Coleção Teses), 259 p.

_____. Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil. **Revista de Economia Política**, vol. 25, nº 1, jan./mar. 2005, p. 94-111. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/97-6.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Rotatividade e políticas públicas para o mercado de trabalho**. São Paulo, 2014.

_____. **Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2015**: mercado de trabalho, livro 1, São Paulo, DIEESE, 2015.

_____. **Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2015**: intermediação de mão de obra, livro 2, São Paulo, DIEESE, 2015.

_____. **Boletim de Indicadores do Comércio**, n. 7, São Paulo, DIEESE, 2015.

ELIAS, D.; SPÓSITO, M. E.; SOARES, B. (Orgs.) **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**: Campina Grande/Londrina. ed.1, São Paulo, Outras expressões, 2013.

FORRESTER, V. **Horror econômico**. São Paulo: Unesp, 1997.

GALVÃO, O. J. A. Flexibilização e Reestruturação Espacial: considerações teóricas e um estudo de caso para a indústria de calçados no Brasil e no Nordeste. **Revista de Economia Política**. vol. 21, nº 1 (81), jan.-mar. 2001.

GIL, A. C. **Técnicas de pesquisas em economia e elaboração de monografias**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, G. M.; VERGOLINO, J. R. **A macroeconomia do desenvolvimento nordestino: 1960/1994**. Brasília: IPEA, Texto para discussão: n. 372, 1995.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. 21ª ed. São Paulo: Loyola, 2011.

HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico**. Tradução: José Ricardo Brandão Azevedo. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

_____. **Pesquisa Mensal de Emprego**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, Coleção: Os Economistas, 1988.

KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LIMA, Damião de. **Impactos e repercussões sócio-econômica das políticas do governo militar no município de Campina Grande (1964-1984)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

LIMA, J.C. **Negócios da China: a nova industrialização no Nordeste**. Novos Estudos CEBRAP, nº 49, 1997, p. 141-158.

LIMA, Policarpo. **Economia do Nordeste: tendências recentes das áreas dinâmicas**. **Revista Análise Econômica**, a. 12, n. 21-22, Porto Alegre, mar./set. 1994.

MAIA, D. S; CARDOSO, C.A.; ALONSO, S.F; BEZERRA, R.S. Campina Grande: dinâmica econômica e reestruturação urbana, permanências e transformações. In: ELIAS, D.; SPÓSITO, M. E.; SOARES, B. (Orgs.) **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Campina Grande/Londrina**. ed.1, São Paulo, Outras expressões, 2013.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, Coleção: Os Economistas, v. I e II, 1994.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Salário, Preço e Lucro**. São Paulo: Nova Cultural, Coleção: Os Economistas, 1986. p. 135-174.

MATTOSO, J. POCHMANN, M. **Mudanças estruturais e trabalho no Brasil**. Economia e Sociedade. n. 10, Campinas, 1998.

MEHEDFF, Carmen Guimarães. Módulo PPTR. A construção da política pública de trabalho e renda. In: VOGEL, Arno; YANNOULAS, Silvia C. (Org.). **Políticas públicas de trabalho e renda e controle democrático: a qualificação dos Conselheiros Estaduais de Trabalho no Brasil**. Brasília: Flacso, Ed. UNESP, 2000. p. 41-70.

MORETTO, José Amilton; GIMENEZ, Denis Maracci; PRONI, Marcelo W. Os descaminhos das políticas de emprego no Brasil. In: PRONI, Marcelo Weishaupt; HENRIQUE, Wilnês (Orgs.). **Trabalho, Mercado e Sociedade: o Brasil nos anos 90**. São Paulo: UNESP, Instituto de Economia da UNICAMP, 2003, p. 231-278.

MORETTO, J. A. **O sistema público de emprego no Brasil: uma construção inacabada**. Debates contemporâneos, economia social e do trabalho, vol. 6, São Paulo: Ltr, 2009.

MOURA, P. C. **A crise do emprego: uma visão além da economia**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. 280 p.

NUN, José. **O futuro do emprego e a tese da massa marginal**. Novos estudos, nº 56, 2000.

OLIVEIRA, R. V. **Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda**. Verbertes, 2007.

_____. **Campina Grande em debate: a condição urbana da periferia pela lente do trabalho e das políticas públicas**. Campina Grande, EDUEPB; EDUFCEG, 2009.

_____. **Dinâmicas atuais do trabalho na Paraíba: leituras sociológicas**. Campina Grande, EDUEPB, 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **C088 - Organização do Serviço de Emprego: Convenção sobre o Serviço de Emprego, de 1948**. Brasília, 1948. Disponível em: <http://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_235132/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 30 mai. 2015.

POCHMANN, Marcio. **A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. Disponível em: <<http://pmcg.org.br/>>. Acesso em: 07 de julho de 2016.

QUIJANO, A. Dependência, mudança social e urbanização na América Latina. In: ALMEIDA, Fernando L. (Org). **A questão urbana na América Latina**. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

SERAFIM GOMES, M.T. **As mudanças no mercado de trabalho e o desemprego em Presidente Prudente/SP - Brasil**. *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, vol. VI, nº 119 (32), 2002. [ISSN: 1138-9788] <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-32.htm>

SILVA, J. P. **Trabalho, cidadania e reconhecimento**. São Paulo: Annablume, 2008.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1998.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre a natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural. vol. I e II. Coleção: Os Economistas, 1985.

SOARES, L. T. R. **O desastre social**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SORATTO, Lúcia; VASQUES-MENEZES, Ione. A importância do trabalho e os efeitos do desemprego. In: TODESCHINI, Remígio; VASQUES-MENEZES, Ione; SORATTO, Lúcia (Orgs.). **Desafios do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda**. São Paulo: LTr, 2010, p.75-92.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE/
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS
SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. **As grandes tendências da economia e do mercado de trabalho no nordeste nas duas últimas décadas**. Recife, 1999. Disponível em: <
<https://www.dieese.org.br/relatoriotecnico/1999/grandesTendenciasEconomia.pdf>>. Acesso em: 10 de julho, 2016.

TANABE, Mário. **Contribuição ao estudo da rotatividade da mão de obra**. 1985. 200 f. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

TAVARES, H. M. **Desenvolvimento e dinâmica regional em Celso Furtado**. Revista de Políticas Públicas, São Luís, v. 16, n,1, jan/jun, 2012, p. 99-110.

APÊNDICE A – Instrumento de coleta de dados
Roteiro de entrevista com o gestor do SINE de Campina Grande-PB

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ROTEIRO

1. Quais são as políticas oferecidas pelo SINE municipal, para o combate do desemprego?
2. Qual a política do SINE em termos de qualidade de atendimento do usuário? Como os funcionários são treinados?
3. Quantos funcionários o Sine municipal possui? Como é feita a contratação deles?
4. Como é realizada a captação das vagas que são disponibilizadas para os usuários do SINE?
5. Qual a qualificação profissional mais demandada pelos empregadores? Qual o perfil mais demandado?
6. De acordo com alguns dados, da intermediação de mão de obra do SINE, foi verificado que no ano de 2012 houve um grande contingente de pessoas que foram encaminhadas para as seleções de emprego (cerca de 13.090 pessoas). Desta quantidade, apenas 4.331 pessoas foram contratadas pelos empregadores. Qual o seu posicionamento a respeito disso?
7. Existe um acompanhamento do trabalhador, por parte do SINE, junto à empresa?

APÊNDICE B – Instrumento de coleta de dados**Perfil dos trabalhadores que procuram a agência do SINE de Campina Grande-PB****UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA****PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL****DADOS DO QUESTIONÁRIO**

Número do Questionário: _____

Data: __ / __ / 2015 Horário: _____

A – DADOS PESSOAIS DO TRABALHADOR

1. Qual a sua idade? _____

2. Sexo: (1) Masculino (2) Feminino

3. Qual o seu estado civil?

(1) Casado ou vivendo maritalmente

(2) Solteiro - (A) Vive sozinho (B) Vive com parentes/amigos

(3) Divorciado/separado - (A) Vive sozinho (B) Vive com parentes/amigos

(4) Viúvo - (A) Vive sozinho (B) Vive com parentes ou amigos

(99) Não respondeu

B - DADOS SOBRE A FAMÍLIA E RESIDÊNCIA

4. Seu (sua) esposo(a) ou companheiro(a):

(1) Não trabalha fora e nem tem qualquer atividade remunerada

(2) Trabalha fora meio período

(3) Trabalha fora em período integral

(4) Tem uma atividade remunerada trabalhando em casa

(5) Está desempregado (a)

(6) Outro trabalho/atividade. Qual? _____

(97) Não se aplica

(99) Não respondeu

5. Você tem filhos?

(1) Sim. Quantos? _____

(2) Não tenho filho

6. Em que cidade/município você está vivendo agora? _____

Há quanto tempo reside? _____

7. Você reside em:

(1) Casa

(2) Apartamento

(3) Cômodo

(4) Outra condição. Qual? _____

8. Seu imóvel (moradia) é:

(1) Alugado

(2) Próprio, ainda pagando

(3) Próprio, já pago

(4) Cedido pelo empregador

(5) Cedido por outros

(6) Casa dos pais

(7) Outra condição. Qual? _____

(99) Não respondeu

9. Quantas pessoas, ao todo, residem no mesmo domicílio? _____

C - ESCOLARIDADE, FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

10. Até que série você estudou? _____

a) Assinale seu grau de instrução:

(1) Analfabeto

(2) Fundamental incompleto

(3) Fundamental completo

(4) Médio incompleto

(5) Médio completo

- (6) Superior incompleto
- (7) Superior completo
- (8) Curso (s) pós-graduação incompleto (s)
- (9) Curso (s) pós-graduação completo (s)

11. Fez ou faz algum curso profissionalizante?

(1) Sim

(2) Não

a) Se afirmativo, qual o curso? _____

b) Se afirmativo, em qual instituição você fez ou faz o curso?

(1) Empresa

(2) Escola Técnica

(3) SENAI

(4) SESI

(5) SEBRAE

(6) SENAC

(7) Outra Instituição. Qual? _____

(97) Não se aplica

(99) Não respondeu

D - TRABALHO, BUSCA DE EMPREGO NO SINE E PERFIL DO TRABALHADOR

12. Você está desempregado?

(1) Sim

(2) Busco o primeiro emprego

(99) Não respondeu

a) Há quanto tempo está desempregado?

(1) Menos de 1 mês

(2) De 1 a 3 a meses

(3) De 3 a 6 meses

(4) De 6 a 12 meses

(5) Mais de 12 meses

13. Você recebe hoje algum tipo de remuneração?

- (1) Sim (2) Não

Caso receba, especifique a seguir o tipo (pensão, seguro desemprego, bolsa família, outros).

14. Porque procurou o SINE municipal? (Assinalar mais de uma opção, se necessário).

- (1) Para conseguir um emprego
(2) Requerer o seguro-desemprego
(3) Inscrição para cursos de capacitação
(4) Outro motivo. Qual? _____

15. Que tipo de vaga/trabalho você procura?

- (1) Veio em busca apenas de trabalho formal
(2) Procura qualquer trabalho
(3) Procura trabalho mais adequado à sua formação/qualificação
(4) Procura melhor salário
(5) Busca uma função específica. Qual? _____
(6) Outro comentário _____

16. Em sua opinião, quais as maiores dificuldades que você encontra para conseguir emprego hoje? (Assinale até 2 opções)

- (1) A falta de vaga
(2) Os baixos salários oferecidos
(3) A falta de qualificação
(4) A falta de experiência
(5) A idade acima dos 40 anos
(6) A idade abaixo de 18 anos
(7) As exigências das empresas que oferecem as vagas
(8) Jornada incompatível para estudante (conciliar trabalho e estudo)
(9) Outras dificuldades. Quais? _____

17. Você já rejeitou alguma vaga oferecida no SINE municipal, para a qual você foi encaminhado?

- (1) Sim

(2) Não

Se afirmativo, por quê? _____

18. Você já foi recusado por uma empresa, depois de ter sido encaminhado pelo SINE municipal?

(1) Sim

(2) Não

Se afirmativo, por quê? _____

19. O que você faz quando procura o SINE municipal e não encontra uma vaga? (Assinale até 2 opções)

(1) Volta para casa e não retorna mais para o SINE

(2) Volta para casa e retorna ao SINE no outro dia

(3) Vai procurar emprego em empresas privadas

(4) Fica esperando a indicação de um colega ou amigo

(5) Espera receber o seguro-desemprego, para depois procurar uma vaga

(6) Procura realizar um curso de qualificação profissional

(7) Vai pessoalmente às empresas procurar trabalho

(8) Outra alternativa. Qual? _____

20. Quais são as exigências mais comuns, das empresas, no preenchimento de suas vagas?

(1) Fundamental completo

(2) Ensino Médio completo

(3) Superior completo

(4) Curso(s) pós-graduação completo

(5) Experiência 6 meses (ramo/função)

(6) Experiência 1 ano (ramo/função)

(7) Conhecimento Língua Estrangeira

(8) Conhecimento de Informática

(9) Outra. Qual? _____

E – DADOS SOBRE O EMPREGO E/OU TRABALHO ANTERIOR

21. Qual seu cargo/função anterior? _____

a. Empresa: _____

(97) Não se aplica

(99) Não respondeu

22. Como você conseguiu a vaga, no emprego/trabalho anterior?

(1) Processo de seleção, após ver um anúncio

(2) Indicação familiar

(3) Indicação de amigos

(4) Encaminhamento do SINE municipal

23. A empresa oferecia cursos de capacitação e/ou qualificação profissional, palestras, etc?

(1) Sim

(2) Não

Se afirmativo, cite um: _____

24. No seu trabalho, quais eram suas preocupações? (Assinale até 3 opções)

(1) Qualidade do produto

(2) Produção

(3) Limpeza no ambiente de trabalho

(4) Organização

(5) Manutenção do equipamento

(6) Prevenção de acidentes

(7) Desperdício de materiais

(8) Ritmo de trabalho

(9) Seu desempenho

(10) Desempenho dos colegas

(11) Metas de produção

(12) Outras. Quais? _____

25. No trajeto casa–trabalho–casa você utilizava:

(1) Ônibus da empresa

(2) Ônibus de linha convencional

(3) Ambos os ônibus (Empresa e Linha convencional)

(4) Automóvel próprio

- (5) Moto
- (6) Bicicleta
- (7) Carona
- (8) Caminhada
- (9) Outro. Qual? _____

26. Você se sentia reconhecido em seu trabalho?

- (1) Sim
- (2) Não

Agradecemos a sua colaboração.